Diretor: **Mário Ramires** Conselheiro editorial: **José António Saraiva** Diretor Executivo: **Vítor Rainho** Diretor Executivo Adjunto: **José Cabrita Saraiva** Diretor de Arte: **Francisco Alves**

23 AGOSTO 2024 | N.º 939 | 4,50 € | nascerdosol.pt

Alice Pinto Coelho
(1938-2024)
O rosto do Procópio
/40-41

Obituários Gena Rowlands e Alain Delon
/42 e LUZ

DOENTES DO PRIVADO 'ENTOPEM' HOSPITAIS PÚBLICOS

Mais de 15% dos doentes oncológicos do IPO de Lisboa estavam no privado mas ficaram sem plafond. Também nas áreas cirúrgicas são muitos os doentes que ficam sem dinheiro e são 'despachados' para os hospitais públicos
/6-9

CARLOS CORTES
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS

'O Ministério da Saúde não quer saber se a operação correu bem ou mal. Só quer números'

→ 'Todos os anos são expulsos médicos que nunca mais poderão exercer a profissão'
/10-13

/ Mário Ramires *A provedora do idadismo*
/ José António Saraiva *A hora do almirante*
/ Vítor Rainho *A saúde está primeiro, bebamos a verdade*

SEGURANÇA /
José Casimiro Morgado deve ser o novo SSI
Pág. 48

SOL DE VERÃO /
Bagão Félix: 'A minha 'vizinha' de praia é a minha mulher'
Pág. 22

Raquel Henriques da Silva
'Interesso-me imenso por artistas que ninguém conhece'
/28-31

Menstruação: CDS distancia-se do Governo e avança com requerimento

Centristas dizem que matéria não está incluída no acordo de coligação celebrado com o PSD
/16-17

Eleições
Governo pisca o olho aos pensionistas
/14-15

OFICINA SOL
LISBOA: MUDE REABRIU PARA CONTAR A HISTÓRIA DO DESIGN
Pág. 25

HUGO MADEIRA
O mestre na arte do sorriso

Mário Ramires

A provedora do idadismo

HOJE ESCREVO EU

Na reta final do seu segundo mandato, a provedora de Justiça decidiu fazer uma 'renovação geracional' na Provedoria e mandar para casa os colaboradores com mais de 55 anos de idade. Maria Lúcia Amaral foi eleita provedora aos 60 anos e terá 68 quando passar o testemunho.

Reza o *site* oficial do Provedor de Justiça, sob a epígrafe **«A Provedora»: «Maria Lúcia Amaral nasceu em Angola a 10 de junho de 1957. É jurista, professora catedrática da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e foi membro do Tribunal Constitucional durante nove anos, entre abril de 2007 e julho de 2016. Dedicou a sua vida académica ao estudo e ao ensino do Direito Público, e, em especial, ao estudo e ao ensino do Direito Constitucional. É autora de diversos estudos neste específico domínio do saber, fazendo parte de associações científicas internacionais que a ele se dedicam, sendo ainda, desde 2022, sócia correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. No dia 2 de dezembro de 2021, tomou posse no Parlamento como Provedora de Justiça para um segundo mandato. Fora pela primeira vez eleita Provedora de Justiça pela Assembleia da República a 20 de outubro de 2017, tendo tomado posse do cargo a 2 de novembro do mesmo ano»**.

Uma bonita súmula, indiscutivelmente, de uma personalidade de reconhecido mérito.

Com 67 anos completados em junho último, Maria Lúcia Amaral já ultrapassou a idade da reforma mas ainda tem mais um ano deste seu segundo mandato como provedora de Justiça, que só termina em dezembro de 2025.

Com todo o seu vasto e, aliás, magnífico currículo, é uma pena que esta conselheira de Estado que foi vice-presidente do Tribunal Constitucional, dentro de um ano, 'arrume' os seus sapatos ainda de saltos altos para passar a ter o pomposo estatuto de jubilada ou para voltar à Universidade por mais dois anos, até atingir a idade da reforma compulsiva (os tão malfadados 70 anos).

Maria Lúcia Amaral, pelas ligações políticas e até amizades pessoais, pela carreira, mas sobretudo pelo conhecimento e saber não deverá conformar-se com a passagem à inatividade, independentemente de vir a beneficiar de uma merecida – para ela descontou – e milionária pensão.

Não é nada fácil para quem tantos anos dedicou à causa pública dar o lugar aos mais novos.

Até porque parar é morrer. E ser obrigado a parar é como receber uma sentença de morte.

Não é à toa que a Organização Mundial (OMS) da Saúde consagrou os anos 2021-2030 como a **Década do Envelhecimento Saudável**. Segundo um relatório publicado pela OMS em 2020, a nível global, uma em cada duas pessoas tem atitudes discriminatórias em relação aos mais velhos e um em cada três europeus diz já ter sofrido de discriminação com base na sua idade.

O tema do idadismo está na ordem do dia na Aldeia Global em que vivemos e, sobretudo, neste retangulozinho na ponta ocidental da Europa que nada o separa de África e tem um imenso Atlântico a distanciá-lo da América.

Ainda por cima com a enorme desvantagem em relação à maioria dos outros países africanos de estar a caminhar velozmente para ser um dos mais envelhecidos do planeta.

Um estudo publicado no início deste mês de agosto pela Fundação Francisco Manuel do Santos revelou que 28,6% dos trabalhadores de meia-idade e 25,6% dos trabalhadores mais velhos relataram níveis moderados ou elevados de discriminação em função da idade – sendo esta uma discriminação bidirecional entre os mais novos e os mais velhos com consequências graves no funcionamento do mercado de trabalho.

O combate ao idadismo e o pacto intergeracional são, pois, mais do que uma urgência.

ILUSTRAÇÃO CARLOS RIVAHERRERA

Como bem fundamentou a provedora em novembro de 2021 numa recomendação à então ministra com a tutela da Administração Pública (sobre **«Regras em matéria de acesso ao emprego no setor público. Fixação de limites etários máximos. Proibição da discriminação em razão da idade»**), é urgente que se **«promova uma reflexão interministerial, e consequente reavaliação das soluções legais em vigor, em matéria de proibição da discriminação em função da idade no acesso ao emprego público»**. Na sua recomendação, Maria Lúcia Amaral não questionava **«a legitimidade do estabelecimento de algum limite máximo de idade para recrutamento, em atenção, por exemplo, à necessidade de garantia da operacionalidade dos serviços»**, mas alertava para o facto de que, **«atendendo a que o fator idade pode constituir uma restrição ilegítima de discriminação, é fundamental que haja uma contínua interrogação sobre a adequação e necessidade dos limites estabelecidos, à luz das exigências da salvaguarda da dignidade pessoal e do direito à igualdade de tratamento»**. Mais acrescentava que **«a idade é um fator de discriminação proibido, conforme decorre da Constituição, das normas internacionais de direitos humanos e do direito da União Europeia»**. E, citando a Diretiva 2000/78/CE, escrevia que **«as diferenças de tratamento com base na idade são consentidas se forem objetiva e razoavelmente justificadas, no quadro do direito nacional, por um objetivo legítimo, incluindo objetivos legítimos de política de emprego, do mercado de trabalho e de formação profissional, e desde que os meios para realizar esse objetivo sejam apropriados e necessários»**.

Ou seja, quando dá jeito.

A um ano do final do seu segundo mandato como provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral começou finalmente a executar o 'plano de renovação' da Provedoria que já tinha traçado em 2020. E começou a mandar embora os trabalhadores com mais de 55 anos, alguns dos quais com mais de 30 de casa.

Vindo de quem vem, está, com toda a certeza, dentro das exceções previstas na Diretiva europeia citada.

Mas, raios, estando há quase oito anos na Provedoria só agora, a meses de passar o testemunho, é que se lembrou do 'plano de renovação' da Provedoria?

E o critério é o da idade?

Não seria melhor deixar a tarefa, e os critérios, para o próximo titular do cargo?

Maria Lúcia Amaral foi eleita provedora aos 60 anos, três meses e 10 dias.

E quando sair da Provedoria terá 68 anos e meio e ainda muito para dar à sociedade, se não for vítima do idadismo que condena mas pratica. ●

mvramires@gmail.com

José António Saraiva

A hora do almirante

POLÍTICA A SÉRIO

Neste momento, penso que Gouveia e Melo se candidatará à Presidência e será eleito. Mas o passado aconselha cautela. Num segundo, tudo pode mudar.

MIGUEL SILVA

↑ Tudo, desde a guerra na Europa a Marcelo, favorece a candidatura de um militar

Tentou-se criar a ideia de que os militares não podem participar no espetro político. Não, não podem participar enquanto estiverem no ativo. Depois de saírem do ativo são cidadãos como outros quaisquer».

Esta afirmação, feita por um cidadão anónimo, seria uma evidência; mas dita por quem foi, tem um significado preciso.

O militar em causa não só não aceita ser excluído de uma carreira política depois de sair do ativo, como admite fortemente essa hipótese.

E a 'carreira política' de que fala só pode ser uma: a Presidência da República.

Estamos a referir-nos ao almirante Gouveia e Melo.

Dizem os puristas republicanos que um Presidente militar seria 'um retrocesso'.

Ora, entendamo-nos: a subida à Presidência de um militar seria um retrocesso se se processasse de forma menos democrática, como um pronunciamento ou um golpe de Estado; mas a eleição de um militar fora do ativo, que se apresente às urnas em plano de igualdade com os outros candidatos, será um retrocesso porquê?

A oposição democrática não apoiou no tempo de Salazar as candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado?

Ramalho Eanes não foi um PR exemplar?

Vou mesmo mais longe: nos dias de hoje, ser militar não é um anátema, pelo contrário, é uma vantagem.

Logo a começar, pelo apartidarismo.

Os partidos políticos estão muito desacreditados.

Sendo indispensáveis à democracia, são também responsáveis por muitos dos seus vícios.

Não pertencer a nenhum partido, não ser político, não é um *handicap* – é um trunfo.

Os militares são treinados para defender o interesse nacional e não interesses particulares ou de grupo; ora a Presidência da República é, por excelência, o órgão que visa proteger o interesse da nação como um todo.

Se Gouveia e Melo se candidatar, quem poderão ser os seus adversários?

Possivelmente, Marques Mendes, pelo PSD, e Mário Centeno, pelo PS.

Passos Coelho não quer a Presidência, António Costa está na Europa, António Vitorino não tem perfil.

Marques Mendes, apesar do esforço de isenção que tem feito como comentador, trilhando um caminho semelhante ao que seguiu Marcelo Rebelo de Sousa, tem uma imagem muito colada ao PSD; Centeno é visto como mais independente, mas tem menos reconhecimento público.

Admitamos ainda que André Ventura se candidatará pelo Chega.

Que resultados poderemos ter neste cenário?

Há que distinguir entre os militantes dos partidos e os seus eleitores.

Os militantes do PSD apostarão certamente em Mendes, os do PS em Centeno, os do Chega em Ventura; mas muitos dos votantes nestes partidos não serão tão fieis.

Estarão abertos a um candidato apartidário.

Muitos eleitores do PSD, do PS e do Chega votarão em Gouveia e Melo.

E ainda do PCP, que sempre gostou dos militares.

Tudo junto, creio que Gouveia e Melo poderá ficar à frente na 1.ª volta, seguido por Marques Mendes ou Mário Centeno.

Mas na 2.ª volta, o almirante ganhará sempre.

Porquê?

Porque tem os seus votos da 1.ª volta mais uma boa parte dos votos dos candidatos que não passaram à 2.ª.

Os votantes de Centeno dificilmente votarão em Mendes, como os de Mendes não votarão em Centeno.

E o almirante terá ainda a quase totalidade dos votos do Chega e muitos do PCP.

Enquanto Gouveia e Melo crescerá muito em relação à 1.ª volta, o seu adversário pouca margem de crescimento terá.

Há ainda três fatores conjunturais que o favorecem.

1.º – A guerra na Europa e no Médio Oriente;
2.º – A ingovernabilidade que se vive em Portugal;
3.º A circunstância de suceder a Marcelo Rebelo de Sousa.

Os dois primeiros ajudam a criar uma sensação de insegurança, favorável a um acréscimo de autoridade e firmeza no topo do Estado; o terceiro é da ordem natural das coisas: tal como Marcelo foi beneficiado por suceder a um 'cara de pau' como Cavaco, Gouveia e Melo terá vantagem por suceder a um *'charmeur'* como Marcelo..

Tudo aponta na mesma direção.

Gouveia e Melo, se for candidato, será o próximo PR.

Só não será se não quiser.

Mas um imprevisto pode sempre acontecer.

Lembro-me de em 1985 ter estado uma hora ao telefone com o general Firmino Miguel, e no fim ter ficado com a certeza de que ele ia anunciar a candidatura à Presidência.

Na sequência da conversa, fiz a seguinte manchete: *Firmino dirá o 'sim' para a semana*.

Ora, nesse fim de semana, o general disse o… 'não'.

Telefonou-me depois a pedir desculpa por me ter induzido em erro.

Mas – explicou-me – foi a própria manchete do jornal que o fez mudar de opinião.

Confrontado com a necessidade de decidir rapidamente, passou em segundos do 'sim' ao 'não'.

Neste momento, penso que Gouveia e Melo dirá o 'sim' e será eleito.

Mas o passado aconselha cautela.

Num segundo, tudo pode mudar. ●

jose.a.saraiva@nascerdosol.pt

Madeira em chamas e Governo debaixo de fogo

Ao nono dia de combate às chamas na Madeira entraram em ação os dois aviões Canadair de Espanha. Os dois aparelhos foram solicitados pelo Governo português à União Europeia ao abrigo do Mecanismo Europeu de Proteção Civil e a operação já está a ser acompanhada por Miguel Alquerque. Recorde-se que o presidente do Governo Regional esteve de férias no Porto Santo, mesmo quando o fogo ameaçava povoações, o que lhe valeu várias críticas. Albuquerque já respondeu que ninguém lhe dá lições e que não vale a pena tentarem intimidá-lo com críticas à atuação nos incêndios da Madeira, afirmando que mesmo estando de férias esteve sempre a acompanhar a situação, respondendo que ninguém lhe dá lições. «**É preciso ter alguma calma quando enfrentamos estas situações**», disse.

No entanto, a oposição lamenta, e há quem ameace mesmo com uma moção de censura, caso não haja demissões na proteção civil regional e o PS ameaça com um pedido de uma comissão de inquérito. Também os críticos internos do partido estranham a má gestão de Albuquerque. ●

Sónia Peres Pinto

HELDER SANTOS/AFP

↑ União Europeia já disse que 'está com Portugal no combate a um incêndio na Madeira'

SAÚDE SEM SALDO DISPONÍVEL

O Serviço Nacional de Saúde está na boca do lobo e não se fala de outra coisa. Urgências fechadas, falta de médicos... Mas a 'guerra' com o privado vem de trás e está a complicar-se pois são cada vez mais os doentes que são transferidos 'à força' do privado para o público por terem esgotado o *plafond* do seguro.

TEXTO **Vítor Rainho e Maria Moreira Rato**

É daqueles temas de que todos falam, mas baixinho, e, apesar do assunto ter anos e se ter vindo a agravar nos últimos tempos, continua a ser proibido de se dizer em voz alta. A comunidade médica, e não só, desespera, mas nenhum Governo parece ter a força suficiente para resolver o problema.

Em Portugal, são cada vez mais as pessoas que têm seguros de saúde – fala-se em quase quatro milhões – mas isso não significa acesso ilimitado ao serviço de saúde privado. E é aqui que a história se começa a complicar. Seja por terem esgotado o *plafond* do seu seguro ou por o seu quadro clínico se ter deteriorado, muitos doentes são transferidos dos hospitais privados para os públicos. O *Nascer do SOL* sabe que, pelo menos, 15% dos novos doentes oncológicos que entram todos os anos no Instituto Oncológico Português de Lisboa (IPO) 'saíram' do serviço privado, ou por terem esgotado o seu *plafond* do seguro, ou porque o seu quadro clínico se agravou consideravelmente e só o IPO ou outros hospitais públicos conseguem responder às suas necessidades. Isto é, necessitam de tratamentos que exigem um **«elevado índice tecnológico e prolongado»**, nas palavras de um médico do IPO.

Um cartão que diz muito

Se pensarmos que todos os anos entram, pelo menos, 15 mil novos doentes no IPO de Lisboa, facilmente se percebe que quase dois mil têm origem no privado, embora algumas fontes médicas ouvidas pelo nosso jornal afirmem que os números são bem mais altos. Mas como o Ministério da Saúde não responde, é difícil saber a dimensão exata do fenómeno. **«As pessoas acham que por terem um seguro de saúde podem ser tratados no privado, mas não olham ao limite do seu cartão. Quando alguém entra num privado, logo na receção, tem-se consciência de quanto essa pessoa pode gastar. E aqui é muito discutível aceitarem pessoas que sabem que não vão conseguir terminar o tratamento, por falta de dinheiro, mas não lhes dizem isso»**, explica a mesma fonte.

Muitos doentes oncológicos ficam sem dinheiro para continuar nos hospitais privados

O problema é muito mais complexo pois alguns doentes do Serviço Nacional de Saúde que aguardam pela sua chamada para começarem os tratamentos do IPO acabam por ser 'ultrapassados' por doentes do privado que iniciaram os tratamentos ou que foram operados e ficaram sem dinheiro para pagar a estadia no hospital privado. E aqui não há muito a fazer, segundo várias fontes contactadas, pois não se pode interromper um tratamento oncológico sob pena de a pessoa perder as esperanças de vida. Daí que passem à frente daqueles que ainda não iniciaram o seu processo de recuperação. **«Isso é normal e humano, não tem nada de proteção a ninguém, mas se os privados avisassem os doentes oncológicos dos custos inerentes ao tratamento, e não só à cirurgia em particular, talvez muitos não começassem os tratamentos no privado».**

Contentes e felizes por exames desnecessários

Por outro lado, **«o que também é irritante nisto»**, diz outro médico, **«é que os doentes ficam todos contentes por lhes fazerem ecografias, TAC, ressonâncias magnéticas e análises, sem perceberem que estão a ficar sem dinheiro e que muitos desses exames são totalmente desnecessários»**, acrescenta o mesmo profissional.

Como o assunto mete seguradoras ao barulho, o *Nascer do SOL* ouviu a Associação Portuguesa de Seguradores (APS), que faz a sua leitura da polémica: **«As seguradoras estão obrigadas a prestar um conjunto de informação sobre as condições do contrato, incluindo informação expressa quanto à eventual interrupção ou descontinuidade da prestação de cuidados de saúde caso sejam alcançados os limites de capital seguro e cabe aos estabelecimentos de saúde, no momento prévio ao da prestação de cuidados de saúde, informar as pessoas sobre os custos totais da intervenção propostas e quais os que serão a suportar ao abrigo de seguros»**. A APS acrescenta ainda: **«Importa realçar também que, no caso das pessoas que apenas têm planos de saúde (e não seguros de saúde), o utente é o único responsável pelo pagamento dos cuidados que lhe são prestados, não havendo qualquer comparticipação associada por parte de uma entidade terceira, residindo aí uma enorme diferença entre planos e seguros de**

BEATRIZ PEQUENO

saúde. No contexto concreto da doença oncológica, a Associação realizou um estudo técnico, em 2023, sobre 'a doença oncológica nas carteiras de seguros'. Fazemos referência, em particular, à evolução dos custos pagos pelas seguradoras com a doença oncológica». Os dados fornecidos dizem que a APS gastou em 2022 mais de 76 milhões de euros, sendo que 42,2 milhões em seguros de grupo e quase 34 milhões em seguros individuais. Um aumento de 10 milhões face ao ano anterior.

Ordem dos Médicos ouviu dizer

E o que diz a Ordem dos Médicos sobre a possibilidade dos seus filiados andarem a gastar dinheiro desnecessariamente de doentes ou de não os esclarecerem devidamente sobre os custos associados aos tratamentos oncológicos e a incapacidade de alguns privados levarem o tratamento até ao fim? **«Ouvimos dizer que acontece doentes do privado ficarem sem *plafond* e que são transferidos para o público. Há aqui um aspeto que é importante, que é quando o privado inicia determinado tipo de tratamento ou de intervenção médica, tem que ter a capacidade de resolver esse problema de saúde e todas as complicações que podem advir desse problema de saúde. Os hospitais privados ou do setor social têm que estar apetrechados de todas as condições técnicas e humanas para poder fazer isso. Também não vejo com bons olhos um hospital privado tentar uma cirurgia, seja àquilo que for, e depois afinal aquilo é mais complicado e vai para o público».**

Carlos Cortes, quando questionado sobre o fim do *plafond*, alerta que os privados não são como o público. **«Compreendo que o setor privado não é como os hospitais públicos, que podem ter financeiramente um saldo negativo todos os anos, e continuam a funcionar. O hospital privado não funciona assim. E também compreendo que haja aqui determinado tipo de restrições».**

Quando se entra num hospital privado a rececionista fica a saber o dinheiro que temos

↑ Quinze por cento dos doentes do IPO de Lisboa são provenientes do privado

Mas o bastonário da Ordem dos Médicos não deixa de fazer um alerta: **«Os privados ou o social só podem envolver-se em determinadas patologias se souberem que têm capacidade para depois as resolverem se houver complicações, caso contrário não as devem fazer» (ver págs. 10-12)** .

São muitas as histórias que colocam em confronto os serviços prestados pelo público e pelo privado. Há um caso muito emblemático de uma médica que morreu há quase cinco meses e que deixou os seus amigos médicos indignados. Sofrendo de uma patologia grave, a médica foi operada, mas um erro médico fez com que voltasse a ser operada mais quatro vezes. **«O médico da primeira operação reconheceu o erro, mas as contas continuaram a somar. Ao fim da quinta cirurgia ficou sem *plafond* e foi enviada para o Beatriz Ângelo, onde acabou por morrer»**, diz ao *Nascer do SOL* um conhecido médico. Já outra colega lembra que as pessoas não leem o que está escrito nos contratos de seguro assinados e que, por isso, estas histórias sucedem-se. **«Mesmo que o médico que a operou o tivesse feito *pro bono*, o hospital não trata de caridade. A sala e toda a equipa envolvida na operação tem de ser paga. Se eu concordo com isto? Claro que não, mas são as regras do mercado. Se o erro foi do médico que a operou porque não assumiu o hospital a culpa?».**

Acidentes quase fatais

O conflito, como se disse, não é novo, mas tem vindo a agudizar-se. Vejamos o que se passa com os acidentes de viação ou mesmo acidentes domésticos. Mesmo que as pessoas tenham seguros de saúde, são levadas, regra geral, para os hospitais públicos e depois de operadas deviam seguir para o privado para continuarem a recuperação. **«Só vão para o privado quando as seguradoras assumem o pagamento da continuidade dos tratamentos, situação que é muito demorada, na maioria dos casos»**, como explica um médico.

As transferências de doentes do privado para o público são diversas. **«Sempre que há situações muito complicadas os doentes são transferidos para o público, pois estes têm mais condições e, além disso, ninguém quer assumir a continuidade do tratamento em virtude de se tra-**

PÁGINA SEGUINTE

PÁGINA ANTERIOR

tar de doentes muito complexos», acrescenta a mesma fonte.

É comum os doentes recorrerem ao privado quando não têm resposta imediato no público. Se alguém precisa de ser operado a uma maleita e no público só há resposta passado largos meses, a pessoa tenta o privado. E aqui também contam ao *Nascer do SOL* várias histórias curiosas, que fazem parte de um novelo dos problemas que afetam o Serviço Nacional de Saúde. **«Há uns meses, uma pessoa amiga foi operada no privado, pois no público o tempo de espera era enorme. Acontece que com todos os exames que teve de fazer – ecografia, TAC, ressonância magnética, análises, etc. – e, como o *plafond* não era muito generoso, mal acabou de ser operada no privado foi enviada para o público, onde acabou por ser atendida pelo mesmo médico que a tinha operado. Isto é tramado. Se o público tivesse condições e pagasse convenientemente aos seus profissionais, acabaria por poupar muito dinheiro, evitando muitas chatices»**, considera outro médico do Santa Maria.

Quando o luxo compensa

Mas se há quem tenha de ser despejado dos hospitais privados para os públicos, há quem faça o caminho inverso. Não raras vezes, pessoas conhecidas que dão entrada nos hospitais públicos são operadas, mas depois optam por fazer a recuperação no privado, **«pois não querem conviver no meio da molhada»**, como nos diz um médico de Lisboa. **«Como têm um bom seguro de saúde, optam por fazer a operação no público – onde sabem que existe uma boa equipa – isto em determinadas especialidades, mas depois vão para o privado recuperar no quarto de hotel. Como se vê, há casos para todos os gostos»**.

O caso duplo de Filipa

O caso de Filipa é ligeiramente diferente, mas os pontos em comum são iguais: perante o valor do *plafond* do seguro do trabalho, teve de fazer acompanhamento e tratamento tanto no público como no privado. Foi a médica que a acompanhou em primeira instância que lhe fez perguntas sobre os valores das diversas coberturas e a aconselhou sobre os passos seguintes.

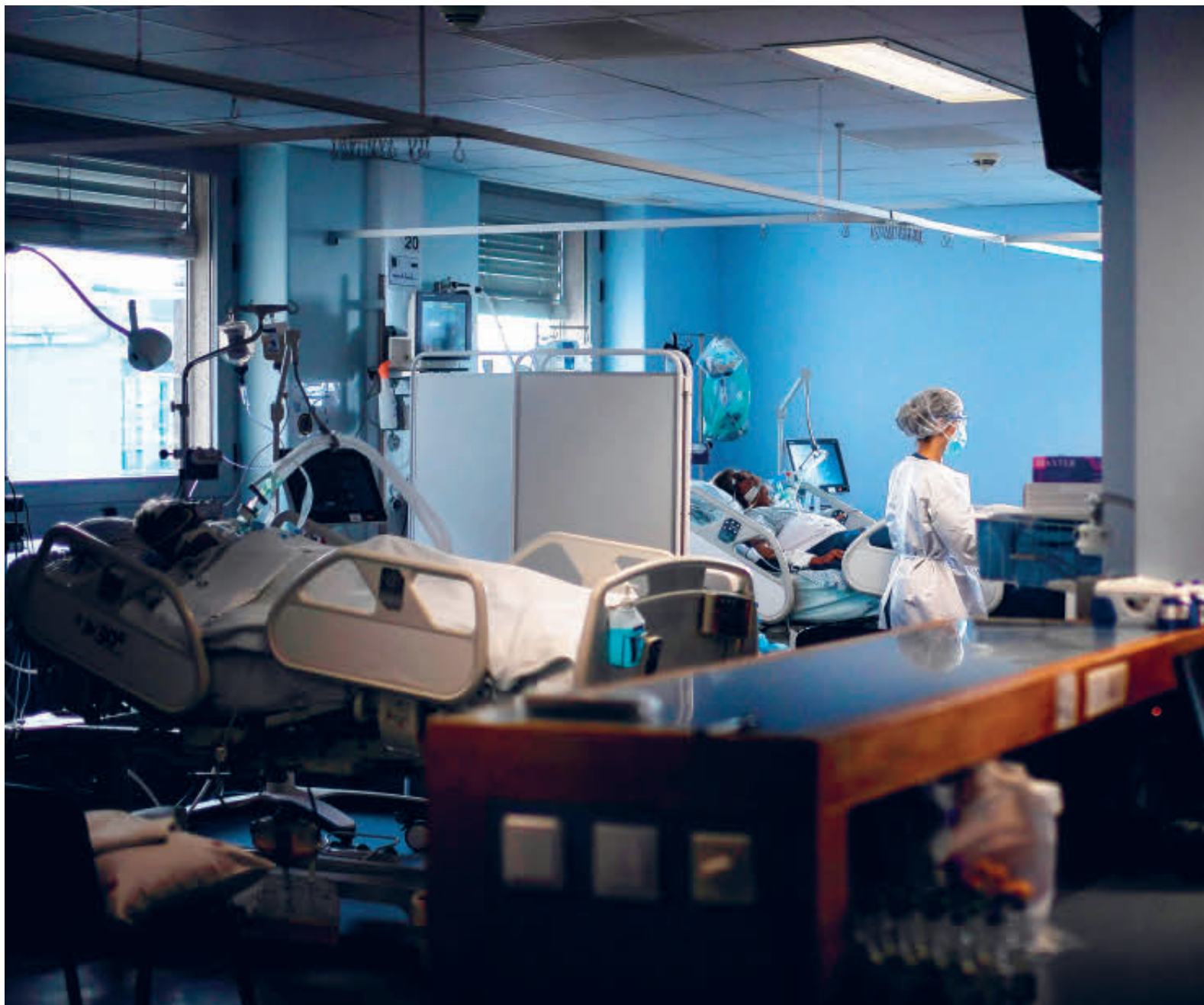
Em novembro do ano passado, a jovem de 32 anos notou que algo não estava bem no seu corpo. Estava a tomar banho e sentiu um nódulo no peito. Chamou o namorado e este concordou: alguma coisa estava errada. **«O nódulo não era maleável. Marquei logo uma consulta para saber aquilo que se passava»**, explica Filipa ao *Nascer do SOL*, sendo que fez uma ecografia e uma mamografia poucos dias depois. Primeiro ainda lhe foi dito que poderia ser um quisto, mas Filipa teve **«um pressentimento»** desde o dia em que lavou o peito e entendeu que precisava de ajuda. Quando uma médica tratou da biópsia, explicou-lhe que já sabiam que se tratava de um nódulo porque o formato não era **«normal, digamos assim, era totalmente diferente, quase como se fosse uma estrela»**. A taxa de proliferação era de 95% e, portanto, Filipa teve de iniciar a quimioterapia e também a imunoterapia. Mas a médica que estava a acompanhá-la encaminhou-a de imediato para uma colega oncologista do Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca (na Amadora). **«Ficou logo decidido que faria os tratamentos no público e o resto no privado»**, realça, exemplificando que a cirurgia a que foi submetida foi realizada no setor privado e a fisioterapia que tem de fazer – 75 sessões – também não ocorrerá no SNS.

«Por exemplo, o *plafond* do ambulatório era só de 1750 euros. Ou seja, não é nada. Eu fiz um exame, que é o PET Scan, que é indicado para investigar alguns tipos de cancro, e o seguro cobriu apenas 380 euros. Paguei 1120 euros», conta, salientando que **«as seguradoras querem que nunca usemos os seguros»**. **«É como aquilo que acontece com os seguros automóveis: se tivermos vários acidentes com o mesmo veículo, enviam-nos uma carta quase a dizer que não interessamos porque damos despesa»**, lamenta. **«E, infelizmente, há cada vez mais doentes oncológicos que precisam de ajuda. Por exemplo, a minha médica do Amadora Sintra tem um grupo do WhatsApp com doentes que têm cancro da mama. Durante algum tempo não entrou mais nenhuma mulher mas, no espaço de semanas, entraram mais algumas»**.

Mas o caso de Filipa não é único e já há vários anos que este problema é noticiado. Em agosto de 2022, o médico neurologista Bruno Maia concedeu uma entrevista ao *Nascer do SOL* e deixou claro: **«Todos os meses recebemos transferências de doentes dos hospitais privados por ter acabado o *plafond* [do seguro]. É preciso regulamentar isto. É preciso criar regras para que os doentes atendidos nos hospitais privados terminem os tratamentos nos hospitais privados. Quando temos pessoas a meio de tratamentos e são forçadas a ser transferidas por falta de dinheiro, algo não está bem»**.

Já em 2016, o Instituto Português de Oncologia (IPO) de Lisboa pedira à Entidade Reguladora da Saúde (ERS) que estabelecesse regras para lidar com doentes com cancro que, após esgotarem os recursos financeiros ou o *plafond* do seguro em hospitais privados, eram transferidos para o SNS. Esta situação, que se tornava cada vez

↑ Há muitos anos que se tenta impor regras relativas a doentes que são transferidos de hospital

Há quem opte por ser operado no público e faça a recuperação no privado

PATRÍCIA DE MELO MOREIRA/AFP

mais comum devido ao aumento de tratamentos oncológicos em hospitais privados, criava desafios para os hospitais públicos, como atrasos no início de tratamentos e complicações éticas para os médicos ao darem continuidade a tratamentos já iniciados. E já em 2009 a mesma situação era descrita: naquele ano, no Hospital de Santa Maria, o segundo maior do país, um quinto dos então novos doentes com cancro apareciam devido a transferência do setor privado.

Milhões com seguros de saúde

Segundo dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), avançados ao *Observador* no final do ano passado, quase 3,6 milhões de portugueses tinham seguro de saúde no primeiro semestre de 2023. Ou seja, verificava-se um crescimento de 8,5% do setor em relação ao mesmo período de 2022. Já de acordo com o *ECO*, no ano passado, o número de segurados de saúde em Portugal ultrapassou os quatro milhões. Durante esse período, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) registou 4.824 reclamações contra seguradoras de saúde, representando 1,18 queixas por mil contratos, uma redução em comparação aos 1,29 do ano anterior. A principal causa das reclamações foi o desacordo em relação a sinistros.

A seguradora UNA foi a que menos reclamações recebeu em 2023, enquanto a Mgen foi a que mais gerou queixas. A ASF deu respostas favoráveis aos queixosos em 40% dos casos. O relatório da ASF, que avaliou 15 seguradoras ou grupos, indicou que a UNA teve apenas 14 reclamações, a Generali Tranquilidade foi a segunda melhor e o grupo Fidelidade, com 810 queixas, ficou na 5.ª posição. O grupo Ageas, segundo maior operador, ficou abaixo da média com 2,35 queixas por mil segurados. No entanto, a Mgen teve o pior desempenho, com mais de 1% dos seus clientes a reclamarem. A ASF destacou que algumas seguradoras não tiveram os seus rácios divulgados devido ao baixo número de queixas ou por serem *outliers* no mercado. ●

vitor.rainho@nascerdosol.pt
maria.rato@nascerdosol.pt

Vítor Rainho
A saúde está primeiro, bebamos a verdade

À ESQUERDA E À DIREITA

As histórias que os médicos contam têm de ser investigadas. A saúde não é propriamente a mesma coisa que um carro.

É impressionante o que se diz nos corredores dos hospitais e dos consultórios clínicos. Não sei se os problemas do Serviço Nacional de Saúde se começam a equiparar aos problemas entre os palestinianos e israelitas, mas acredito que sim. Isto é, não tem solução.

Há quem defenda que sem uma conjugação de esforços entre o público, privado e social não se vai conseguir resolver nada e que os médicos vão continuar a fugir para o privado. Talvez a solução passe por essa conjugação de esforços, mas parece-me que o SNS devia começar a pagar muito bem aos profissionais que se distinguem pela excelência. Se são bons cirurgiões, se são bons chefes, se defendem o humanismo nos hospitais, se conseguem excelentes resultados com os seus doentes e por aí fora. Os bons, sejam médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar, administrativos, entre outros, se desempenham o seu trabalho com eficácia têm de ser recompensados por isso.

Para que isso aconteça é necessário que as avaliações entrem em força e não deixem margens para dúvidas. Seria bem interessante saber quanto doentes morrem em determinado serviço, quantos sobrevivem e ganham qualidade de vida quando nada o fazia prever, e por aí fora, para não ser exaustivo e fastidioso. Os bons não podem ganhar o mesmo que os maus.

Nos últimos tempos tenho ouvido histórias tenebrosas sobre os hospitais particulares. Confesso que sou um adepto do serviço público, mas as vezes que fui tratado no privado não fui contemplado com as malfeitorias que me dizem que acontecem. Ninguém me quis obrigar a fazer TAC, ecografias ou outros exames desnecessários. Fiz o que tinha de fazer e, felizmente, correu bem. E só escolhi o privado porque o público não me conseguia responder em tempo útil. Mas o que oiço tem muito pouco a ver com a minha história pessoal e como o meu caso não serve de exemplo, pergunto se a Ordem dos Médicos ou outras entidades não deviam apurar da veracidade ou não do que dizem dezenas de médicos: que os privados apenas pensam em números e só querem que os doentes gastem tudo o que têm na conta, leia-se cartão de saúde.

Também devo ter tido sorte quando há uns bons anos a minha mãe era para ser operada no privado a um cancro e eu perguntei quanto iria custar a operação, além da recuperação, e o que me disseram levou-nos logo para o público, não esperando nós que o *plafond* esgotasse a meio do tratamento. Por coincidência acabaria por ser operado pelo segundo cirurgião da equipa do privado.

P.S. Nestas deambulações sobre a saúde contaram-me episódios que irei investigar, pois até me custa a acreditar que alguns serviços deixaram de ser feitos nas urgências dos hospitais públicos, pois passaram a ser realizados por equipas de fora, noutras máquinas, bem mais caras e onde o médico pode estar a milhares de quilómetros a ler o resultado do mesmo. Quem estará por trás destes negócios injustificáveis? A quem interessa que o principal hospital do país já não tenha especialistas 24 horas por dia? talvez não seja difícil de perceber.

P.S.2 Ninguém deve ser prejudicado por ser filho de ou irmão ou pai de, mas o filho de António Costa anunciar que quer ser vereador em Lisboa dá vontade de rir. Um homem que há quatro meses se fartou da política não conseguiu sobreviver no privado? Estranho... ●

vitor.rainho@nascerdosol.pt

‘Quando se avalia um médico com números como é que há humanismo?

CARLOS CORTES
Bastonário da Ordem dos Médicos

Carlos Cortes acredita que o SNS pode ser salvo se forem dadas melhores condições aos médicos e deposita grandes esperanças na inteligência artificial. Mas é crítico do Ministério da Saúde, que entende que só quer saber de números.

TEXTO **Vítor Rainho**
FOTOGRAFIAS **Miguel Silva**

Que propostas concretas tem a Ordem dos Médicos (OM) para assegurar o adequado funcionamento das urgências, e a garantia da segurança dos cuidados de saúde?
O SNS tem vários problemas, um deles é a falta de recursos humanos, nomeadamente médicos. Faltam médicos nalgumas especialidades de forma muito mais pronunciada, nalgumas áreas do país de forma muito marcada, e que compromete, não tenhamos dúvidas, a qualidade dos cuidados de saúde e, muitas vezes, até a segurança dos próprios utentes e dos profissionais. Mas não é só esse o problema.

Ia buscar mais médicos, é isso.
Sim. Depois há um problema da própria organização do sistema. Não podemos esquecer que o SNS foi criado há 45 anos, em 1979, para responder a uma determinada conjuntura. Entretanto, a sociedade evoluiu muito, a ciência, a tecnologia, a medicina, o perfil demográfico do país, população muito mais envelhecida, e o SNS não evoluiu, manteve-se como funcionava há 45 anos, sobretudo, nos hospitais e nos serviços de urgência. Há aqui um problema estrutural, de organização do SNS. Cada vez menos os médicos aderem ao SNS, preferem ir para o setor privado, social, muitos deles vão para a emigração e não se sentem atraídos por um setor que tem dificuldade em apresentar boas condições de trabalho. O SNS tem muito pouca flexibilidade, até laboral, não é uma matéria da Ordem, mas não deixo de ser médico do SNS. O SNS tem uma estrutura muito pesada, avessa às mudanças, e hoje não é competitivo com o setor privado, que oferece um conjunto de condições aos médicos, e não estou só a falar das condições remuneratórias, mas falo do horário de trabalho, que é mais flexível, que permite compatibilizar melhor a vida pessoal com a vida profissional, o desenvolvimento de projetos assistenciais, projetos formativos, de investigação, e isso é algo muito importante e que atrai os médicos. O SNS tem de se tornar mais atrativo, mais competitivo para poder ir buscar os médicos que são necessários. E, às vezes, nem sequer é necessário investir muito do ponto de vista financeiro, basta ter capacidade imaginativa para ter algumas soluções, e vou dar o exemplo de uma que apresentámos à ministra da Saúde, e já tínhamos apresentado ao anterior ministro. Nós estamos no mês de agosto e muitos médicos ainda não foram contratados para os hospitais e para os centros de saúde. Este ano as coisas correram muito mal, o Governo iniciou funções muito tarde, do ponto de vista da cronologia do internato médico, da especialização dos médicos, e aqueles que acabaram a sua especialidade em abril, muitos deles ainda não estão contratados pelas Unidades Locais de saúde (ULS) que precisam deles. Aquilo que pedimos à ministra é uma medida muito simples: disponibilize aos médicos as vagas que vão abrir antes mesmo antes deles acabarem a sua especialidade, até para poderem começar a desenhar o seu projeto de vida, profissional, sabendo onde vai abrir uma vaga. Por exemplo, um médico, vamos supor, que está a terminar a sua especialidade no hospital de Castelo Branco, não sabendo se iria abrir ou não uma vaga no hospital de Castelo Branco, é muito provável que tenha aceite o convite de um hospital privado. Porventura, esse médico que teve a fazer a sua especialidade durante sete anos em Castelo Branco se calhar até queria ficar por lá. Se as vagas saírem mais cedo, em fevereiro ou março, os médicos aí já podem começar a desenhar o seu futuro.

Está a falar há mais de seis minutos e ainda não conseguiu responder à pergunta: que propostas concretas tem a Ordem para assegurar o adequado funcionamento das urgências?
É preciso dar condições aos médicos para aderirem ao SNS. Reformular a rede das urgências é absolutamente fundamental. Reestruturar a forma como hoje entendemos a urgência. Há muita gente que vai às urgências e que nem lá devia ter entrado. Há centros de atendimento que estão a ser criados por todo o país. Pode ser uma solução, se eles forem bem disseminados, porque muitos dos doentes que vão às urgências e que não necessitam, muitas vezes ou não têm médico de família, e aí o reforço dos cuidados de saú-

de primários é absolutamente essencial, ou muitas vezes, enfim, o seu quadro clínico também não está adequado a uma consulta aguda. Portanto, a Ordem vê estes centros de atendimento complementares como positivos, para retirar mais de 3 milhões de doentes das urgências.

↑ O bastonário dos Médicos defende que se deve começar a avaliar os cuidados de saúde prestados aos doentes

Hoje, dia 19, saiu um relatório do IGAS, sobre o problema das urgências em 2022, que conclui que os médicos foram quase todos de férias no mesmo mês, que alguns não estavam no seu serviço, e por aí fora. Olhando para o relatório, pergunto-lhe se não existe um certo corporativismo na forma como se olha para os problemas da saúde.

Penso que não, mas a reforma das urgências é absolutamente essencial. Quanto ao relatório, de que não tive conhecimento, não são os próprios médicos que fazem as escalas de férias. O que se passa é que há conselhos de administração que têm que desempenhar o seu papel. Se todos os médicos tiram férias na mesma altura, isso tem que ser, obviamente, corrigido. Mas não é isso que está a prejudicar o SNS. Objetivamente, o SNS tem falta de médicos. Na ginecologia obstetrícia, nas maternidades, há perto de dois mil médicos especialistas. Só 760 é que estão no SNS. Não há aqui um problema de férias, há aqui um problema verdadeiramente de falta de médicos no SNS.

Há colegas seus que dizem que há médicos a mais em várias especialidades. Se nós fôssemos, neste momento, aos hospitais de Lisboa do SNS acha que os médicos que lá deviam estar se encontram no seu local de trabalho?

Não deteto esse problema, mas havendo suspeita de ele poder acontecer, as autoridades têm que atuar. Obviamente que quem tem um horário de trabalho no hospital tem que estar a desempenhar a sua atividade nesse hospital e não pode estar fora desse hospital. Isso tem implicações do ponto de vista disciplinar do hospital, mas até do ponto de vista da OM. A Ordem tem um conjunto de órgãos e de mecanismos, nomeadamente na área deontológica, para poder também analisar essas situações.

Nunca ouviu falar do problema?

Ainda esta semana se falou nisso... Se isso acontece, simplesmente os próprios conselhos de administração têm que reportar à OM, para a Ordem fazer o seu trabalho.

> “O SNS serve para os partidos políticos estarem na arena eleitoral. É uma arma de arremesso eleitoral, e isso é um mau princípio”

> “A grande prioridade do país tem que ser reforçar este pilar de democracia que é o SNS”

Então concorda com a crítica que a ministra da Saúde fez aos conselhos de administração dos hospitais de que são fracos.

Há um aspeto, nestes últimos meses, que me tem desagradado muito. Que é o passar as responsabilidades para os outros. Todos os dias oiço um dirigente político, do Governo ou da oposição, a dizer que a culpa do SNS estar assim é do partido A ou do partido B. É da corporação C ou D. É do grupo E ou F. Temos que virar essa página, o SNS não quer evoluir desta maneira, num conflito permanente. Parece que o SNS, mais do que um serviço público, serve para os partidos políticos estarem na arena eleitoral. É uma arma de arremesso eleitoral, e isso é um mau princípio. Tem de haver uma plataforma de consenso entre os partidos e os agentes da Saúde, nomeadamente os profissionais de saúde.

Por falar em questões deontológicas, por que acha que vários médicos contam, em off, que há uma pressão enorme para os médicos do privado faturarem... E que aqueles que não apresentam despesas com os doentes acabam por ser despedidos.

Como bastonário só posso ter em conta aquilo que me é apresentado do ponto de vista factual. Todas essas situações, a acontecerem, são altamente irregulares e a OM, obviamente, não pode permitir.

Mas nunca ouviu falar nisso?

Oiço, eu oiço falar de muita coisa. O que quero realmente é que quando essas situações aconteçam, elas sejam reportadas à OM. Como lhe disse nos casos anteriores que me falou, a OM tem uma missão que é de autorregulação da profissão. E aí a OM não falha. Tudo aquilo que os médicos fazem fora das suas obrigações deontológicas tem de ter consequências disciplinares. Julgo que no passado isso terá acontecido, e esses médicos foram sancionados.

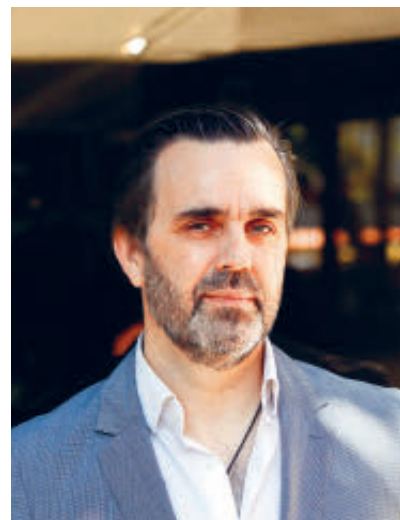
Vários médicos têm defendido que a salvação do SNS passa por uma integração com os setores social e privado. Só uma conjugação deste três intervenientes pode salvar o SNS. A OM acha que poderá passar por aí a solução?

A minha visão é apenas técnica, de defesa dos doentes. E quando vejo muitas vezes o SNS incapaz de dar resposta, aquilo que quero é que os doentes sejam tratados. Se o SNS só por si não consegue tratar esses doentes – estou à vontade para falar nisso porque sou médico exclusivamente do SNS, nunca quis ir trabalhar para o setor privado – então tem que se socorrer do setor privado ou do

PÁGINA SEGUINTE

“Todos os anos há médicos que são expulsos e nunca mais vão poder exercer. Sou intratável nestas matérias disciplinares”

CARLOS CORTES
Bastonário da Ordem dos Médicos

“O Ministério da Saúde não se preocupa se o doente foi bem ou mal operado. Quer é dizer que este ano operou muito mais do que no ano passado, independentemente da qualidade”

“O grande desafio da nossa sociedade agora vai ser o desafio do humanismo, da ética, do profissionalismo, até porque vem aí uma coisa fulgurante, exponencial, que é a inteligência artificial”

PÁGINA ANTERIOR

setor social. Não vejo problema nenhum em relação a isso. Agora, a grande prioridade do país tem que ser reforçar este pilar de democracia que é o SNS. A solução é contratar mais médicos. Não se conseguem contratar de um dia para o outro, não se consegue fazer uma reforma profunda do SNS muito rapidamente, então temos que utilizar aquilo que temos à nossa disposição. E se Portugal tem à sua disposição uma resposta em cuidados de saúde fora do SNS, então, neste período, tem que a poder utilizar.

O nosso SNS era comparado com o sistema inglês. No passado, eram apontados como os casos exemplares, e neste momento diz-se que estão ultrapassados. Fala-se do exemplo holandês, que tem mais eficácia. Na Holanda, por exemplo, os enfermeiros têm um papel muito mais ativo do que em Portugal. O que acha desse sistema?
Efetivamente o sistema português e o do Reino Unido estão baseados no mesmo sistema, mas têm características muito diferentes. Desde logo, quem criou o SNS inglês foram os enfermeiros no pós-guerra, e nessa altura não havia propriamente médicos. Eles estavam na frente de batalha e muitos deles tinham morrido. E, portanto, foram as enfermeiras que na altura edificaram o NHS. É verdade aquilo que está a dizer, hoje, apesar da reforma dos anos 90 do NHS, ele está com enormes dificuldades. Até porque eles têm tido uma estratégia diferente daquilo que Portugal tem tido. Por exemplo, eles formam poucos médicos, e depois vão buscá-los a vários sítios, nomeadamente a Portugal – temos muitos médicos portugueses que estão neste momento no Reino Unido, muitos deles querem voltar para Portugal. O SNS português tem um perfil muito diferente, e a natureza das coisas é muitas vezes inultrapassável. O SNS foi criado por médicos, o ‘pai’ do SNS foi o dr. António Arnaut, que dizia, muitas vezes, que na verdade quem tinha criado o SNS tinham sido os médicos, os profissionais de saúde, que na altura o acompanharam nesta aventura democrática. Mas não obstante, as coisas são diferentes e eu reconheço essa diferença. Dantes, praticamente na saúde, a resposta era dada por médicos e enfermeiros. Hoje as coisas desenvolveram-se muito. Os enfermeiros hoje têm uma formação que não tinham há 45 anos. Há um conjunto de profissões na saúde que se desenvolveram substancialmente e, ao longo do tempo, criou-se aqui uma equipa de saúde, que valorizo muito. Cada um tem o seu papel, cada um tem as suas funções e nós podemos perfeitamente trabalhar em equipa e não há nenhum obstáculo, do ponto de vista da Ordem dos Médicos, para nós aprofundarmos este trabalho em equipa. Onde outros profissionais, e falou-me dos enfermeiros, mas há também farmacêuticos, há psicólogos, há técnicos, enfim, não quero aqui esquecer nenhuma profissão, mas todos os outros profissionais podem ter determinadas responsabilidades nesta equipa, de liderança médica, que não tinham há alguns anos. Estou perfeitamente aberto a novas soluções nas constituições destas novas equipas.

Que propostas tem a Ordem, nas suas competências legais, para captar e fixar médicos para zonas carenciadas?
Alguns dos aspetos que está a falar são sindicais, não me vou intrometer muito neles. A questão dos incentivos pode ser importante, ter condições para um médico e para os seus familiares, porque não é só o médico que tem que se deslocar – não se esqueça que um médico quando é especialista, tem sensivelmente 30 anos e portanto já tem uma família constituída, etc. Ter aqui condições para poder receber esse médico e a sua família nas zonas mais carenciadas. E estamos a falar, dependendo da especialidade, fundamentalmente das zonas do interior, mas também agora das grandes cidades. A Grande Lisboa está altamente carenciada, nomeadamente de médicos de família e em médicos de outras especialidades, nomeadamente médicos hospitalares. Aquilo que tem que ser feito é também a flexibilização das pessoas e começarmos a ter uma visão diferente sobre o internato médico desde muito cedo. É mais fácil fixar médicos que, desde o início da sua especialidade, possam iniciar fora dos grandes centros. Portanto, dando-lhes condições de formação na periferia, para depois desenvolverem a sua vida pessoal, a sua vida social e familiar e terem, pois, mais apetência para poderem desenhar o resto da sua carreira profissional nesses centros.

Sei que não é da competência da OM, é mais uma questão sindical, mas não defende os incentivos?
Falei deles no início. Obviamente tem que haver incentivos, muitas vezes o poder local tem feito e bem, tem ele próprio criado determinados incentivos para tentar atrair esses médicos. Devia haver a nível nacional uma avaliação dos locais mais carenciados para se poderem desenvolver incentivos específicos para determinadas especialidades e para determinadas áreas do país. Agora, a dimensão desses incentivos não pode ser aquilo que nós tínhamos no passado, porque esses incentivos não funcionaram de forma nenhuma. Os médicos estiveram lá um ano, dois, e depois deixaram esses hospitais. Os incentivos são uma matéria laboral, e não vou entrar aqui nestes números, mas têm que ser suficientemente atrativos para poder manter esses médicos nesses hospitais.

Um bom médico deve ganhar o mesmo que um mau médico?
Em primeiro lugar, tem que haver obviamente uma remuneração base igual para todos os médicos. Isto é um princípio básico. Agora há determinados modelos que funcionam por ganhos em saúde, por objetivos, nomeadamente o modelo das USF, que são determinadas para um conjunto de objetivos, e depois há o modelo dos Centros de Responsabilidade Integrados (CRI). Devíamos pensar num modelo que, do ponto de vista da sua execução, fosse mais rápido. Nós estamos a criar USF há 15 anos e hoje não temos USF em todo o lado. São equipas que têm de atingir determinados objetivos. Se atingem esses objetivos têm uma remuneração que acompanha esse facto. Os CRI é exatamente a mesma coisa e eu acho que tem que haver um modelo, e aí, respondendo diretamente à sua pergunta, do SNS, que tenha um vencimento base e depois há um acréscimo salarial para quem atinge, enfim, os objetivos que foram delineados. Concordo perfeitamente com isso.

Quem comete erros graves pode continuar a ser profissional de saúde nessa especialidade? Por exemplo, um cirurgião que é mau pode continuar a ser cirurgião?
A resposta é evidente. Um médico que tecnicamente cumpre com as suas funções, de forma adequada, com qualidade, obviamente, pode continuar a desenvolver a sua atividade. Quem não o faz dessa forma não pode continuar a desenvolver a sua atividade.

Há casos de alguém que se tenha queixado?
Todas as queixas vão para o conselho disciplinar. Não há nenhuma que falhe, isso pode ter a certeza. Não há nada que entre na gaveta. Nisso sou intratável. Os médicos que têm capacidade técnica e que exercem a sua profissão respeitando o seu código deontológico, são bem vindos à Ordem dos Médicos.

“[Ouviu falar de médicos do privado que são ‘obrigados’ a faturar para não serem despedidos?] Oiço falar de muita coisa. Tudo aquilo que os médicos fazem fora das suas obrigações deontológicas tem de ter consequências disciplinares”

“Há pessoas que vêm do estrangeiro a Portugal para ter os seus filhos e voltam depois para o seu país. Isso cria um impacto que o Ministério da Saúde tem que analisar, avaliar”

“A Ordem dos Médicos não pode entrar num hospital privado nem num público sem autorização”

Aqueles que não fazem, não são, obviamente, bem vindos. Nós todos os anos temos sanções que aplicamos, sanções temporárias de não poderem exercer a medicina. Mas todos os anos há médicos que são expulsos e nunca mais vão poder exercer. Sou intratável nestas matérias disciplinares.

Estive a ver no site da Ordem dos Médicos que a formação e os exames clínicos realizados por pessoal não médico e não supervisionado está a colocar em causa a saúde dos doentes. Onde é que concluíram isso? No SNS, no privado?
Para a Ordem dos Médicos não há SNS, nem há privado, nem há social. Há cuidados de saúde. É como na Justiça é irrelevante se é no privado ou no social.

A Ordem vai a um sábado ou a um domingo a um hospital ver o que se passa?
Não, mas sabe porquê? Não podemos entrar num hospital privado nem num público sem autorização. É da lei.

Por que faltam médicos de família? O Governo anterior disse que ia resolver o problema e, na altura, eram 1,5 milhões...
São todos os governos, neste momento é 1, 7 milhões, tem vindo a aumentar. Há dois motivos para isso. Há um motivo histórico em que, na altura, o Governo não abria vagas para a medicina geral e familiar. Aliás, Portugal tem um número de médicos hospitalares em relação aos médicos dos cuidados de saúde primários muito elevado, devia ter mais médicos de família. Ao longo do tempo não foram formados médicos de família que fazem falta agora. A realidade hoje é outra. São centenas de médicos que são formados por ano de medicina geral e familiar, mas há dificuldade em fixá-los em determinadas áreas do país.

O fenómeno da imigração vai agravar mais as dificuldades no Sistema Nacional de Saúde?
Em primeiro lugar, do outro lado não há nacionalidades. Há doentes ou pessoas que necessitam de cuidados de saúde. Para os médicos todas as pessoas são iguais, independentemente da sua nacionalidade, da sua origem. Agora é natural que se há mais pessoas, se há mais procura em termos de cuidados de saúde, vai criar mais pressão. O problema que eu vejo aí, muitas vezes, é no turismo em saúde, que tem uma procura inesperada. Há pessoas que vêm do estrangeiro a Portugal para ter os seus filhos e voltam depois para o seu país. Isso cria um impacto, que o Ministério da Saúde tem que analisar, avaliar. Porque é uma população que nós não temos, muitas vezes não é acompanhada na sua gravidez, portanto, não podemos alocar recursos de saúde porque são situações que não são expectáveis. E essa situação devia ser cuidadosamente analisada. O SNS, em qualquer parte do mundo, tem recursos limitados.

Aqui parece que não.
Às vezes existe a tendência de se achar que o SNS é ilimitado, mas não é. Por isso precisamos de ter aqui uma maior organização.

O que acha desta polémica da obrigatoriedade dos recém-formados médicos serem obrigados a ficar no Serviço Nacional de Saúde?
Não concordo com isso. Em primeiro lugar, acho que é importante o SNS se desenvolver mais para ser mais competitivo e conseguir ir buscar esses médicos. Ganham os profissionais e ganham os doentes se isso for feito. Agora os médicos, do meu ponto de vista, são cidadãos como os outros. Se todas as profissões tivessem que dar aqui um tempo ao Estado até não sentia isto como uma desigualdade

Li no seu currículo que estudou muito o fenómeno do *burnout* na classe médica. Não há hoje em dia também um certo exagero, em que está tudo com problemas psicológicos? Parece que o mundo de repente virou uma desgraça completa.
São novas designações para problemas que sempre existiram, acho que é mais isso. E hoje o SNS não é a mesma coisa que era dantes. Há uma pressão brutal sobre o SNS, até porque as pessoas estão mais informadas e são mais exigentes. Recordo-me quando era estudante que, às vezes, até me custava porque íamos a uma reunião de serviço que era uma manhã inteira, onde estavam os médicos mais novos, os mais velhos, os estudantes de medicina e falava-se dos doentes, discutiam os casos, etc. Era diferente, hoje não é assim. Antes de ser bastonário fui a uma reunião de serviço, onde tinha estado quando era estudante. Sabe como é agora? Obviamente que têm uma reunião de serviço, os médicos entram e saem. Um tem que ir para o bloco, outro tem que ir para consultas ou tem que ir para a urgência. É completamente diferente. É uma reunião muito mais curta e está toda a gente com pressa. Toda a gente tem coisas para fazer e perdeu-se um pouco isso por causa desta pressão. Isto é importante. Isso não é maneira de fazer medicina. Hoje os médicos não tem tempo de se juntar. Não têm a disponibilidade que tinham antes. Porquê? Porque hoje são números.

Mas há menos paixão ou, se quiser, menos humanismo?
Sim, mas do sistema. Quando se avalia um médico com números como é que quer que haja humanismo? Em todos estes sistemas de avaliação que existem, onde é que é avaliado precisamente esta questão do humanismo, do profissionalismo, da ética? Onde é que isso é avaliado nos hospitais? Não é. A avaliação é feita em folha de Excel. Até vou dizer mais do que isso. O Ministério da Saúde não se preocupa se o doente foi bem ou mal operado, quer números. O sistema está preocupado com isto? Não está. O que é que o sistema quer? Quer dizer que este ano operou muito mais do que no ano passado, independentemente da qualidade. Se calhar sim, e tem toda a razão, temos de começar a preocupar-nos em avaliar a qualidade dos cuidados de saúde, o valor em saúde, avaliar o humanismo. Não tenho dúvidas nenhumas que o grande desafio da nossa sociedade agora vai ser o desafio do humanismo, da ética, do profissionalismo, até porque vem aí uma coisa fulgurante, exponencial que é a inteligência artificial. A inteligência artificial vai mudar isso tudo e as pessoas não têm bem a ideia da evolução que está a ter a inteligência artificial na saúde e que vai substituir muitas atividades, em muitas áreas.

Vai ser a salvação do SNS?
Para já é capaz de não ser, mas a inteligência artificial vai ajudar. O caminho é por aí: é no desenvolvimento da relação entre o médico e o seu doente. E esse é que é o grande pilar da medicina moderna, o desenvolvimento desta relação que passa por tudo aquilo que falámos. Passa, obviamente, pela qualidade dos cuidados que o médico está a prestar àquele doente, mas passa também por estas questões de proximidade e de humanismo que são muito, muito importantes. ●

ELEIÇÕES GOVERNO PISCA OLHO A PENSIONISTAS

Governo aprovou um suplemento às pensões que será pago em outubro, antes da discussão do OE. Economistas dizem que Montenegro quer fazer pazes com pensionistas e pôr fim à ideia de cortes de Passos Coelho.

TEXTO **Sónia Peres Pinto**

A tratar **«estratégica e estruturalmente do futuro de Portugal»**. Foi desta forma que Luís Montenegro justificou o anúncio do aumento extraordinário das pensões. É para ser aplicado apenas em outubro, mês da apresentação do Orçamento do Estado para 2025, e quem recebe até 509,26 euros (um IAS – Indexante de Apoios Sociais) receberá um cheque extra de 200 euros. Para as pensões entre os 509,26 e 1018,52 euros, o suplemento será de 150 euros. Já as reformas entre os 1.018,62 e 1.527,78 euros receberão mais 100 euros. A somar a esta medida há que contar ainda com o passe ferroviário de 20 euros. Anúncios que, segundo os economistas ouvidos pelo *Nascer do SOL*, já mostram o primeiro-ministro a piscar o olho aos futuros eleitores e a marcar terreno no caso de haver eleições antecipadas.

Em relação às pensões, a medida irá abranger cerca de 2,4 milhões de beneficiários e custará cerca de 422 milhões de euros. Ao nosso jornal, o economista Luís Aguiar-Conraria diz que não sabe onde o Governo vai buscar esse dinheiro, mas admite que possa haver alguma folga de que não estejas a par. **«O Ministro das Finanças é que tem o controlo das coisas e vamos acreditar que tenha isso controlado. Do ponto de vista do equilíbrio das contas públicas, sendo uma medida de um só um ano não é propriamente problemático. Não é o como o caso dos polícias, em que houve um aumento que todos os anos depois tem de ser pago. Neste caso é apenas um cheque e nessa perspetiva são dois ou três euromilhões para financiar uma medida destas»**, salienta.

Também o economista João César das Neves reconhece que para tudo não há verba, mas para esta medida irá haver. **«Veremos no Orçamento à custa de quê»**, afirma. E mesmo afirmando que a economia portuguesa continua a andar **«surpreendentemente melhor»** do que a europeia nos últimos tempos acredita que é normal que desacelere. Ainda assim. lembra que **«essa flutuação pouco tem a ver com os 400 milhões desta medida, que seria sempre duvidosa, mesmo se a economia continuasse forte»**.

Quanto às intenções, Conraria não hesita: **«O que me parece é que Mon-**

JOÃO PEDRO DOMINGOS/PSD

← Luís Montenegro aproveitou o arranque da Festa do Pontal para anunciar um 'bónus' para os reformados

tenegro quer estar preparado para eleições a qualquer momento, o que apesar de tudo é legítimo. Se a oposição tem o poder de o mandar abaixo quando quiserem ele tem de estar preparado para as eleições no momento menos conveniente». E recorda o objetivo que foi assumido, ainda durante a campanha, de o PSD querer fazer as pazes com os reformados. «As pessoas que recebem o dinheiro vão ficar contentes e, pelo menos, numas próximas eleições será mais difícil ao PS acenar com o espantalho dos cortes das pensões no tempo de Passos Coelho. Isso deixa de fazer sentido e nesse aspeto pode ser um boa jogada política»

Também para César das Neves, o suplemento extraordinário das pensões «não constitui uma verdadeira medida política, algo que altere a estrutura dos problemas, mas uma simples benesse pecuniária», acrescentando que «mostra a enorme relevância política que os pensionistas têm em Portugal, um grupo que o atual Governo pretende conquistar, depois do anterior Governo tê-lo sempre cortejado».

Uma medida que não convence Eugénio Rosa ao lamentar que esse valor só seja pago uma única vez, o que não vai alterar «de uma forma permanente a situação de pobreza e mesmo de miséria em que vivem cerca de 1,9 milhões de pensionistas no nosso país», defendendo que o Governo quer «fazer passar a falsa mensagem junto da opinião pública que se preocupa com os pensionistas». E avança com números: «Cerca de 1,7 milhões de pensionistas recebem pensões inferiores ao limitar da pobreza que, em 2023, era 506 euros 260. 000 recebiam mesmo menos de 300 euros. O número de aposentados com pensões inferiores ao limiar da pobreza ultrapassava os 100. 000. É evidente que neste de contexto de pobreza generalizada dos pensionistas e de uma parte dos aposentados, um suplemento de 200 euros para pensões até 508 euros (1,6 milhões pensionistas e aposentados), de 150 euros para pensões superiores até 1018 euros (311.000 pensionistas e aposentados) e de 100 euros para pensões superiores até 1.527 euros (257.000 pensionistas e aposentados) tem relevância».

E como este suplemento único vai ser pago em outubro, o economista diz que é 'obrigado' a pensar que a ideia é pressionar os partidos da oposição na Assembleia da República a aprovar o Orçamento do Estado para o próximo ano. «É uma espécie visível de chantagem de um Governo que é 'bonzinho para os pensionistas'», lembrando que os aumentos em 2025 deverão ser baixos e, como tal, não podem ser «utilizados como arma de arremesso». Isto porque, de acordo com as contas do economista, como a média do crescimento real do PIB de 2023 e 2024 deverá ser inferior a 2%, os aumentos das pensões em 2025 deverão variar entre 1,25% para as pensões mais elevadas (até 6 IAS) e 2,5% para as pensões mais baixas (até 2 IAS) de acordo com a lei que regula a atualização das pensões da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.

Já em relação à despesa extra na ordem dos 400 milhões de euros, Eugénio Rosa admite que é «perfeitamente comportável» pelo Orçamento da Segurança Social aprovado para 2024, acenando com um excedente de 3.191 milhões acumulados pela Segurança Social nos primeiros seis meses deste ano em contabilidade pública, uma vez que, segundo o mesmo, os recebimentos foram superiores aos pagamentos, segundo a Direção-Geral do Orçamento. «Se analisarmos a execução do Segurança Social por rubricas conclui-se que a despesa com pensões paga no 1.º semestre foi de 9.770 milhões quando o orçamento para o ano é de 22.108 milhões, logo, o valor que foi pago na 1.ª metade de 2024 corresponde apenas 44,2% do que consta do orçamento aprovado para 2024. Portanto, no 1.º semestre pagou-se menos 1.290 milhões. O 'buraco' que existe em relação ao défice não é na Segurança Social, mas sim da Administração Central da responsabilidade do Governo que no 1.º semestre de 2024 apresentou um saldo negativo de menos 7.675 milhões em contabilidade pública», salienta.

' Montenegro quer estar preparado para eleições a qualquer momento'

LUÍS AGUIAR-CONRARIA

'Mostra a enorme relevância política que os pensionistas têm em Portugal'

JOÃO CÉSAR DAS NEVES

'A medida não altera de uma forma permanente a situação de pobreza'

EUGÉNIO ROSA

Resposta vai ser insuficiente

Já em relação ao passe ferroviário de 20 euros mensais – que dará acesso a todos os comboios urbanos, regionais, inter-regionais e intercidades e que irá entrar em vigor em setembro – Luís Aguiar-Conraria afirma que lhe parece «um disparate grande». E mesmo reconhecendo que «é perfeitamente legítimo que se estimule os portugueses a andar de transportes públicos para a nossa melhoria de qualidade de vida e para o combate às alterações climáticas» defende que deveria ter havido uma aposta no aumento da oferta. «Não tendo havido uma compra extraordinária de comboios o que imagino é isto irá provocar um prejuízo enorme. Não consigo entender. Vamos ver o que é que vai acontecer, mas parece-me um bocado louco. Não ando em todos os Intercidades do país, mas uso muitas vezes o de Lisboa/Braga e o passe mensal vai ser mais barato do que o bilhete que pago hoje para ir a Lisboa. Se este comboio já está tantas vezes cheio com esses preços vai encher completamente e vai haver uma degradação brutal dos serviços», refere o economista.

Aliás, essa preocupação foi entretanto revelada pela Comissão de Trabalhadores (CT) da empresa ao considerar que o passe vai ser um desastre financeiro para a transportadora e a CP vai mostrar a falta de capacidade para responder ao aumento da procura. E, no seu entender, representa «mais uma grosseira violação» do contrato de serviço público, que prevê que a transportadora seja compensada financeiramente como contrapartida pelas devidas obrigações e que o Estado possa alterar os parâmetros de serviço público definidos, na condição de notificar previamente a empresa, para que tenha tempo de fazer um estudo de viabilidade operacional e de impacto na compensação devida, estudo que tem de passar pela Autoridade de Mobilidade e Transportes (AMT). ●

sonia.pinto@nascerdosol.pt

OE 2025: exigências para aprovar

A aprovação do Orçamento do Estado para o próximo ano está nas mãos do Parlamento, em particular do Chega ou do PS. Pedro Nuno Santos já disse que «**aprovações sem negociação e sem cedência**» tornam complicada uma construção conjunta. Já o presidente do Chega quer um referendo à imigração no início do próximo ano e assume que é uma das condições para viabilizar o orçamento do Estado. André Ventura diz que, perante a pressão migratória, é o momento de ouvir os portugueses sobre se querem limites anuais à imigração e quotas para preencher as necessidades da economia.

Luís Aguiar-Conraria diz ao *Nascer do SOL* que não consegue perceber que interesses é que Pedro Nuno Santos possa ter em ir agora a eleições agora. **«Parece-me mais ou menos óbvio que se vai eleições legislativas por uma crise que será sempre ele a provocar ao não viabilizar o Orçamento de Estado e se não ganhar as eleições acabou-se a sua carreira politica dele ou, pelo menos, acabou-se a carreira dele como líder do PS»**. Ainda assim, reconhece que, **«às vezes, as pessoas são impulsivas e tomam decisões que não são racionais e Pedro Nuno Santos faz isso algumas vezes»**.

Rui Moreira
Os suspeitos do costume

PLENOS PODERES

É fácil atirar pedras aos autarcas, porque estão na primeira linha. Conheci muitos, nestes 11 anos que levo de presidência, e nunca me ouvirão desmerecê-los.

O municipalismo é uma conquista da democracia. Muito do que resta do Estado social, que descrevi no meu último artigo, é assegurado pelas autarquias.

Não me refiro a Lisboa ou ao Porto, onde a presença das instituições do Estado e os orçamentos municipais conseguem suprir muitas das carências da Administração Central. Refiro-me, sim, a autarquias em territórios de baixa densidade, que «**fazem das tripas coração**» para proporcionar qualidade de vida às suas populações. É o caso dos municípios do Fundão, São João da Pesqueira ou Arraiolos, que, com parcos recursos e territórios heterogéneos, produzem pequenos milagres à força de muito esforço e imaginação.

Com a última descentralização, os municípios ganharam novas tarefas. Mas as suas competências mantiveram-se escassas, particularmente na ação social, área em que as autarquias têm falta de massa crítica e a Administração Central determina todos os critérios relevantes. Acresce que os recursos que foram alocados aos municípios são insuficientes e estes não têm capacidade reivindicativa, porque a sua associação foi domesticada pela lógica partidária.

Quem decide os parâmetros e as prioridades das políticas sociais são políticos e altos dirigentes que não conhecem o território, nem reconhecem as suas assimetrias. Políticos e altos dirigentes que, amiúde, revelam pouca sensibilidade ou até paciência para os autarcas do Interior.

Esta realidade complexa escapa aos especialistas bem-intencionados, como Maria João Bárrios, que escreveu no *Público* um artigo algo condescendente, sob o título *Autarquias que comprometem desenvolvimento social*. Num longo arrazoado, Bárrios descreve as competências que as autarquias poderiam desempenhar e conclui que, **«em muitos municípios, elegem-se autarcas sem experiência prévia em atividade política, gestão pública e traquejo deliberativo»**, que **«foram assessores, tornaram-se vereadores e alguns chegaram a presidentes de câmara. Fazem dos mandatos sucessivos uma profissão, que não é!»**.

Não sei se Bárrios pretende que os autarcas eleitos sejam substituídos por regedores de alto rendimento. De resto, quando tipifica os autarcas, poderia estar a descrever ministros ou diretores-gerais, que têm as mesmas carreiras, idênticas limitações e ambições, e por culpa de quem as políticas públicas pouco ou nada arriscam.

Bárrios não sabe que a (escassa) composição do gabinete de um presidente de câmara é estabelecida por lei? Não sabe que a vereação é limitada, que a oposição se senta à mesa do Executivo e que em muitos municípios não há maioria na Assembleia Municipal? E será que também desconhece que os dirigentes municipais – os *yes, minister*, que muito decidem – são selecionados por concurso público, o que não garante o exercício do poder hierárquico pelos órgãos políticos eleitos? Tudo isso está plasmado na infame lei 75/2013, que humilha o poder local e quase define, de forma paternal, a roupa interior que os autarcas têm de envergar.

É fácil atirar pedras aos autarcas, porque estão na primeira linha. Conheci muitos, nestes 11 anos que levo de presidência, e nunca me ouvirão desmerecê-los. Também conheci muitos especialistas, ouvi inúmeros diagnósticos e tive de conviver com vários governos. Não é possível generalizar.

Gostaria de sugerir a Bárrios, e a outros especialistas que vou lendo, que fizessem um esforço para conhecer a realidade. Quero apostar que, se fizerem uma avaliação rigorosa, concluirão que para obter resultados equivalentes, nomeadamente em questões sociais, os municípios desperdiçam menos recursos do que a Administração Central ou a Santa Casa da Misericórdia, que só serve Lisboa. Muitos autarcas só não fazem melhor porque o Estado é voraz e nada mais quer do que ter, nos eleitos locais, tarefeiros baratos. ●

Menstruação: CDS distancia-se do Governo e avança com requerimento

O termo 'Pessoas que menstruam' usado numa campanha da DGS foi apoiado pelo Governo por ser 'linguagem neutra do ponto de vista do género' mas 'obrigou' o CDS a distanciar-se, alegando ser matéria que não estava incluída na coligação.

TEXTO **Sónia Peres Pinto**

O apoio do Governo ao questionário da Direção-Geral da Saúde (DGS) sobre a menstruação que utiliza a expressão «**pessoas que menstruam**» está a criar mal-estar junto dos centristas e também dentro de alguns elementos do PSD. Ao que o *Nascer do SOL* apurou, não há uma guerra entre a coligação AD mas uma tomada de posição distinta face àquilo que o Governo considera ser uma «**linguagem neutra do ponto de vista do género**». O nosso jornal sabe que o acordo preserva a autonomia dos partidos subscritores e o requerimento do CDS apresentado esta quinta-feira cumpriu «**os critérios da lealdade institucional para com o seu parceiro, nomeadamente com contactos prévios**».

De acordo com o mesmo, o CDS questiona esta tomada de posição e defende que campanha da DGS «**é uma proclamação polémica, a que o CDS não se associa e diz respeito a matéria não incluída no acordo de coligação celebrado com o PSD**».

O documento assinado pelos deputados Paulo Núncio e João de Almeida questiona ainda o Executivo: «**Considera ou não o Governo que as campanhas desta natureza devem usar fórmulas que não estimulem polémicas desnecessárias, evitando dividir a sociedade à volta de agendas sociais fraturantes**».

O requerimento chama ainda a atenção para o facto de a menstruação ser uma consequência biológica só possível no sexo feminino, «**constatação esta que não envolve, pela evidência, nenhuma carga discriminatória**», acrescentando que «**apenas as mulheres que nascem com útero menstruam até determinada fase da sua vida. A esse propósito não faz sentido a adoção, por autoridades públicas de linguagem nascidas em perspetivas de reconstrução social e dividem profundamente a sociedade**». E vai mais longe: «**Essa linguagem é desrespeitosa para as mulheres que deixam de ser tratadas como tal para serem incluídas numa referência genérica a pessoas que menstruam**».

Já antes a JPP tinha feito um cartaz a dizer simplesmente «**Diz-se mulher**», referindo que «**ser mulher não é simples, mas é escusado complicar o que é óbvio. Na Juventude Popular não temos dúvidas**».

Também João Almeida, que assina agora o requerimento, tinha criticado esta tomada de posição na rede social X. «**A DGS resolveu fazer um questionário sobre a saúde menstrual, no qual se refere às mulheres como 'pessoas que menstruam'. Precisa-se urgentemente de 'pessoas que pensem' para acabar com estes disparates**» .

Este cenário repete-se junto da bancada parlamentar do PSD que quer obter esclarecimentos sobre expressão em campanha da DGS e se a

BRUNO GONÇALVES

↑ **Bancada centrista censura linguagem que divida a sociedade portuguesa**

a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, deu luz verde a esta expressão. Os deputados sociais-democratas consideram que a entidade de saúde em vez de utilizar a palavra 'mulheres' na sua iniciativa optou 'pela expressão pessoas que menstruam'. **«Sucede que a mudança de linguagem deriva da ideologia defendida por alguns e não da ciência. Parece-me que uma entidade como a DGS, pelos seus propósitos e razão de existência, deveria ser a primeira entidade a usar a ciência como base para a sua atuação»**, refere a pergunta assinada pelo deputado Bruno Vitorino.

O ex-secretário-geral adjunto dos sociais-democratas tem vindo nos últimos dias a afirmar que sempre se opôs à **«agenda *woke* e à guerra cultural»**. Um argumento também defendido por José Ribeiro e Castro que ao *Nascer do SOL* admite que a **«agenda *woke* é sempre fraturante, é uma agenda para partir, para dividir, para desorganizar e tem um efeito tóxico na sociedade»**, lamentando que que organismos do Estado usem o seu poder de autoridade e a sua preponderância para servir essa agenda. **«É bastante negativo e reprovável, mas independentemente da opinião que tenhamos são questões de linguagem e os Governos não se devem meter nessas questões. Já chega o acordo ortográfico e se há algum organismo publico que tem alguma competência sobre isso é a Academia das Ciências. A ingerência, seja da DGS seja qualquer ministro deste ou daquela matéria é profundamente reprovável e até é um gesto de autoritarismo profundamente censurável»**, acusa.

E estranha o *timing* em que esta polémica surgiu. **«Não sei se há pessoas infiltradas do PS ou do Chega porque quando esta polémica surgiu até parecia de alguém associado ao Chega para criar mal-estar no Governo e na coligação e na estabilidade política. No mesmo dia em que André Ventura veio com a imigrarão saiu outra pessoa com a menstruação. Isso parece uma coordenação para criar perturbação e isso é lamentável. Devemos contribuir para apoiar o desempenho do Governo, estamos num período de férias, mas vem aí a *rentrée* e é preciso para os desafios do final do ano que a coligação se entenda e devemos tentar não dividir, não criar problemas à luz de ventos e de modas que não fazem o menor sentido»**, salienta.

> ‘A agenda woke é sempre fraturante e tem um efeito tóxico na sociedade’
>
> **RIBEIRO E CASTRO**

A justificação

Para já, o ministério da Saúde tem remetido explicações para a DGS. Jorge Salgueiro Mendes, o chefe de gabinete de Ana Paula Martins, explicou que **«a Direção-Geral da Saúde é um organismo técnico-normativo, dotado de autonomia técnica, que tem como missão a promoção e proteção de saúde de todos os cidadãos e o estabelecimento de referencias para a prestação de cuidados da saúde com qualidade e adaptados às necessidades de toda a população»**, dando ainda nota que a **«situação não se trata de uma campanha, mas sim de um estudo para diagnóstico de situação sobre a situação menstrual em Portugal»**.

E acrescenta: **«É essencial dispormos da melhor informação para suportar a construção de políticas de saúde eficazes, desde a promoção da saúde à prestação de cuidados de saúde com o objetivo de obtermos ganhos para a saúde da população»**.

Já o Ministério da Juventude e Modernização, tutelado pela ministra Margarida Balseiro Lopes, considerou que a saúde menstrual é uma questão de direitos humanos, defendo que que é necessário a **«conceção de políticas para pessoas que menstruam, onde se incluem as pessoas transgénero e não-binária»** e a utilização de **«linguagem neutra do ponto de vista do género para se referir aos produtos menstruais»**.

Também a psicóloga Gabriela Moita admite que o termo 'pessoas que menstruam' é usado em toda a documentação internacional e explica a razão: **«Há muitas pessoas que menstruam e não se consideram mulheres»** e ao nosso jornal acena com uma linguagem inclusiva. **«É o termo que integra toda a gente, a questão é aceitar ou não aceitar que as pessoas tenham diferentes autoafirmações de si. Se aceita que as pessoas têm diferentes visões de si e se aceita que as pessoas possam ver sobre si próprias outras definições de género que não só serem homens ou mulheres então é a única terminologia que integra todas as pessoas»**. ●

sonia.pinto@nascerdosol.pt

Joana Amaral Dias
Pessoa que ejacula

TOMADA DE POSSE

Também podia vir o 'pessoa que ejacula', 'pessoas que engravidam', serviços de saúde sexual e reprodutiva para 'Pessoas com Útero' e 'Pessoas com Próstata'.

Após a DGS empregar o **«pessoas que menstruam»** (também criticado por deputados do PSD), a ministra da Juventude e Modernização veio defendê-lo a todo o custo.

Como é evidente, já não há esquerda/direita. Resta uma baba *wokista* que em nome de uma suposta inclusão asfixia o universalismo, tanto que se pretende o extermínio das mulheres do espaço público – seja no desporto, na beleza ou seja no vocabulário oficial. Para esse efeito, importa começar por matar a palavra Mulher. Heidegger dizia que **«A linguagem é a casa do ser»** e há mesmo essa identificação ontológica entre ser e linguagem. Por isso, visam substituir pai e mãe por progenitor; grávida por gestante; masculino/ feminino por sexo designado, etc.. Nas universidades anglo-saxónicas – manjedouras deste ideário – a obsessão pela palavra *'Woman'* é tal que já foi substituída por *womyn, wimmin* e *womxn*.

Já agora, também podia vir o 'pessoa que ejacula', 'pessoas que engravidam', serviços de saúde sexual e reprodutiva para 'Pessoas com Útero' e 'Pessoas com Próstata'.

Certo é que urge desmontar a mistificação em torno desta dogma da linguagem neutra. A fala nunca é água insípida, incolor e inodora e não é preciso ser um especialista em Psicolinguística ou biolinguística para o entender. Muito menos a relativa à sexualidade e à afetividade. Apesar disso, e ao contrário do que berra a religião *woke,* as palavras têm menos carga ideológica quanto mais se aproximam da verdade biológica, dos factos (tal como propunha Hannah Arendt).E ficam super-carregadas ideologicamente sempre que se afastam dos dados científicos/naturais.

Vejamos um exemplo. No patriarcado 2.0, também se defende que a palavra 'mãe' deve ser substituída por 'pessoa lactante'. Acontece que esse som e suas variações são quase globais. Anama é como se diz em esquimó. *Maa* na Índia . *Māma* (/) é chinesa, *Mādar* é persa, *Moeder* sul-africana, *Ama* é basco, *Mana* é grego, *Manman* é crioulo haitiano, *Majka* é macedónio, *Mamma* é norueguês, *Mama* russo, *Mati* ucraniano, *Muter* é *Yiddish*. Algo de semelhante acontece com a palavra Pai. Diferentes razões explicam esta coincidência, mas mora aqui a sobrevivência da espécie humana. O som mais fácil para um bebé é o A que não requer qualquer movimento da língua/lábios. Mais. M é a consoante labial que, inadvertidamente, surge quando o bebé está a mamar: um ligeiro murmúrio nasal, o fonema produzido pelos lábios pressionados contra o mamilo/tetina e a boca cheia. Assim, quando o bebé tem fome repete este som antecipando o que precisa. Chama-se mesmo sinal antecipatório. Alias, a atividade cerebral do bebé dispara quando escuta os sons 'Ma' e 'Pa' e hoje sabe-se que os recém-nascidos já estão pré-programados para reconhecer esse tipos de sílaba.

Ou seja, 'pessoa lactante' é ideológico enquanto Mãe ou Pai é a evolução de milhões de anos do *homo sapiens sapiens*.

A apregoada neutralidade do linguajar *wokista* encera uma agenda tóxica que visa, sobretudo, controlar a linguagem sobre a nossa sexualidade/afetividade. Isto é, dominar o nervo da mente humana. Ou melhor – destruí-lo. É, sobretudo, anti-pessoa. ●

atomadadeposse@gmail.com

Santa Luzia está bem e inspira confiança

Existe um plano especial de emergência para a barragem de Santa Luzia, mas isso não significa que haja perigo de rutura. Todas as barragens são obrigadas a ter esse plano.

TEXTO **João Sena**

Há 260 barragens em Portugal, mas foi a de Santa Luzia que se tornou notícia pelo facto de ter um plano especial de emergência que foi sujeito a consulta pública. A informação pode ser, de algum modo, assustadora, mas a realidade é bem diferente. Uma fonte da EDP Produção, que tem a concessão da barragem, disse ao *Nascer do SOL* que a existência de um plano de emergência não significa que haja qualquer problema estrutural, nem que a segurança esteja em risco. As barragens estão a passar por um processo preventivo de acordo com o Regulamento de Segurança de Barragens, que tem por objetivo proteger as populações e bens e reduzir o impacto de uma eventual catástrofe. A elaboração do plano de emergência para Santa Luzia é, portanto, um processo normal e obrigatório, que é seguido para todas as barragens em Portugal.

A barragem de Santa Luzia foi inaugurada em 1942, tem 76 metros de altura e uma albufeira com uma capacidade de 54,8 milhões de metros cúbicos de água, que se estende por 50 quilómetros quadrados. Está localizada no rio Unhais, no concelho da Pampilhosa da Serra, e abrange as freguesias de Fajão-Vidual, Cabril e Unhais-o-Velho. Destina-se à produção de energia, controlo de cheias, abastecimento de água, irrigação dos campos e atividades aquáticas de lazer. O plano especial de emergência – documento com 171 páginas – que esteve em consulta pública até 15 de agosto consiste num conjunto de orientações para fazer face a situações graves decorrentes da rotura da barragem. Importa explicar que o cenário de rutura considerado neste plano teve por base uma brecha de forma trapezoidal com largura máxima de 20 metros, aproximadamente igual à secção transversal do rio no local da barragem. Este tipo de situação não é o esperado durante a vida de uma barragem, mas serve para caracterizar situações de emergência e definir medidas e procedimentos de proteção.

O facto de existir um plano de emergência não significa que a barragem esteja em risco garantiu Jorge Alves Custódio, presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. **«Criou-se um alarido sobre o plano que esteve em consulta pública»**, começa por nos dizer. **«Há uma dissonância entre as informações vindas a público e a realidade»**. E continua: **«A barragem de Santa Luzia é antiga, mas não existe nenhum problema de segurança. Enquanto presidente da Câmara e entidade responsável da Proteção Civil foram-me dadas garantias de que não existe o risco de rutura. São realizadas inspeções frequentes e há sensores de medição que permitem monitorizar permanentemente esta barragem, como todas as outras que existem em Portugal. Há algumas fissuras à superfície, mas não são estruturais, são do passadiço por onde passam as pessoas e não têm qualquer perigo»**. Jorge Alves Custódio sublinhou que **«Santa Luzia ainda não tinha plano de emergência, por isso só agora se falou no assunto. Este plano vem na sequência**

WIKIMEDIA COMMONS

↑ A barragem de Santa Luzia já tem um plano de emergência

do processo de sinalização feito em todas as barragens há cinco anos, com sinais sonoros nas povoações a jusante da barragem no caso de haver um rebentamento ou enchimento anómalo».

Plano de emergência

As barragens estão localizadas nos cursos de água e, embora sejam projetadas e edificadas com a máxima segurança, é praticamente impossível eliminar todos os riscos, nomeadamente o colapso da estrutura ou a cedência das fundações. Uma rutura repentina provoca uma onda de grande dimensão que coloca em perigo a população ribeirinha e causa elevados danos materiais. O plano de emergência elaborado com base em hipotéticos cenários de risco faz o inventário dos meios e recursos disponíveis e define os procedimentos a adotar pelo concessionário da barragem e pela Proteção Civil, antecipando medidas a tomar, nomeadamente os pontos de encontro para as populações afetadas e os itinerários de evacuação. No caso da rotura total da barragem de Santa Luzia, o estudo indica que na primeira parte do percurso o caudal de água teria um volume superior a 25.000 metros cúbicos por segundo, a onda de inundação podia chegar aos 28,5 metros de altura e a albufeira ficaria vazia em pouco menos de duas horas. A onda demoraria 34 minutos a percorrer cerca de 15 quilómetros, ou seja, até chegar à sede do concelho de Pampilhosa da Serra. No total seria afetada uma área de 3.397 hectares.

O plano especial de emergência contempla quatro zonas de salvamento e socorro, sendo a primeira a 17,7 km da origem do acidente e a última na barragem do Cabril, a 50,6 km da origem, onde a onda de inundação chegaria passados 78 minutos. Nas zonas de auto-salvamento, os avisos de evacuação são feitos através de sirenes a instalar em sete pontos do percurso a jusante da barragem, acionados remotamente a partir do ponto de observação e controlo da barragem pelo dono da obra que é a EDP Produção, uma vez que não há tempo para os serviços de Proteção Civil avisarem a população. Segundo o documento, uma eventual rotura da barragem de Santa Luzia afetaria diretamente cerca de 2.600 residentes e uma população temporária de 744 pessoas na Pampilhosa da Serra. ●

joao.sena@nascerdosol.pt

Francisco Gonçalves
Os turistas e as bisnagas

POSFÁCIO

Deitar vantagens competitivas pela janela nunca foi boa política.

A notícia de que alguns turistas foram 'atacados' em Barcelona, por manifestantes munidos de bisnagas, surpreendeu os menos atentos. Parece que se tornou moda culpar o turismo, e os turistas, pelos males das cidades europeias (o fenómeno é sobretudo europeu).

Em Veneza, cidade que desde os anos 50 do século passado já perdeu cerca de 120 mil habitantes, houve protestos contra o turismo de massas, apontado o setor como o responsável pelo crescimento dos preços da habitação.

Por cá, em Sintra, já houve protestos sonoros contra o trânsito caótico e a subida dos preços das casas, que o turismo terá provocado. Diz-se que a vila, património da humanidade, está a ser descaracterizada.

Curiosamente, os manifestantes criticam o turismo, como atividade, e não as políticas públicas que não defendem as comunidades dos impactos negativos da mesma.

Vamos, porém, colocar a questão em perspetiva. Estes protestos ocorrem em países nos quais o turismo tem um peso relevante na criação de riqueza: Portugal, 20% do PIB, Espanha, 14,6% do PIB, e Itália, 10,5% do PIB (na UE, o peso médio do turismo nos diversos PIB é 10,1%). Claro está que, para além do peso do setor na economia, soma-se a sempre relevante criação de postos de trabalho. Será que quem protesta leva estes factos em consideração? Certamente que não.

Há muito que vimos escrevendo que a habitação não recebeu (até recentemente), por parte da maioria dos governos europeus, o tratamento devido. Ainda que esta esteja nas constituições (como na portuguesa) como um direito fundamental, a realidade é que foi sendo tratada apenas como mais um setor da atividade económica, repetindo-se a frase 'é um problema do mercado'.

Como escrevemos na passada semana em relação à saúde, se o acesso à habitação deve ser universal, o mercado funciona onde há recursos económicos para funcionar. Quando não funciona (leia-se 'pobres' ou 'empobrecidos'), o Estado tem de intervir, por forma a que esse direito não seja letra morta. Paralelamente, mesmo onde o mercado funciona, tem de haver equilíbrio entre oferta e procura – os promotores não estão no mercado para fazer caridade, estão para maximizar o seu lucro.

No que respeita ao impacto da chegada dos turistas a uma cidade, seja na infraestrutura, seja nos equipamentos, a cobrança da taxa turística tem sido a medida mais eficaz para que estes contribuam para a vida da cidade. Em Lisboa, por exemplo, desde que a medida entrou em vigor, em 2016, a mesma já contribuiu com mais de 200 milhões de euros para os cofres municipais. A justeza dessa taxa reflete-se na sua generalização, ainda este mês teve início a sua cobrança em Oeiras.

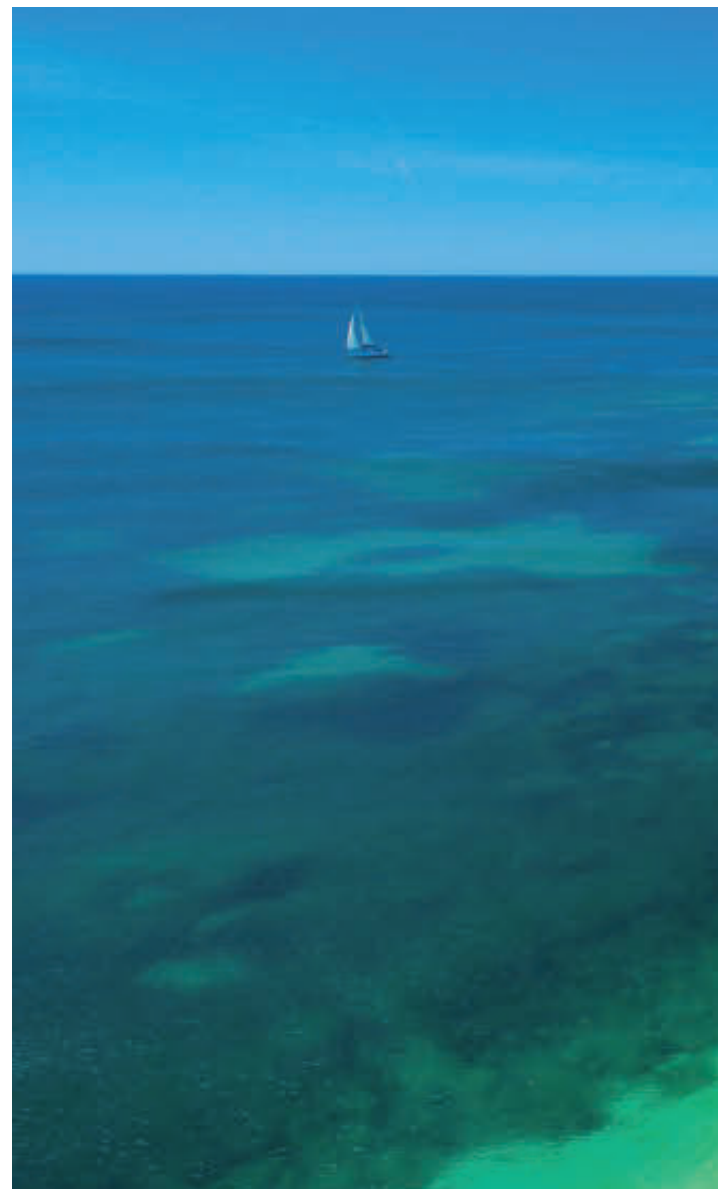
Este não é um artigo apologético dos impactos do turismo ou glorificador das suas virtudes (até porque uma economia desindustrializada não é uma economia efetivamente competitiva), apenas se procura chamar a atenção para excessos e para o que se pode estar a pôr em causa, dirigindo o foco da gestão dos impactos do setor para o lugar correto, os governantes. É a estes que devem ser assacadas responsabilidades na gestão da vida na cidade, não a quem vem visitar.

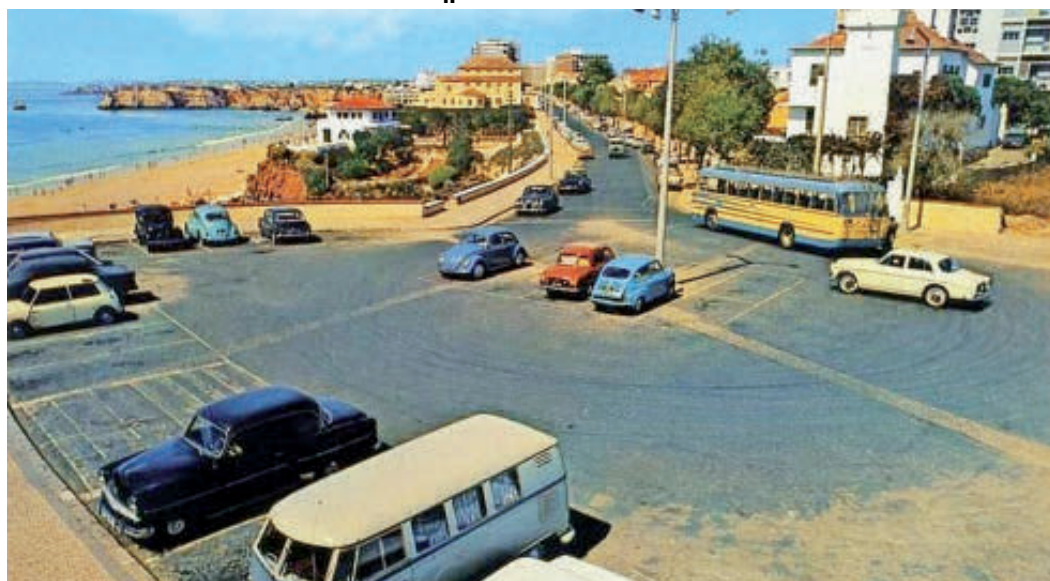
Em Portugal, parece ter-se passado da euforia pelo papel do turismo na recuperação económica do país no 'durante' e 'pós-*troika*', para uma lamentável ingratidão.

Quando deitamos 'bisnagadas' num turista, convém pensar no quanto do nosso bem-estar comum que decorre desse turista, com a riqueza que nos ajuda a criar. Deitar vantagens competitivas pela janela nunca foi boa política. ●

SOL DE VERÃO

O barlavento algarvio, das praias com rochas e mar às cores

São das praias mais bonitas da Europa, com as rochas esculpidas pela erosão do mar e do tempo, a areia branca e fina e uma água cristalina que mistura tons de azul e de verde dignos das mais belas aguarelas impressionistas. O barlavento algarvio, de Sagres a Olhos d' Água, é uma pintura inspirada com uns borrões de construção a mais que, mesmo assim, não lhe retiram o singular encanto.

1.

2

3.

4.

1. Praia da Marinha
2. Cabo de São Vicente, Sagres
3. Praia da Rocha, 1967
4. Armação de Pêra, 1970
5. Ponta da Piedade
6. Praia da Rocha
7. Carvoeiro

HHJKHJKHJKH

5.

6.

7.

PETISCOS AO SOL

Peixinhos da horta
Jukebox

LAGOS Se não marcar com uns dias de antecedência, vale a pena a espera por mesa – até porque já ninguém está à espera de outra coisa no Algarve em pleno verão – para disfrutar de uma boa refeição de tapas e petiscos em Lagos neste restaurante que tem uns deliciosos e crocantes peixinhos da horta, entre tantas outras iguarias. Dos mexilhões ao lingueirão, dos cogumelos com pimentos às bochechinhas de porco.

Sardinhas e salmonetes
Sueste

FERRAGUDO Na margem direita da foz do Arade, com a esplanada com vista para Portimão, é o último de uma fiada de restaurantes e tem uma grelha que faz maravilhas. A matéria-prima é sempre fresca e quem a põe nas brasas sabe o que está a fazer. Sardinhas e salmonetes saem como pão quente na alvorada. Mas todo o peixe é bom. E o marisco. E a sopa de peixe e o xerém.

Iscas com elas
Veneza

MEM MONIZ Só a garrafeira do Sr. Janeiro já merecia a paragem, que se torna obrigatória para quem aprecia a boa e tradicional cozinha de tacho bem portuguesa. As iscas, bem fininhas como se impõem, pedem um bom tinto maduro, como o lombo na frigideira com ovo a cavalo ou a sopa montanhesa com carnes e enchidos do melhor.

SOL DE VERÃO

António Bagão Félix: 'A minha 'vizinha' de praia é a minha mulher'

BRUNO GONÇALVES

Quais são as recordações mais fortes que tem das férias com os seus pais?
O de terem sido com os meus pais.

Voltou ou volta com frequência ao seu lugar de férias de criança?
Sim, todos os anos volto à Costa Nova e a Ílhavo.

Mantém amizades com os 'vizinhos' de praia?
A minha 'vizinha' de praia é a minha mulher, com quem comecei a namorar – na praia da Costa Nova – há 58 anos.

Qual foi o primeiro livro que se recorda de ter lido e qual o marcou mais?
Os livros que a biblioteca itinerante da Gulbenkian me 'emprestava' quinzenalmente quando, na década de 50, a carrinha passava junto de casa. Recordo os livros da Condessa de Ségur, as biografias célebres e os livros de geografia.

Que música associa ao verão?
As lindas canções francesas e italianas da minha juventude.

Qual é para si o ideal de férias?
O Outono suave e remanso, depois do cansaço do calor.

Que hobbies não dispensa em férias? E restaurante?
Os mesmos de quando não me sinto em férias.

Qual foi a pior experiência de férias que teve?
A de não ter tido férias.

Praia ou campo? Portugal ou estrangeiro?
Campo alentejano, com uns salpicos de praia.

O que o chateia mais na praia?
Frequento muito pouco. Mas o que mais me incomoda é o tempo para lá chegar, a areia e o excesso de sol, sendo que o melhor dest
e é a sombra.

Quais são as suas praias preferidas?
Costa Nova.

Quem mandava dar um mergulho para refrescar ideias?
Ninguém, porque as ideias poderiam vir salgadas.

Cerveja, vinho, sangrias ou água?
Água.

Faz ginásio/pratica desporto durante as férias?
Ginásio, nunca. Para a minha idade, pratico o desporto de andar e andar.

Durante as férias passa mais tempo a atualizar as redes sociais ou aproveita para se desligar desse mundo? Desliga-se da actualidade nacional e internacional?
Aproveito este inquérito para pedir que não me mandem mensagens.

↑ Bagão Félix diz que não mandava ninguém dar um mergulho para refrescar ideias porque 'poderiam vir salgadas'

Chega-lhe uma semana de férias, 15 dias ou não prescinde de um mês seguido?
Vê-se que este inquérito é mais de férias que de verão, é mais para gente em idade activa do que para pessoas antigas e reformadas. Para mim, não tenho férias, nem trabalho. Ou melhor, trabalho e tenho férias, à minha escolha.

Qual o seu maior vício em férias?
Vaguear pela bela botânica.

Que talento pagaria para ter?
Nenhum.

Qual o político que mais admira ou admirou?
W. Churchill.

Com quem não se quer cruzar de todo?
Com o diabo disfarçado de não diabo.

* Não escreve com acordo ortográfico

GIRA DISCOS

Músicas intemporais (que não passam nem com um mergulho!)

A música parece-se reinventar todos os anos. São estilos novos que aparecem e que obviamente surgem por influência de outros mas que vão trazendo novidades mas também novos cantores e temas originais que vão emprestando uma capacidade única de trazer sempre qualquer coisa de diferente. Há no entanto várias canções que são intemporais, seja porque nos ficam no ouvido para sempre ou porque nos trazem boas recordações que nos remetem para memórias inesquecíveis. Estes grandes clássicos têm também a capacidade de sobreviver através de gerações, muitas vezes passados de pais para filhos e dos avós para os netos e com eles vão-se moldando gostos e características que nos fazem pesquisar por mais. Eu tive (e tenho) a sorte de ter um pai que toda a vida conjugou a sua parte profissional com a sua veia de músico, tendo também passado pela rádio. À conta desse seu gosto sempre tive em casa centenas de discos de vinil que fui experimentando desde cedo e dentro desses guardei na minha mente alguns temas que me ficarão para sempre. Talvez o que me remeta mais para o Verão seja o **In the Summertime** um original de 1970 do excêntrico Mungo Jurry que continuo a ouvir de quando em vez e que me soa sempre a sol e à magia das férias.
Muitas outras fui conquistando à custa do meu interesse, fosse pelo gira discos lá de casa, por sugestão de amigos ou simples bandas sonoras de filmes que me ficavam no ouvido. A mais antiga dessas todas trouxe-me precisamente um filme de nome **American Shaolin** de 1991 e que punha um monge americano a ensinar aos outros um êxito dos anos 50 de Eddie Cochran chamado **Summertime Blues.** Continuando nos filmes quem é que não se lembra do **Grease?** O musical de 1978 marcou muitas gerações e com ele, canções como **Summer Nights** interpretada pelos atores Olivia Newton-John e John Travolta. Ainda hoje se pode ouvir em muitas pistas de dança o célebre **A-wella, wella, wella, tell me more, tell me more** da mesma forma que a música **Dreams** do Fleetwood Mac continua a ser remisturada por dezenas de *djs*. Duas outras que fui buscar ao baú do meu Pai foram o **Summer in the City** dos The Lovin' Spoonful, lançado em 1966 e o **Under the Boardwalk** dos The Drifters e que os BeachBoys também interpretaram. Por falar na banda californiana não há como não referir o **Good Vibrations** ou o **Kokomo.**
Se é como eu, um amante de músicas intemporais que nos deixam um sabor a sol e calor deixo por aqui mais umas quantas para que possa desfrutar a caminho da praia e que o deixarão com um sorriso na cara e muita vontade de dançar! Começo pelo **Surf & City**, um original de 1963 de Jean & Dean, **Somewhere Beyond the Sea** de Bobby Darin, **Rockaway Beach** dos Ramones, **(Sittin' On) the Dock of the Bay** do grande Otis Redding ou **Soak Up the Sun** da Sheryl Crow. Para finalizar talvez a minha música de Verão preferida, que me foi apresentada pelo meu primo, com quem nem tinha muita afinidade musical mas que curiosamente me deixou **Santeria** dos Sublime! ●

José Paulo do Carmo

Filipa Chasqueira
A importância de dizer Não

FALAR BAIXINHO

Dizer que não é conduzir a criança a seguir por um caminho seguro, é guiá-la, mostrar-lhe até onde pode ir, não só na relação com os pais, mas com o mundo e com ela própria.

Muitos adultos têm dificuldade em rejeitar situações que não lhes agradam, que não desejam e que até lhes podem ser prejudiciais. Por insegurança ou culpabilidade muitas vezes preferem prejudicar-se ou abdicar do que querem para não desagradar ou desiludir os outros. Nas famílias, por exemplo, essa situação é recorrente, e vê-se frequentemente na dificuldade que alguns filhos adultos têm em dizer não aos pais, chegando a comprometer, em algumas situações, a sua emancipação.

Curiosamente, numa outra fase da vida, sobretudo nos dias de hoje, assiste-se precisamente ao contrário: pais que não conseguem dizer que não aos filhos porque acreditam que para os fazerem felizes não os podem contrariar.

Na verdade, dizer que sim até é muito mais simples e traz muito menos aborrecimentos. Ficam todos amigos, fazem boa figura e o assunto fica arrumado. Já dizer que não é um 'cabo dos trabalhos'. Implica zangas, que implicam chatices, birras, amuos, insistências exasperantes e ainda a eventualidade de acabar como o pai mau com uma criança triste e injustiçada a chorar por sua causa. Claro, ser contrariado não é nada agradável! Mas inevitavelmente acabará por acontecer e quanto menos ferramentas se tiver para lidar com essa frustração mais difícil será.

Não vale a pena dizer que não a tudo e mais alguma coisa. Pelo contrário, convém definir aquilo que é realmente importante negar ou proibir e explicar porquê. Fazer ver que há coisas que não são mesmo permitidas, que não serão negociáveis e que são os pais que têm a responsabilidade de tomar essas decisões.

Quando querem alguma coisa que lhes é negada, os filhos já jovens passam habilmente a ideia de que os pais dos outros deixam sempre tudo, são muito mais permissivos, muito mais porreiros, com uma mentalidade muito mais aberta e muito mais compreensivos. Há uma chantagem implícita que leva muitos pais a acreditar que não só são os chatos, como são os pais mais chatos de todos. E ninguém quer ser 'O chato'! O que muitas vezes acaba por levar muitos corações moles ou mais inseguros, movidos por este jogo emocional, a permitir aquilo que não acham sensato.

Os pais têm um lugar muito mais importante do que o do amigo porreiro. Têm o papel chato, cansativo e muitas vezes ingrato de balizar, de educar, de guiar. Dizer que não (na altura certa) é conduzir a criança – para quem não há limites – a seguir por um caminho seguro, é guiá-la, mostrar-lhe até onde pode ir, não só na relação com os pais, mas com o mundo e com ela própria. É não permitir que mantenha a ilusão de que ocupa o centro do mundo, mas oferecer-lhe um lugar seu. Pelo contrário, abandoná-la à sua vontade é deixá-la crescer sem limites e sozinha. É mostrar-lhe que é ela que manda, que não há ninguém capaz de a conter ou guiar, que está por sua conta.

Dizer que não é um ato de amor e de preocupação. É oferecer uma bússola que se guarda para sempre, que será essencial para a ajudar a desbravar os caminhos mais sinuosos e imprevisíveis da vida. ●

Psicóloga na ClinicaLab Rita de Botton
filipachasqueira@gmail.com

COCKTAIL

GRAMÁTICA

Será lhe paga?

Os primeiros-ministros geralmente não se distinguem pelos primores de linguagem, e António Costa era um bom exemplo disso. Mas há erros imperdoáveis num chefe de Governo. Na Festa do Pontal, ao anunciar os bónus atribuídos pelo Governo aos pensionistas, Luís Montenegro usou a expressão **«será lhe paga»**. Podia tratar-se de um simples lapso, mesmo assim não muito desculpável. Mas Montenegro usou a expressão 3 vezes seguidas – **«aos... será lhe paga...; aos... será lhe paga...; aos... será lhe paga ...»**, mostrando que a gramática não é com ele... e não tem entre os seus assessores quem o corrija. Com primeiros-ministros assim, como estranhar que os estudantes sejam maus a Português?

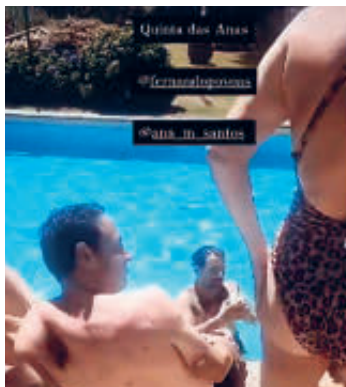
POLUIÇÃO

Já não bastava o incêndio

O incêndio que tem flagelado impiedosamente a Madeira, provocando tremendos estragos, inundou a região de fumo e de cinza. Mas não contentes com isso, os paquetes fundeados na baía do Funchal decidiram estar todo o tempo que permaneceram ali de motores ligados, lançando mais fumo sobre a já fustigada região. Num tempo de restrições ambientais, não seria de recomendar um pouco de cuidado aos comandantes dos navios?

IMPROVISO

Dormitório no aeroporto

O encerramento do aeroporto do Funchal devido ao incêndio no arquipélago provocou natural confusão nas respetivas instalações, onde teve de dormir muita gente em colchões disponibilizados pela própria administração. Felizmente estava calor, e os passageiros não precisaram de cobertores, dormindo destapados, como a imagem documenta. Se o tempo estivesse frio, possivelmente a situação seria mais difícil de resolver.

CUMPLICIDADES

Festa no Norte

O cirurgião plástico Fernando Póvoas fez uma festa de Verão na sua casa nos arredores da Maia, onde não faltou Pinto da Costa, ainda a digerir a derrota contra Villas-Boas. Mas diz quem lá esteve que o 'eterno presidente' portista se mostrou animado e conversador. Outro dos presentes foi o ex-árbitro Artur Soares Dias, que surgiu num vídeo deitado descontraidamente junto à piscina, não parecendo constrangido com as críticas dos que o acusam de excessiva cumplicidade com gente ligada ao FC Porto. E em agradecimento ao anfitrião, escreveu: **«Obrigado caro amigo pelo convite endossado. Foi um gosto enorme estar presente na tua festa junto com as dezenas de convidados que achaste por bem convidar para o teu Lar e assim partilhares a tua felicidade e alegria!»**. Gente do Norte é outra coisa!

CIVILIZAÇÕES

Regresso às origens

Em protesto contra aquilo que consideraram uma discriminação por parte do pessoal de uma cadeia de supermercados na África do Sul, centenas de negros, homens e mulheres, apresentaram-se nus nas respetivas instalações, apenas com um pedaço de tecido a tapar o sexo. E a quem os criticava, respondiam que aquela indumentária fazia parte da sua cultura – e se os brancos se sentiam incomodados, eles é que estavam ali a mais. A verdade é que, se não tivesse havido colonização, não sabemos como se vestiriam hoje aquelas pessoas.

HISTÓRIA

La Vuelta em Aljubarrota

Na etapa Cascais-Ourém, os participantes de La Vuelta atravessaram a histórica vila de... Aljubarrota. E os populares concentrados à beira da estrada interrogavam-se sobre a decisão dos organizadores da prova de fazerem passar a volta à Espanha por uma localidade de tão más recordações para os castelhanos. Para quem não se lembrasse do célebre episódio da padeira, uma espetadora não perdeu a oportunidade de o recordar, surgindo junto ao asfalto com uma ameaçadora pá de padeiro – exibindo-a ostensivamente aos ciclistas e respetivas comitivas.

Viaje no tempo no MUDE: o Museu do Design reabriu portas e espera a sua visita

No coração da Baixa Pombalina, em Lisboa, o Museu do Design (MUDE) reabriu as portas do edifício ao público, após oito anos de encerramento, e está a convidar os visitantes a explorar um quarteirão histórico inteiramente requalificado. Uma experiência que funde inovação e herança cultural num lugar projetado para todas as gerações e para o futuro

AMÉRICO SIMAS

São oito pisos, seis mil metros quadrados de exposição e quase 14 mil de área bruta que num quarteirão, em plena Rua Augusta, vão acolher rotativamente as cerca de 17 mil peças de conteúdo museológico, 1362 das quais integradas na **Coleção Francisco Capelo.** Este núcleo foi comprado ao colecionador pelo município, em 2002, e é composto por mobiliário, luminária e objetos utilitários que refletem os principais movimentos e correntes do *design* internacional desde a década de 1930 até ao final do século XX. O restante acervo, maioritariamente recebido através de doações dos próprios *designers*, dá a conhecer a evolução do *design* em Portugal desde o final do século XIX.

Após oito anos fechado ao público, o MUDE – Museu do Design foi integralmente requalificado e já está de novo de portas abertas no coração da Baixa de Lisboa a todas as pessoas que o queiram descobrir, incluindo visitantes com mobilidade condicionada, dispondo de elevadores, plataformas elevatórias e rampas adequadas. Além disso, todas as exposições disponibilizam informação em sistema braille.

«Aproveitar e recuperar os materiais existentes», foi uma das preocupações, assinala o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, para quem este é o **«museu das interseções entre o passado e o futuro, entre o físico e o digital, a sustentabilidade e a inclusão»**, de olhos postos no futuro. Uma viagem também pela história de Portugal que cruza as heranças do passado com o *design* contemporâneo, em que foi feita uma fusão entre inovação e cultura. A partir de finais de setembro, passará a ser **«uma montra de talentos do *design* português, mas também do *design* do mundo»**, concluiu o edil.

Inaugurado, inicialmente, em 2009, o MUDE recebeu, até ao encerramento, em 2016, perto dois milhões de visitantes. Agora, prepara-se para uma nova etapa, com o objetivo de se reafirmar como espaço de referência cultural e criativo na capital, acolhendo tanto o público nacional como internacional, com uma programação diversificada que promete explorar o diálogo contínuo entre tradição e modernidade no mundo do *design* e das outras expressões da cultura de projeto.

O que o visitante pode esperar

Neste momento, e até 31 de outubro, estão visitáveis os pisos -1, 0, 1, 2, 4 e 6, com a exposição temporária **O Edifício em Exposição**, uma oportunidade única para conhecer a arquitetura, os segredos e as transformações pelas quais passou o edifício do MUDE — outrora, Banco Nacional Ultramarino —, ao longo da sua história de mais de 150 anos, e que é a prova da evolução do *design*, da arquitetura e da engenharia.

Para a diretora do museu, Bárbara Coutinho, as obras de requalificação, que podem agora ser admiradas, permitem ao Museu ter todas as condições para **«oferecer uma série de valências para dar a conhecer, debater, questionar e refletir sobre o *design* e a nossa sociedade, tal como as áreas doserviço educativo, o auditório, mas também espaços de lazer. É um lugar projetado para todas as gerações e para o futuro»**.

Além da área expositiva, que integra, ao nível da cave, a Sala dos Cofres, com 3552 antigos cofres de aluguer que privilegiam peças de pequena escala, e onde se encontra, atualmente, vitrinas com 77 garrafas de vidro intactas anteriores ao terramoto de 1755, descobertas em 1998, durante as obras de reforço estrutural realizadas, à época, no edifício; o renovado MUDE dispõe, ainda, de uma biblioteca, já aberta ao público, uma cafetaria, um restaurante e uma loja-livraria, que irão iniciar a sua atividade em breve, bem como um espaço verde exterior com espécies autóctones, mediterrânicas e xerófitas, no topo do edificio, com vista 360º sobre a cidade.

↑ 'Quisemos recuperar e restaurar a maior parte das estruturas com menos betão, mais imaginação, mais sustentabilidade. É um orgulho entregar o novo MUDE aos lisboetas', disse Carlos Moedas

A partir de final de setembro, o Museu do Design inicia a sua programação regular, sendo que em outubro o 3.º e o 4.º piso recebem a primeira exposição de longa duração, que pretende reler a história do *design* e apresentar o *design* português em contexto e como processo projetual.

Visite o MUDE às terças, quartas, quintas e domingos das 10 às 19h00 e às sextas e sábados das 10 às 21h00 e saiba mais sobre o percurso de um edifício histórico da Baixa Pombalina que neste momento inclui soluções tecnicamente inovadoras, sustentáveis e integradas.

Mais informações em *mude.pt*. ●

Conteúdo patrocinado

Preçário

A aquisição de bilhetes para a exposição temporária é realizada na receção do Museu (Piso 0), com a entrada a custar, para os adultos, 11 euros acrescidos de 2 euros caso se pretenda visita guiada, havendo, no entanto, descontos de 50% para jovens dos 13 aos 25 anos, estudantes ou seniores com idade igual ou superior a 65 anos, e grupos de mais de 15 pessoas. Há ainda passes Família e descontos para grupos escolares. A entrada é permanentemente gratuita para os lisboetas mais jovens (com menos de 23 anos) e seniores (com 65 ou mais anos) através do Passe Cultura.

EXCITAÇÕES

O meu pai foi o homem mais importante do Portugal do século XX.

Ser filho de Mário Soares foi uma sorte fantástica. E também um peso.

JOÃO SOARES
Ex-ministro da Cultura, *JN, 18/08*

ÁLVARO SIZA VIEIRA
Arquiteto,
JN, 15/08

Em Portugal não gostam do meu trabalho.

NICK CAVE
Músico,
Expresso, 15/08

As pessoas mais miseráveis podem criar as coisas mais belas.

ARTUR SOARES DIAS
Ex-árbitro,
A Bola, 20/08

Se soubesse que Pinto da Costa estava na piscina não teria ido lá.

CATARINA FURTADO
Apresentadora, *A Beleza das Pequenas Coisas, 17/08*
A liberdade intimida os homens? (...) Pode acontecer. Mas eu sou muito meiguinha também, portanto, a meiguice ajuda a domesticar o lado sexual mais selvagem.

MADALENA SÁ FERNANDES
Escritora, *Público, 20/08*
Sou compulsiva, quase tudo aquilo de que gosto se torna depressa um vício.

JOSÉ DE FARIA COSTA
Antigo provedor de Justiça, *Público, 20/08*
É inadmissível que juízes e juízas cheguem atrasadíssimos e não tentem sequer balbuciar um pedido de desculpas.

J. A. AZEREDO LOPES
Ex-ministro da Defesa, *Público, 21/08*
A Ucrânia vai deixando de nos ser tão próxima como já foi, menos irmã, mais prima afastada que tende a aparecer nas ocasiões mais inconvenientes.

TIAGO FERNANDES
Escritor, *DN, 20/08*
É muito raro uma revolução levar diretamente a um regime democrático.

AUGUSTO MATEUS
Ex-ministro da Economia, *Expresso, 15/08*
Pagamos um IRC colossal e isso destrói capacidade de investir.

LUÍS CARRILHO
Diretor nacional da PSP, *20/08*
A sociedade tem uma tolerância muito baixa ao erro da polícia.

TIM VIEIRA
Empresário, *Público, 19/08*
É preciso deixar que os jovens falhem e aprendam com isso.

Criança encontra pegadas de dinossauro

Tegan estava a dar um passeio com a mãe, Claire, numa praia na costa sul do País de Gales, à procura de fósseis, mas estava com pouca esperança. «**Achávamos que não íamos encontrar nada**», admitiu a menina de 10 anos à *BBC*. Em vez de fósseis, deparou-se com o que acreditou serem cinco pegadas de dinossauro. Pelo sim, pelo não, Claire contactou uma paleontóloga do Museu Nacional do País de Gales e a especialista acabou por confirmar que eram realmente marcas deixadas por um dinossauro herbívoro que ali passou há mais de 200 milhões de anos. «**A minha mãe tirou algumas fotos, enviou um e-mail para o museu e descobriu que eram de um dinossauro de pescoço longo**», revelou Tegan. As pegadas distam umas das outras cerca de 75 centímetros, pelo que os paleontólogos acreditam tratar-se de vestígios de um *Camelotia*, um dinossauro saurópode de três metros de altura e cabeça pequena, que habitava no Reino Unido entre o Triásico Superior e o Jurássico Inferior. «**Foi tão fixe e entusiasmante**», descreveu a criança que descobriu algo que muitos especialistas passam uma vida inteira a tentar encontrar sem sucesso. ●

Sara Porto

BBC

↑ Tegan estava com poucas esperanças de encontrar fósseis. No entanto, fez uma descoberta surpreendente

Raquel Henriques da Silva

'Interesso-me imenso por artistas que ninguém conhece'

Catedrática de História da Arte, foi diretora do Museu do Chiado e do Instituto Português de Museus. Em **Variações – arte portuguesa séculos XIX e XX** reúne 20 anos de artigos. E já tem em vista uma história da arte portuguesa do século XIX. **'Hoje ninguém se atreve a ter visões globais. Por isso é que eu quero esse desafio'**.

TEXTO **José Cabrita Saraiva**
FOTOGRAFIAS **Miguel Silva**

Deu a sua última lição – dedicada ao tema da velhice dos pintores – um dia depois de fazer 70 anos. Mas não parou de trabalhar. E já tem em mente o projeto de uma história da arte portuguesa do século XIX.
Doutorada em História da Arte, Raquel Henriques da Silva foi professora catedrática da Universidade Nova de Lisboa, diretora do Museu do Chiado, diretora do Instituto Português de Museus e, mais recentemente, diretora do Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira.

No ano passado, desafiada pelos alunos que lhe perguntavam onde podiam encontrar os seus escritos, reuniu num grosso volume uma seleção de artigos dos últimos 20 anos. **Variações – arte portuguesa séculos XIX-XX** (ed. Documenta), que abrange um vasto espectro temporal, da reconstrução pombalina a Joana Vasconcelos, serviu-nos de ponto de partida para uma conversa em sua casa, onde vive rodeada de pinturas de amigos.

Quantos anos de trabalho estão neste livro?
São vinte anos de artigos. O livro devia ter saído em 2022, quando fiz 70 anos. Porque eu fui diretora do Museu do Chiado e depois diretora do Instituto de Museus, e saí exatamente em 2002. De 2002 até à reforma estive sempre na Faculdade [de Ciências Sociais e Humanas]. Portanto é esse período que está aqui. Mas é uma grande seleção, talvez um terço de tudo o que publiquei. Este ano vai sair na Imprensa Nacional um pequeno texto que me deu muito gozo, sobre os retratos de Camões no século XIX. Vai chamar-se 'Retrato, vós não sois meu', que é um verso dele. E espero a partir de setembro começar a retrabalhar a minha última lição. Ninguém é obrigado a fazer a última lição, mas eu gosto de rituais. Quando era nova não gostava, mas agora adoro rituais.

E qual foi o tema?
A velhice dos pintores. Este quadro que está aqui a seguir ao do Cruz Filipe é do Nikias [Skapinakis]. Fui muito amiga do Nikias, e quando foi essa a minha última lição ele tinha morrido há menos de um ano. Ele esteve bem, só nos últimos meses é que não esteve e não disse nada a ninguém, foi muito rápido. Nem a filha sabia. Eu gostava muito dele, mas era insuportável... E o Nikias sempre foi um homem da cor, trabalhava intensamente a cor.

Os quadros dele têm sempre cores muito garridas.
Exatamente. É uma certa marca pop – ele não gostava que se dissesse isso, mas é verdade. A primeira exposição que ele fez desta série foi nos Artistas Unidos, já devia estar doente. Telefonou-me, dávamo-nos muito bem, embora cerimoniosamente, e disse: 'Raquel, gostava muito que viesse à inauguração, vão ter todos uma grande surpresa'. E ria-se. Lá fui e era tudo a preto e branco.

Parece uma piada, quase.
Ele diz que aconteceu assim. Já depois de ele morrer, fizeram uma exposição na SNBA também só com as pinturas negras. Eu não pude ir à inauguração, mas fui a seguir. E a filha, uma mulher extraordinária – ele nunca ma tinha apresentado, o que é imperdoável –, a Helena, liga-me e diz: 'Raquel, já foi, viu bem? Viu o quadro que estava à direita quando se entra?'. E eu: 'Acho que sim...'. 'Raquel, volte lá, de certeza que não viu bem'. Lá fui eu ver o quadro à direita, estive a olhar para ele, e ia-me embora a encolher os ombros – 'Não percebo o que ela queria'. E só aí é que vejo. O quadro tem colado o pincel. Ele pôs a data – é o último quadro dele datado – e colou o pincel. É típico do Nikias, tinha um humor muito fininho. Não disse nada a ninguém. A Helena diz que também só a certa altura viu. E escreveu um texto fortíssimo. Eu nessa altura estava a preparar a última lição e telefonei à Helena, foi um gesto súbito: 'Se me deres autorização termino a lição a ler o teu texto'. Só tinha medo de não conseguir, de me emocionar, mas consegui.

Há um certo paralelismo entre a última lição de um professor e as últimas obras de um artista.
A designação do *'last style'*, ou 'últimos trabalhos', usa-se desde o século XVI por causa de um caso muito curioso, que é o Ticiano. Pensava-se que ele tinha chegado quase aos cem anos, na verdade morre por volta dos 90, o que no século XVI é raríssimo. E trabalhou quase até ao final. O Ticiano era muito apreciado, tinha muitos discípulos, era uma sumidade no seu tempo. E as últimas obras dele eram discutidas em Veneza. Havia quem dissesse: 'Nunca fez nada tão bom'. E havia quem dissesse...

'Já perdeu qualidades'. É típico.
A designação de *'last style'* vem daí. Depois tem sido abordada por várias pessoas. Escolhi o Picasso, o Goya, a Vieira

da Silva, o Pomar e o Nikias. São todos artistas que pintaram até aos últimos anos e com qualidade. Por exemplo, a história da Vieira da Silva é incrível. Mas é real. Ela era mais nova do que o Árpád [Szenes], mas já não era nenhuma criança. Estava a caminho dos 80 quando ele morreu. E os amigos achavam que ia ser muito difícil.

De superar.
Foi a única vez na vida que ela deixou de pintar. E há uma carta que escreve ao Alberto de Lacerda, o amigo dela poeta, que estava baseado em Londres, em que diz: 'Hoje levantei-me e entrei no ateliê do Árpád' – porque eles estavam na mesma casa, mas tinham ateliês separados. *'Entrei no ateliê do Arpad. E comecei a pintar um quadro dele. E agora só pinto Árpád'*.

É quase como se ele lhe tivesse passado o testemunho.
Nas últimas obras é uma pintura muito mais luminosa, muito mais tímbrica... Muita gente me dizia: 'Que tema tétrico tu foste buscar'. Não acho. A morte é a coisa mais natural, e quando é morte de velhice é mesmo o mais natural que há... Portanto, não é por nenhum dramatismo, é por achar interessante.

O Renoir tem aquele final muito impressionante em que tem de prender os pincéis aos dedos...
Por causa daquelas artroses todas.

E o Monet faz os nenúfares.
Quase cego! A sala da Orangerie é dos sítios mais extraordinários que há. Aquilo é o que chamamos 'a pura pintura'. A pura pintura é tintas que geram luz, cores. Ele está quase cego e faz manchas, manchas, manchas. É dos casos mais interessantes.

Quando olho para este título – Variações – arte portuguesa séculos XIX-XX – **é um bocado inevitável lembrar-me dos livros do José-Augusto França sobre a arte em Portugal nos século XIX e XX, quase como se fossem o cânone sobre esta época, e a Prof. Raquel vem depois e faz estas 'variações', encontra *nuances*... O França foi importante para si?**
Foi muito importante. A **Arte em Portugal no século XIX** foi editada em 1969, em dois volumes, e a história da arte do século XX foi editada em 74. São obras antigas, mas ainda de referência. Depois disso houve histórias da arte gerais muito importantes, do Círculo de Leitores, da Alfa, mas a do Prof. França, até pela minúcia, pela exaustividade e também por ser obra de um homem só – as outras são muilti-autorais – ainda não foi ultrapassada. Eu não quero ultrapassar o Prof. França, mas se tiver saúde – determinação acho que tenho, vai ser um bocado estucha mas acho que vou conseguir – vou escrever uma história da arte em Portugal no século XIX. Do século XX duvido, mas do século XIX vou fazer.

Deve ser uma empreitada monumental.
Sim... pela decisão de a fazer sozinha. Obviamente foi uma área que lecionei durante mais de 30 anos e que continuo a trabalhar agora, portanto não preciso de ir estudar. A dificuldade é como a vou organizar. E penso lançar-me a esse projeto em 2025. É mesmo para ser uma nova obra de referência. Com a função um bocado de compêndio, como as obras do França têm. Ando com uma dúvida: se não me liberto do estatuto académico e tiro as notas. As notas são uma coisa...

Uma chatice.
São terríveis, cortam o ritmo do trabalho. Há uma alternativa radical: não haver notas. Eu ando a pensar nisso, porque me aliviava imenso. Voltando às **Variações**, há aqui algo em comum. Fui aluna do José-Augusto França, trabalhei sempre muito com ele e acompanhei-o até ao final da vida. Sou crítica, muito crítica, em relação a algumas coisas. Mas há outra coisa de semelhante. Não é muito frequente, nesta área de estudo, historiadores que tanto têm competência em urbanismo e arquitetura como nas ditas artes plásticas. E portanto isso dá um bocadinho o ar de família. Acrescentei uma área que o França não trata desenvolvidamente...

O colecionismo?
Os museus e as coleções, uma área que me 'aconteceu', desde final dos anos 80, quando fui diretora do Museu do Chiado. Continuo muito ligada a museus, e outro tema que gosto muito de trabalhar é o da exposição. Portanto, acrescentei isso. Tenho visões muito diferentes das do José-Augusto França em alguns campos, mas devo-lhe evidentemente muito. A grande diferença é que o França ainda foi um estrangeirado. O estrangeirado adquire fora a cultura que no país não pode adquirir-se. Tem uma formação mais atualizada, mais inovadora. Mas é também o homem do 'entre'. Entre o sítio onde está e o sítio de referência. E a relação é sempre um bocadinho tensa.

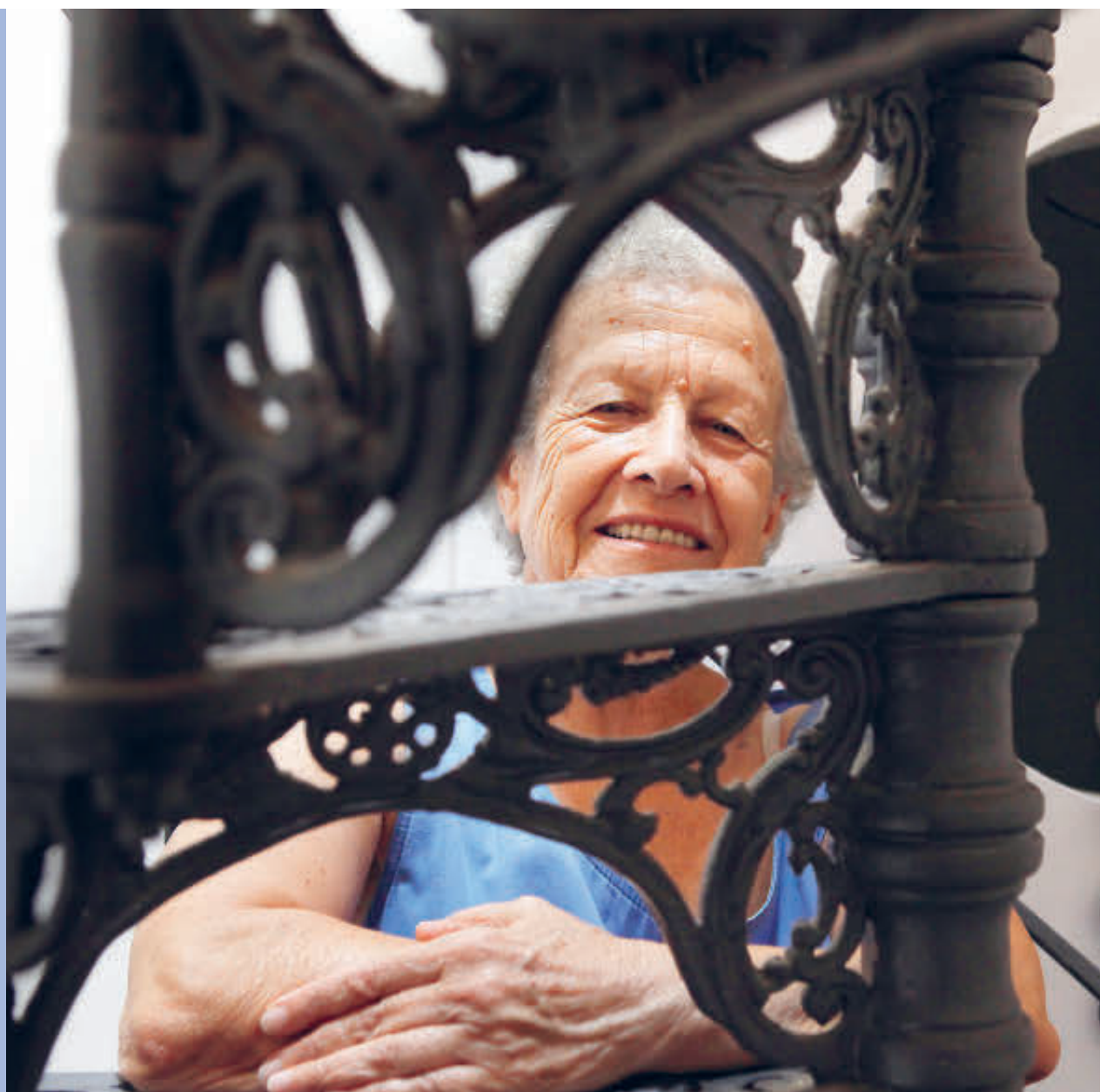
PÁGINA SEGUINTE

‘As pessoas detestavam aquela arquitetura quase militar do modelo pombalino, achavam horrível’

‘O Brasil tem uma importância total na cultura portuguesa do século XIX’

‘O França diz que o século XIX só tem dois pintores: Sequeira e Columbano. Isto não tem rigor nenhum’

‘Como toda a gente, os artistas dizem mal uns dos outros. ‘Aquele só trabalha para a carreira’. E eu pergunto: ‘E tu, não trabalhas para a carreira?’. ‘Não me interessa’. ‘Então não te queixes’’

‘Hoje evita-se um bocadinho fazer histórias gerais. Ninguém se atreve a ter visões globais das coisas’

PÁGINA ANTERIOR

Quem vai para fora tem outro olhar sobre o país...
Diminui o país.

Mas consegue ver coisas que quem está aqui ‘mergulhado’ não consegue ver.
É verdade. Mas, simplificando, diz-se que o grande problema do Eça de Queiroz era Lisboa não ser Paris. [risos] Uma colega minha, a Mariana Pinto dos Santos, escreveu um artigo muito citado, mas é um artigo assassino. Chama-se: ‘Estou atrasado! Estou atrasado! Sobre o atraso da arte portuguesa diagnosticado pela historiografia’. É na *mouche*.

Não podemos estar sempre a comparar-nos com o que acontece lá fora?
Essa já não é a nossa perspetiva. O França, que estudou os artistas portugueses e os valorizou como ninguém antes, diz que o século XIX só tem dois pintores: o Domingos António Sequeira, a começar, e o Columbano, a acabar. Isto não tem rigor nenhum. E depois estamos sempre atrasados, como a Mariana diz. Não foi só o França, esta era uma linha determinante – os centros e as periferias, e a ideia de que as periferias são sempre fracas em relação ao centro. O George Kubler – uma grande referência para mim – explica isso no **The Shape of Time**. Acho que só as pessoas muito extraordinárias é que dizem coisas tão simples: ‘Um tempo artístico é como um comboio em movimento. Se a primeira carruagem está cheia, eu tenho de ir para a segunda ou para a terceira. Mas chego ao mesmo tempo. Vou no mesmo comboio’. Hoje a nossa visão não privilegia tanto movimentos – se é romântico, se não é romântico, se é naturalista, se é expressionista...

Não compartimenta tanto.
Não compartimenta tanto. E também não é tão rígida em relação às cronologias. Outra coisa importante é dar lugar na história a artistas... Interesso-me e trabalho imenso sobre artistas que ninguém conhece. Para um historiador tudo isso faz parte. Quem é que está nos museus? São os melhores, mas também é o mercado, as dinâmicas que constroem isso. E depois há muitos artistas que vivem com uma dor de cotovelo enorme porque não são reconhecidos. Como toda a gente, os artistas dizem mal uns dos outros. ‘Aquele só trabalha para a carreira’. E eu: ‘Sim, e tu não trabalhas para a carreira porquê?’. ‘Não me interessa’. ‘Então não te queixes’.

Há escritores que vendem imenso e vivem amargurados por não terem o reconhecimento da crítica e há escritores que a crítica põe nos píncaros e vivem amargurados porque vendem pouco.
Ser artista é uma provação permanente. Eu costumava dizer aos meus alunos, de uma forma simples, que é isso que diferencia o campo das artes. Os cientistas querem formular leis que explicam a diversidade das coisas. Nós nas artes valorizamos a diferença. Não há regras para fazer um bom escritor. Claro que há cursos, e se calhar não fazem mal nenhum. Mas não há regras. Portanto é um território de uma diversidade incrível. A grande questão é como é que fazes a história disto. E por isso hoje evita-se um bocadinho fazer histórias gerais. Como em tudo, escrevem-se fragmentos, ninguém se atreve a ter visões globais das coisas. Por isso é que eu quero esse desafio.

A que tipo de público se destina essa história da arte que vai escrever?
A quem não sabe e quer saber o que foi a arte portuguesa do século XIX. É esse o repto, que é pesado, e um bocadinho chato para mim. Mas do século XIX acho que consigo fazer bem, de uma forma interessante. Vai ser um projeto para dois anos, se tiver saúde. Quero introduzir a fotografia, que o José-Augusto França não trata, e que é fundamental já no século XIX. E há outras coisas que quero abordar. O Brasil tem uma importância total na cultura portuguesa do século XIX. Os artistas iam vender ao Brasil, o mercado brasileiro era muito mais amplo do que o português, a questão camoniana é central no Brasil. Queria abordar um bocadinho isso. E queria valorizar algumas culturas, por exemplo a cultura dos engenheiros. A linha férrea do Douro mostra progressos tecnológicos absolutamente incríveis. E foi tudo fotografado! Há coisas que não estão em nenhuma história da arte e que nós hoje, numa visão mais integrada, temos que contemplar. Outro exemplo: uma rapariga de Évora, arquiteta, está a fazer uma tese sobre as casas dos santomenses. São Tomé, na transição para o século XX, era o núcleo do maior desenvolvimento tecnológico. As máquinas para tratar o café e o tabaco iam para lá diretamente da Alemanha e dos Estados Unidos, nem sequer paravam em Lisboa. E há fortunas colossais que se fazem. A gente diz ‘isto é micro-história’, mas são realidades muito interessantes.

O seu texto sobre a reconstrução de Lisboa mostra que o estilo pombalino, com o tempo, evoluiu para uma coisa um bocadinho diferente.
É o que eu chamo o 'segundo pombalino'. Alguns colegas não concordam, mas para mim é muito evidente.

Existe um primeiro pombalino mais normativo, mais estatizante, e um segundo pombalino mais 'livre', de iniciativa privada?
Na verdade, houve sempre uma grande resistência dos proprietários a construírem segundo aquela norma. O que ainda está muito na opinião pública é que a D. Maria [reina de 1777 a 1815] é uma desgraça porque desterra o Pombal, faz aquele julgamento horroroso, era uma beata, faz tudo ao contrário.

E isso não corresponde à realidade?
Não tem base de realidade nenhuma. É uma época de maior liberalidade. Aproveita-se o que Pombal tinha feito em clima de ditadura e o que se faz é uma abertura de campo, com um desenvolvimento muitíssimo maior. E a arquitetura manifesta isso, as pessoas querem alindar os prédios. Aquela arquitetura que foi ótima, que é a arquitetura quase militar de um modelo pombalino…

Austera.
As pessoas detestavam, achavam horrível. E portanto no Chiado, que é construído mais tarde, e em algumas zonas de Santa Catarina, há um segundo pombalino. Continua a ser matriz pombalina, mas como não ficou tudo construído, nem pouco mais ou menos, naquele período a partir da queda de Pombal, em 1777, e da subida de D. Maria ao trono há uma margem substancialmente diferente. A outra coisa que está pressuposta no que dizes é essa fronteira. Aí sigo completamente o José-Augusto França. Para mim, a primeira data a isolar, em que a gente diz 'isto tem tudo que ver com o que vem a seguir e já nada que ver com o que está para trás', é a reconstrução da cidade.

O primeiro grande corte.
Um urbanismo reticulado, com racionalidade, os esgotos, os passeios, a ortogonalidade – isso é tudo a cidade do século XIX. Custa dizer isto, porque morreu gente e perdemos muita coisa, mas graças ao terramoto há esta cunha de modernidade que é impossível não falarmos dela, porque ela tem tudo que ver com o futuro. A cidade não é reconstruída como tinha sido antes, em que caía e punhas de pé, como os japoneses continuam a fazer. Sem arrasares. Escrevi um artigo com o título 'Do terramoto ao arrasamento da Baixa'. Porque foi tudo arrasado.

E podia não ter sido?
Um dia estava a olhar para gravuras que já tinha visto cinquenta vezes, e apercebo-me: 'Estava tudo de pé'. O palácio real, tirando a torre da igreja que ruiu – também ardeu tudo por dentro, é verdade, e estava tudo molhado porque a onda chegou lá –, mas as paredes estavam todas de pé. Foi arrasado. Arrasado e aproveitado para regularizar e subir uma série de centímetros para proteger melhor o edificado do rio. Isto é tudo virado para a frente. ●

(continua na próxima edição)

SUDOKUS

SUDOKU 1

6		4			5		2	9
5				2	9			
					4			7
1	4	8						
	9						1	
						3	7	8
4			7					
			5	4				3
7	3		9			1		6

SUDOKU 2

4	7			1			6	5
				6				
6	2						9	3
		3				6		
	9		2		4		5	
		4				8		
1	8						4	6
				7				
5	4			9			3	7

SUDOKU 3

		3	7	2				
		8			4		6	
	9			6		8		
		5					1	8
		9				5		
3	7					2		
		1		5			8	
	2		1			9		
				7	6	1		

SOLUÇÕES

Afonso de Melo

A geometria euclidiana do filho favorito de Deus

O MUNDO EM CALÇÕES

Ernesto Lazzatti nasceu mestre: era um tratado e, ao mesmo tempo, uma doença contagiosa.

Ingeniero White, Buenos Aires. Aceitemos sem custo que só na América Latina uma terra pode ter um nome como este. Fica a dez quilómetros de Bahía Blanca, é um porto que foi ganhando a sua importância, sede de um clube de futebol chamado El Club Atlético Puerto Comercial, que usa camisolas aos quadradinhos verdes e amarelos, coisa para fazer qualquer um gastar as glândulas lacrimais ao vê-las andar para um lado e para o outro de um retângulo de relva como o do estádio que recebe os grandes rivais citadinos do Pacífico, do Liniers, do Olimpo, do Leandro Nicéforo Alem, do Argentino ou do Porteños Sud. Ah! Que clubes espantosos! Não há um que não fervilhe de histórias inconcebíveis. Mas só o Atlético gerou Ernesto Lazzatti, El Pibe de Oro, o extraordinário Lazzati.

Ernesto enchia o campo com o seu jogo feito de inteligência da cabeça aos pés. E era um fedelho. Aos 16 anos muito melhor que a maior parte dos homens que jogavam com ele ou contra ele. Por isso não tardou a seguir para o Boca Juniors. Estreou-se com a camisola azul e amarela, inspirada na bandeira de um navio sueco que acabara de aportar em Riachuelo no dia em que o clube foi fundado, a 8 de abril de 1934, contra o Club Atlético Chacarita Juniors de Villa Maipú. Olhos esbugalharam-se de espanto pela naturalidade com que Lazzati tomava conta do seu posto. Príncipe-menino do meio-campo, apaixonou-se por Caminito e pelo Barrio de La Boca, ficou 14 anos no clube e formou, com Carlos Adolfo Sosa, o Lucho, e com Natalio Agustín Pescia, El Leoncito, um trio fascinante. Os *hinchas* enchiam a Bombonera para procurar entender a geometria euclidiana dos seus movimentos sempre certos, elegantes com postulados, inventores de jogadas que terminavam em golos inevitáveis. Sim, Ernesto era um tratado e ao mesmo tempo uma doença contagiosa. A seu lado não havia quem pudesse jogar mal. Transmitia a serenidade da arte com repentes de génio. Elipses e hipérboles sobre a relva. E, a toda a altura das bancadas praticamente verticais, os diálogos dos adeptos multiplicavam-se à mistura com exclamações. Ninguém discutia El Pibe de Oro nem o seu método. Procuravam, sobretudo compreendê-lo. E, no entanto, parecia tão fácil, tão simples como o rolar da bola em efeitos de bilhar. Mas quantas vezes é a simplicidade complicada de discernir? Quantas vezes as equações simples baralham os senhores da matemática? Quantas vezes questionamos para com os atilhos dos nossos sapatos por que hão de ser ínvios os caminhos desse ser imponderável que criou o céu e a terra por sua auto-recriação sem pedir a opinião a ninguém? Diziam os mais velhos: ***«Ernesto eres el hijo querido de Dios!»***. Fosse, portanto, feita a sua vontade. Até ao dia em que...

1947: Ernesto Lazzatti era um jogador livre. Terminara o seu último contrato com o Boca Juniors e os diretores do clube decidiram que já cumprira a carreira para a qual fora fadado. Choveram convites. Tinha apenas 32 anos e estava consciente de que ainda poderia ter muito para dar. Mas o coração tem razões que a razão desconhece, como disse uma vez o mestre Blaise Pascal, num aforismo que o universo aprendeu a saber de cor. Falou de coração aberto para os jornais: ***«Me voy a hacer vida de turista, porque contra Boca no puedo enfrentarme»***. Havia pungência no seu lamento. Chamaram-no para jogar no Brasil e no Peru. Não foi. A sua vida de turista, como ele dizia, era passada entre as ruas de Las Barracas, da Avenida Vélez Sársfield a Zabaleta, das vielas paralelas àFerrovia General Manuel Belgrano, espreitando as águas sujas do Río Matanza, em Vuelta de Rocha, sussurrando a letra do tango de Gardel: ***«Mi Buenos Aires querido/Cuándo yo te vuelva a ver/No habrá más penas ni olvido/El farolito de la calle en que nací/Fue el centinela de mis promesas de amor/Bajo su quieta lucecita yo la vi/A mi pebeta luminosa como un Sol»***. O sol de Ernesto parecia ter-se apagado quando o seu amigo Severino Varela, o uruguaio a quem chamavam La Boina Fantasma, o convenceu a jogar no Danubio Fútbol Club, da Curva de Maroñas em Montevidéu. Voltou a ser enorme. Logo no primeiro dia, quando impulsionados pelo regresso de Lazzatti aos relvados, os seus companheiros o seguiram numa avassaladora vitória sobre o Peñarol.

Ernesto não esquecia o Boca Juniors. E a porta da Bombonera abriu-se-lhe de novo para que fosse treinador de uma equipa campeã que contava com Pancho Lombardo, Eliseo Mouriño, Pescia, Navarro, Baiocco, Borello, Rosello e Marcarián. Todos eram pura vontade e pouca arte. Coração que se entende mas não se explica. E na baliza havia Julio Elías Musimessi, El Arquero Cantor, também autor de tangos: ***«Dale Boca, viva Boca, el cuadrito de mi amor»***. Lazzatti, esse, sorria. ●

afonso.melo@nascerdosol.pt

O Benfica pode muito bem ter desde já hipotecado a época e Roger Schmidt será o único a ganhar algo.

TEXTO **Afonso de Melo**

A derrota do Benfica em Famalicão, logo na primeira jornada, não teve nada de surpreendente e não foi por acaso que escrevi nestas mesmas páginas que estava convencido de que Sporting e FC Porto sairiam disparados na frente deixando os encarnados para trás. É por isso natural que os adeptos benfiquistas se vejam outra vez embrulhados num filme de terror, tão mal joga a sua equipa, tão previsíveis são as suas movimentações, tão sem dinâmica e tão pouco competitiva é a sua abordagem a adversários que deveriam ser fáceis de contornar. Se olharmos para os números do Sporting campeão e repararmos que sofreu apenas duas derrotas durante toda a época, é de apostar dobrado contra singelo, como nos livros do Texas Jack, que o conjunto de Roger Schmidt ultrapassará fácil e brevemente essa barreira, colocando-se em risco de já ter o campeonato perdido, e não me venham com a converseta de que não se perdem campeonatos à primeira jornada, claro que perdem, perdem-se às jornadas todas, sobretudo à custa de pontos desperdiçados frente aos meias-tijelas que pululam do terceiro posto para baixo nesta liga pobre como Job.

Deixemo-nos de tergiversações: há dois culpados nesta crise que se arrasta há meses e meses a fio – Roger Schmidt, que depois de um início entusiasmante, deixou pura e simplesmente da saber o que fazer com os jogadores que lhe puseram ao dispor; e Rui Costa que teimou em mantê-lo no cargo quando entra pelos olhos dentro que não tem capacidade para ele. Só que o presidente do Benfica

O realizador alemão de filmes de terror

FOTOS: AFP E FACEBOOK BENFICA

↑ O futebol confrangedoramente pobre do Benfica é de apavorar os seus adeptos

↑ A derrota em Famalicão era previsível

↑ Será muito difícil salvar esta época

← A falta de visão de Roger Schmidt tornou-se um descalabro

tem muito a perder, sobretudo em termos de popularidade, que estará num dos pontos mais baixos de sempre, e o alemão só tem a ganhar: uma indemnização milionária à sua espera quando chegar o momento inevitável do seu afastamento. Pode queixar-se que possui, hoje, um plantel pior do que já teve? Pode. E não pode. Pode porque é a realidade: não há substituto para João Neves, Di María (já lesionado?) e Otamendi estão cada vez mais velhos, desapareceram as acelerações de Rafa... Não pode porque no momento de despachar David Neres, um dos poucos verdadeiros talentos que havia, encolheu os ombros como se se tivesse visto livre de um empecilho.

Um filme muito repetido

Sinceramente – e a opinião é minha, pelo que cá estarei para acertar contas com os que têm a bendita pachorra de me ler – o filme a que estamos a assistir além de repetido até à exaustão é digno de David Cronenberg ou de Jonathan Demme. Com a desvantagem de o argumento nem sequer fazer sentido. Ao insistir em ter como protagonistas Florentino, Barreiro e João Mário na mesma cena, Schmidt pode provocar sustos nos sócios mais empedernidos do Benfica mas quem vê a película com um olhar crítico só sente vontade de bocejar. E se uns se desesperam com a solidão do pobre Prestianni a fazer um papel secundário de apoio ao infeliz Pavlidis, outros só podem questionar que diabo pretende o realizador alemão que não tem noção do que é um grande plano com extremos a ocupar toda a largura da tela - o único que se viu até agora foi Carreras, o suplente de Beste que também já foi parar ao estaleiro.

Se as coisas estão neste ponto depois de ter defrontado apenas Famalicão e Casa Pia, imagine-se o abismo que se irá abrir quando o Benfica tiver de jogar com Sporting ou FC Porto (falar da Liga dos Campeões com esta equipa é pura perda de tempo). É verdade que Rúben Amorim tem problemas com o sistema defensivo – vale que, contra os tais pichotes que compõem quase totalidade do nosso campeonatozinho, golos aos cabazes disfarçam falhas que podem custar caro como custaram na Supertaça, e que Vítor Bruno terá de fazer milagres com os seus meninos, principalmente quando estes estiverem sujeitos a recuperar o ânimo após os resultados negativos que surgirão mais cedo ou mais tarde. Mas a segurança que os dois parceiros de topo vão revelando é dramaticamente oposta à tremideira de um Benfica que ano após ano se vem depauperando. Se ao chegar à Luz Roger Schmidt conseguiu tirar proveito de uma dinâmica coletiva com alicerces em jogadores que na sua maioria vinham jogando juntos com regularidade, desde que começou a ver sair gente nunca mais o edifício se endireitou, esboroando-se como se os seus sustentáculos fossem feitos de adobe. A atual realidade é, de facto, um filme muito pouco próprio para quem sofre dos nervos e tem como cor preferida o vermelho. Com Rollheiser fora das contas – parecia-me o jogador com mais categoria para se transformar num médio ofensivo firme e com capacidade de golo –; com Prestianni entregue aos bichos e a desperdiçar as suas melhores características; sem ninguém que saiba servir decentemente um ponta-de-lança que precisa de receber bolas junto da baliza; tendo ficado sem extremos (Neres já foi e Di Maria caminha para ser, mais uma vez, um *'entreteiner'* ao qual não se exige mais do que fazer o que lhe dá na gana) fica uma sensação inequívoca de vazio quando se prevê o que aí vem. Junte-se-lhe uma defesa empobrecida e molenga e só mesmo alguém com poder para formar um grupo com alma alteraria a situação do descalabro – alguém que não um realizador alemão que é apologista do terror do caos. E que mais do que destruir uma boa época destrói a esperança de uma boa época. ●

afonso.melo@nascerdosol.pt

Benfica perdeu Neres e ficou sem Félix

Sporting, Benfica e FC Porto correm atrás de reforços… mas nada acontece. Ainda têm uma semana

Como mercado de verão quase a fechar (2 de setembro) as transferências acontecem. Um ano depois de o ter dispensado, o Chelsea avançou para a contratação de João Félix por 52 milhões de euros, mais 10 milhões por objetivos, foi a tábua de salvação para o internacional português e um alívio para o Atlético Madrid. Félix tem agora nova oportunidade para relançar a carreira se tiver engenho e mentalidade para tal, já que arte para jogar futebol é sabido que tem. Vai trabalhar com Enzo Maresca num plantel demasiado vasto, mas isso não preocupa o técnico italiano «**não trabalho com 42 jogadores, trabalho com 21. Os outros 15 ou 20 trabalham à parte, nem os vejo**». Em relação ao português, adiantou: «**O que tem de bom é que pode jogar em várias posições, o que é muito útil para nós**», resta saber se Félix está disponível para isso, caso contrário corre o risco de ir parar ao Chelsea B, onde estão os outros 20 jogadores. Confirmou-se também a transferência de David Neres do Benfica para o Nápoles a troco de 28 milhões de euros, mais dois milhões por objetivos.

Ronaldo goleia no YouTube

Cristiano Ronaldo criou um canal próprio no YouTube e, em menos de 24 horas, esmagou alguns dos maiores youtubers do mundo com 17 milhões de seguidores. CR7 surpreendeu os fãs com o canal pessoal chamado ‘UR Cristiano’, onde apareceu com a sua companheira Georgina Rodríguez num registo pouco visto. A ideia é dar a conhecer um pouco da vida privada de um dos melhores jogadores do mundo. Nas primeiras horas do canal foram colocados 12 vídeos de Ronaldo, todos tiveram mais de um milhão de visualizações, e dois deles ultrapassando a barreira dos dez milhões. Recorde-se que o internacional português é a pessoa mais seguida no mundo com 600 milhões de fãs no Instagram.

FACEBOOK JOÃO ALMEIDA

Fuga para a vitória deixa João Almeida em terceiro

Após um dia tranquilo na Andaluzia, a montanha regressou à Volta à Espanha na 6.ª etapa, com 185 km, e trouxe um novo comandante. A etapa ficou marcada pela fuga de Ben O´Cooner, que chegou à meta com mais de cinco minutos de avanço sobre o pelotão e conquistou a camisola vermelha a Roglic, que desceu para a segunda posição a 4.51 m do líder. João Almeida terminou a etapa integrado no pelotão e baixou para 3.º a 4.59 m de O´Conner, Nélson Oliveira é 63.º a 20.56 m. Rui Costa desistiu na etapa anterior devido a uma queda.

JOKER

APOSTAS 2024/2025
3.ª jornada

Pos.	Nome	Profissão	Pts	▲	Farense-Sporting	FC Porto-Rio Ave	Benfica-E. Amadora
1.º	Rui Ochôa	Fotógrafo	9 pts	1	0-3	2-0	2-0
2.º	Carlos Xavier	Ex-prof. futebol	13 pts	6	0-2	3-0	3-1
3.º	João B. Duarte	Adminstrador	13 pts	5	1-3	3-0	4-0
4.º	Fátima Lopes	Estilista	15 pts	5	1-3	2-1	3-0
5.º	Hélio Loureiro	Chef	15 pts	8	0-3	2-0	2-1
6.º	Manuel Monteiro	Prof. U. Lusíada	15 pts	6	0-3	3-0	3-0
7.º	Miguel Henrique	Advogado	16 pts	8	1-2	2-0	2-0
8.º	Carla Matadinho	CEO Yellowstar	17 pts	6	0-3	2-0	3-1
9.º	Sílvio Cérvan	Advogado	17 pts	8	0-2	2-0	2-1
10.º	José N. Liberato	Economista	18 pts	8	0-2	2-0	2-0
11.º	Sandra Felgueiras	Jornalista	18 pts	9	1-2	2-1	2-0
12.º	Ricardo Cardoso	Juiz	19 pts	9	0-3	3-0	2-0

Unanimidade Esta semana não há dúvidas quanto ao favoritismo dos chamados grandes, e há quem aposte em vitórias folgadas

PORTUGAL

3ª jornada

TV	Jogo	Data
SportTV 1	Farense-Sporting	Hoje (20h15)
SportTV 2	Casa Pia-St. Clara	24/08 (15h30)
SportTV 1	FC Porto-Rio Ave	24/08 (18h)
SportTV 2	Famalicão-Boavista	24/08 (20h30)
Benfica TV	Benfica-E. Amadora	24/08 (20h30)
SportTV 1	Arouca-Nacional	25/08 (15h30)
SportTV 1	Estoril-Gil Vicente	25/08 (18h)
SportTV 2	Aves-V. Guimarães	25/08 (20h30)
SportTV 1	Sp. Braga-Moreirense	25/08 (20h30)

Classificação

		J	V	E	D	G	P
1	Sporting	2	2	0	0	9-2	6
2	FC Porto	2	2	0	0	5-0	6
3	Famalicão	2	2	0	0	5-0	6
4	Moreirense	2	2	0	0	5-2	6
5	V. Guimarães	2	2	0	0	2-0	6
6	Sp. Braga	2	1	1	0	2-1	4
7	Santa Clara	2	1	0	1	4-3	3
8	Benfica	2	1	0	1	3-2	3
9	Boavista	2	1	0	1	1-1	3
10	Gil Vicente	2	1	0	1	4-5	3
11	Rio Ave	2	1	0	1	2-3	3
12	Aves SAD	2	0	1	1	3-5	1
13	E. Amadora	2	0	1	1	1-4	1
14	Nacional	2	0	1	1	2-7	1
15	Farense	2	0	0	2	1-3	0
16	Arouca	2	0	0	2	1-4	0
17	Estoril	2	0	0	2	1-5	0
18	Casa Pia	2	0	0	2	0-4	0

ESPANHA

2ª jornada

TV	Jogo	Data
ElevenSports 2	Celta Vigo-Valência	Hoje (18h)
ElevenSports 2	Sevilha-Villarreal	Hoje (20h30)
ElevenSports 6	Osasuna-Maiorca	24/08 (16h)
ElevenSports 2	Barcelona-At. Bibao	24/08 (18h)
ElevenSports 2	Getafe-Rayo Vallecano	24/08 (20h30)
ElevenSports 1	Espanhol-Real Sociedad	24/08 (20h30)
ElevenSports 1	Real Madrid-Valladolid	25/08 (16h)
ElevenSports 1	Leganés-Las Palmas	25/08 (18h)
ElevenSports 4	Alavés-Bétis	25/08 (18h)
ElevenSports 1	At. Madrid-Girona	25/08 (20h30)

Classificação

		J	V	E	D	G	P
1	Barcelona	1	1	0	0	2-1	3
2	Celta de Vigo	1	1	0	0	2-1	3
3	Rayo Vallecano	1	1	0	0	2-1	3
4	Real Valladolid	1	1	0	0	1-0	3
5	Villarreal	1	0	1	0	2-2	1
6	Las Palmas	1	0	1	0	2-2	1
7	Sevilha	1	0	1	0	2-2	1
8	Atlético Madrid	1	0	1	0	2-2	1
9	Girona	1	0	1	0	1-1	1
10	Getafe	1	0	1	0	1-1	1
11	Leganes	1	0	1	0	1-1	1
12	Mallorca	1	0	1	0	1-1	1
13	Betis	1	0	1	0	1-1	1
14	Osasuna	1	0	1	0	1-1	1
15	At. Bilbao	1	0	1	0	1-1	1
16	Real Madrid	1	0	1	0	1-1	1
17	Alavés	1	0	0	1	1-2	0
18	Real Sociedad	1	0	0	1	1-2	0
19	Valência	1	0	0	1	1-2	0
20	Espanhol	1	0	0	1	0-1	0

INGLATERRA

2ª jornada

TV	Jogo	Data
ElevenSports 1	Brighton-Man. Utd	24/08 (12h30)
ElevenSports 1	Man. City-Ipswic	24/08 (15h)
ElevenSports 4	Southampton-Nottingham F.	24/08 (15h)
ElevenSports 2	Tottenham-Everton	24/08 (15h)
ElevenSports 3	Fulham-Leicester	24/08 (15h)
ElevenSports 5	Crystal Palace-West Ham	24/08 (15h)
ElevenSports 1	Aston Villa-Arsenal	24/08 (17h30)
ElevenSports 3	Bournemouth-Newcastle	25/08 (14h)
ElevenSports 1	Wolverhampton-Chelsea	25/08 (14h)
ElevenSports 2	Liverpool-Brentford	25/08 (16h30)

Classificação

		J	V	E	D	G	P
1	Brighton	1	1	0	0	3-0	3
2	Arsenal	1	1	0	0	2-0	3
3	Liverpool	1	1	0	0	2-0	3
4	Manchester City	1	1	0	0	2-0	3
5	Aston Villa	1	1	0	0	2-1	3
6	Brentford	1	1	0	0	2-1	3
7	Manchester Utd	1	1	0	0	1-0	3
8	Newcastle	1	1	0	0	1-0	3
9	Bournemouth	1	0	1	0	1-1	1
10	Leicester	1	0	1	0	1-1	1
11	Nottingham F.	1	0	1	0	1-1	1
12	Tottenham	1	0	1	0	1-1	1
13	Crystal Palace	1	0	0	1	1-2	0
14	West Ham	1	0	0	1	1-2	0
15	Fulham	1	0	0	1	0-1	0
16	Southampton	1	0	0	1	0-1	0
17	Chelsea	1	0	0	1	0-2	0
18	Ipswich	1	0	0	1	0-2	0
19	Wolverhampton	1	0	0	1	0-2	0
20	Everton	1	0	0	1	0-3	0

ITÁLIA

2ª jornada

TV	Jogo	Data
SportTV 4	Parma-AC Milan	24/08 (17h30)
	Udinese-Lazio	24/08 (17h30)
	Monza-Génova	24/08 (19h45)
SportTV 3	Inter-Lecce	24/08 (19h45)
SportTV 3	Torino-Atalanta	25/08 (17h30)
	Fiorentina-Veneza	25/08 (17h30)
SportTV 3	Roma-Empoli	25/08 (19h45)
SportTV 2	Nápoles-Bolonha	25/08 (22h40)
SportTV 1	Cagliari-Como	26/08 (17h30)
SportTV 1	Verona-Juventus	26/08 (19h45)

Classificação

		J	V	E	D	G	P
1	Atalanta	1	1	0	0	4-0	3
2	Verona	1	1	0	0	3-0	3
3	Juventus	1	1	0	0	3-0	3
4	Lazio	1	1	0	0	3-1	3
5	AC Milan	1	0	1	0	2-2	1
6	Génova	1	0	1	0	2-2	1
7	Inter	1	0	1	0	2-2	1
8	Torino	1	0	1	0	2-2	1
9	Bolonha	1	0	1	0	1-1	1
10	Fiorentina	1	0	1	0	1-1	1
11	Parma	1	0	1	0	1-1	1
12	Udinese	1	0	1	0	1-1	1
13	Cagliari	1	0	1	0	0-0	1
14	Empoli	1	0	1	0	0-0	1
15	Monza	1	0	1	0	0-0	1
16	Roma	1	0	1	0	0-0	1
17	Venezia	1	0	0	1	1-3	0
18	Como	1	0	0	1	0-3	0
19	Nápoles	1	0	0	1	0-3	0
20	Lecce	1	0	0	1	0-4	0

FRANÇA

2ª jornada

TV	Jogo	Data
SportTV 2	PSG-Montpellier	Hoje (19h45)
SportTV 5	Lyon-Mónaco	24/08 (16h)
SportTV 2	Lille-Angers	24/08 (18h)
SportTV 5	St. Étienne-Le Havre	24/08 (20h)
SportTV 5	Lens-Brest	25/08 (14h)
	Estrasburgo-Rennes	25/08 (16h)
	Nantes-Auxerre	25/08 (16h)
SportTV 5	Nice-Toulouse	25/08 (16h)
SportTV 5	Marselha-Reims	25/08 (19h45)

Classificação

		J	V	E	D	G	P
1	Marselha	1	1	0	0	5-1	3
2	PSG	1	1	0	0	4-1	3
3	Rennes	1	1	0	0	3-0	3
4	Lille	1	1	0	0	2-0	3
5	Auxerre	1	1	0	0	2-1	3
6	Lens	1	1	0	0	1-0	3
7	Mónaco	1	1	0	0	1-0	3
8	Estrasburgo	1	0	1	0	1-1	1
9	Montpellier	1	0	1	0	1-1	1
10	Nantes	1	0	1	0	0-0	1
11	Toulouse	1	0	1	0	0-0	1
12	Nice	1	0	0	1	1-2	0
13	Angers	1	0	0	1	0-1	0
14	Saint Etiènne	1	0	0	1	0-1	0
15	Reims	1	0	0	1	0-2	0
16	Le Havre	1	0	0	1	1-4	0
17	Lyon	1	0	0	1	0-3	0
18	Brest	1	0	0	1	1-5	0

Liga: Campeões · Playoff Campeões · Europa · Playoff Europa · Conferência · Descem de divisão · Playoff descida de divisão · Transm. Televisivas: SportTV · ElevenSports · Benfica TV

França: Macron pressionado pela esquerda

Os Jogos Olímpicos de Paris e as dinâmicas aceleradas nos Estados Unidos ofuscaram, de certa forma, a instabilidade política francesa após as eleições europeias e legislativas antecipadas – ambas com resultados significativamente diferentes.

A vitória contundente do partido de Marine Le Pen no dia 9 de junho forçou Emmanuel Macron a convocar eleições legislativas antecipadas. Uma opção considerada suicida por uns e inteligente por outros. Porém, os acontecimentos subsequentes parecem estar a dar razão aos primeiros. A formação de uma coligação contranatura permitiu à esquerda vencer as legislativas e cumprir o principal objetivo a que se propunha: travar o Rassemblement National, o que acabou por colocar Macron numa posição delicada, já que os líderes do França Insubmissa ameaçaram a destituição do Presidente francês por este último não ter nomeado um primeiro-ministro da coligação que é agora o bloco com mais assentos no parlamento. Ainda que o processo seja de difícil concretização – sendo que os socialistas, os comunistas e os verdes não apoiam a destituição -, é um sinal para Macron e uma ótima notícia para Le Pen, que vê a esquerda dividida e Macron enfraquecido, deixando-a mais perto da presidência em 2027. ●

➽ Gonçalo Nabeiro

LUDOVIC MARIN/AFP

↑ **Macron está entre a espada e a parede e vê o seu plano desmoronar-se, deixando Le Pen mais perto do Palácio do Eliseu**

A alegria, o entusiasmo e a oposição visceral a Trump têm sido os principais impulsionadores da campanha democrata. Mas a falta de profundidade e de propostas pode limitar as hipóteses de Kamala.

EUA
A CONVENÇÃO DAS EMOÇÕES

TEXTO
Gonçalo Nabeiro

A Convenção Nacional do Partido Democrata, que teve início na terça-feira, marcou a oficialização de Kamala Harris como candidata do partido à presidência e contou com os discursos de vários 'pesos pesados'.

Como era expectável, os ataques a Donald Trump e a J.D. Vance foram constantes e sente-se o ímpeto e a crença na vitória em novembro. Vitória que estava cada vez mais longe, mas a desistência de Joe Biden e a nomeação Harris voltaram a colocar os democratas na corrida.

A estratégia do Partido Democrata em proteger a atual vice-presidente – não a colocando, primeiramente, num processo de primárias e afastando-a de entrevistas e de intervenções não programadas –, focando a (curta) campanha apenas em sentimentos e no contraste com o opositor republicano, parece estar a resultar. Além de estar à frente de Trump na mais recente sondagem a nível nacional da *YouGov* em parceria com a *The Economist*, Harris lidera em seis *swing states:* Pensilvânia, Arizona, Wisconsin, Carolina do Norte, Michigan e Nevada, ficando atrás do ex-presidente apenas no Estado da Geórgia.

A vice-presidente que foi uma das principais responsáveis pela situação descontrolada na fronteira com o México e que apresentava uma taxa de reprovação superior a 50% conseguiu reverter totalmente a situação negativa do Partido Democrata quando Joe Biden estava ainda na corrida. E em apenas um mês. Mais uma vez, a comunicação política revela-se fundamental, e até mesmo decisiva, no processo eleitoral.

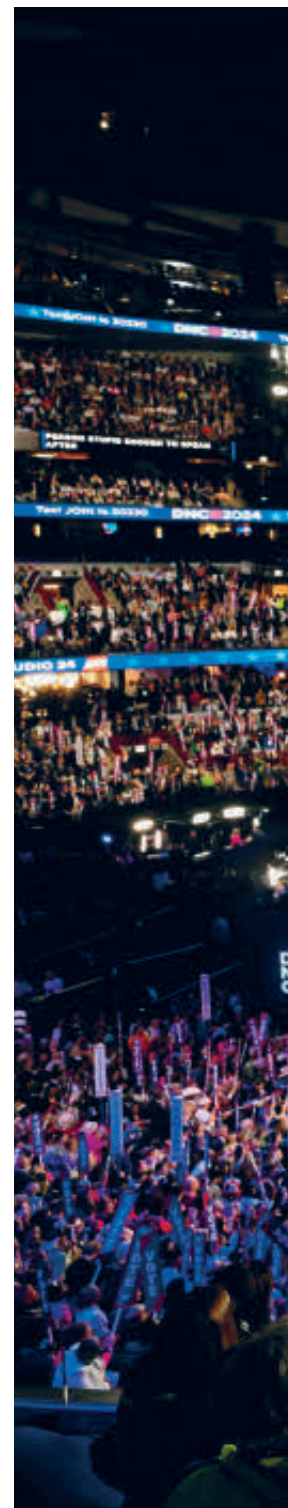
'Os Obamas' e a velha máxima

A Convenção dos democratas regressou ao United Center, em Chicago, vinte e quatro anos depois e esteve envolta num ambiente de esperança e expectativa – sentimentos que não seriam fáceis de adivinhar há um mês.

Logo nos primeiros dois dias subiram ao púlpito nomes como Barack e Michelle Obama, Hillary Clinton e o próprio Joe Biden, que foi presenteado com o discurso de abertura. O apoio em torno de Kamala Harris é evidente e fica cada vez mais claro que a decisão quanto à desistência de Biden não foi tomada na totalidade pelo próprio. O declínio físico e cognitivo do Presidente é inegável e ficou patente mais uma vez quando, na passada semana, afirmou ser a favor de novas eleições na Venezuela, mesmo depois dos Estados Unidos terem reconhecido a vitória **«irrefutável»** de Edmundo González. A afirmação de Biden, que mina a confiança nos líderes do mundo livre, acabou por ser rapidamente desmentida pela Casa Branca.

De volta à Convenção, Barack Obama protagonizou um discurso naturalmente eloquente, apelando à união e à liberdade e alertando para os perigos da um país **«amargo e dividido»** na eventualidade de Trump reaver as chaves da Sala Oval. O ex-presidente afirmou ainda que **«Queremos ser melhores. A alegria e o entusiasmo em torno desta campanha dizem-nos que não estamos sozinhos»**. São precisamente estes sentimentos que tornaram Kamala num ícone da política americana tão rapidamente, relegando o debate e exposição de ideias para segundo plano.

EVA HAMBACH/AFP

↑ **A Convenção Nacional do Partido Democrata contou com um forte aparato de segurança**

É ainda de realçar os ataques pessoais a Trump, alguns que em nada abonam à união pregada pelos 'Obamas'. Talvez a máxima de Michelle – *When they go low, we go high* – tenha ficado em 2016.

As propostas de Kamala

O *site* da campanha de Kamala Harris e Tim Walz não contém qualquer informação acerca do programa que tencionam seguir na eventualidade de eleição. Porém, e avaliando pelo mandato de Walz como Governador do Minnesota e de Harris enquanto vice-presidente, é possível analisar a linha programática de ambos, que representam uma clara viragem à esquerda do Partido Democrata, como já tinha sido mencionado em edições anteriores do *Nascer do SOL*.

Têm, mesmo assim, surgido algumas propostas de solução para os problemas atuais dos americanos – que a própria vice-presidente ajudou a criar ou agravar. A mais mediática foi a sugestão de controlo de preços na habitação e nos alimentos por parte de Harris, que não elaborou mais sobre a medida. Joe Biden tinha já mencionado esta possibilidade ainda enquanto candidato.

Trata-se de uma medida eleitoralista, mas que economicamente é ineficaz e contraproducente, como ensina a história de outros países que a implementaram.

A oposição ao grande capital e aos milionários é também uma bandeira deste novo Partido Democrata – como mostraram as intervenções de Michelle Obama e Bernie Sanders, por exemplo – que, por sinal, conseguiu angariar cerca de 500 milhões de dólares em apenas um mês.

O *ticket* mais à esquerda dos democratas nos últimos tempos parece estar a assumir o favoritismo desta corrida, mesmo que fazendo campanha com base em sensações e em políticas económicas e sociais mais radicais que as da atual administração.

A alegria e entusiasmo da campanha de Harris e Walz relega o debate e a exposição de ideias para segundo plano

Harris e Walz prometem começar a combater os problemas atuais logo no primeiro dia, mas é importante relembrar que um dos membros da candidatura está em funções há mais de três anos e meio.

O clima de polarização, tensão e expectativa é palpável e vai-se intensificando à medida que as eleições se aproximam, e os debates – tanto o presidencial quanto o da vice-presidência – prometem fazer correr muita tinta e vão certamente desempenhar um papel fulcral na decisão do próximo Presidente americano. ●

goncalo.nabeiro@nascerdosol.pt

Tesouro do Quénia tenta novamente uma subida de impostos

Após os violentos protestos que se seguiram à tentativa de aumento de impostos em junho, o Governo queniano tenta uma proposta semelhante para aumentar as receitas do Estado. Porém, o caos parece continuar

TEXTO Gonçalo Nabeiro

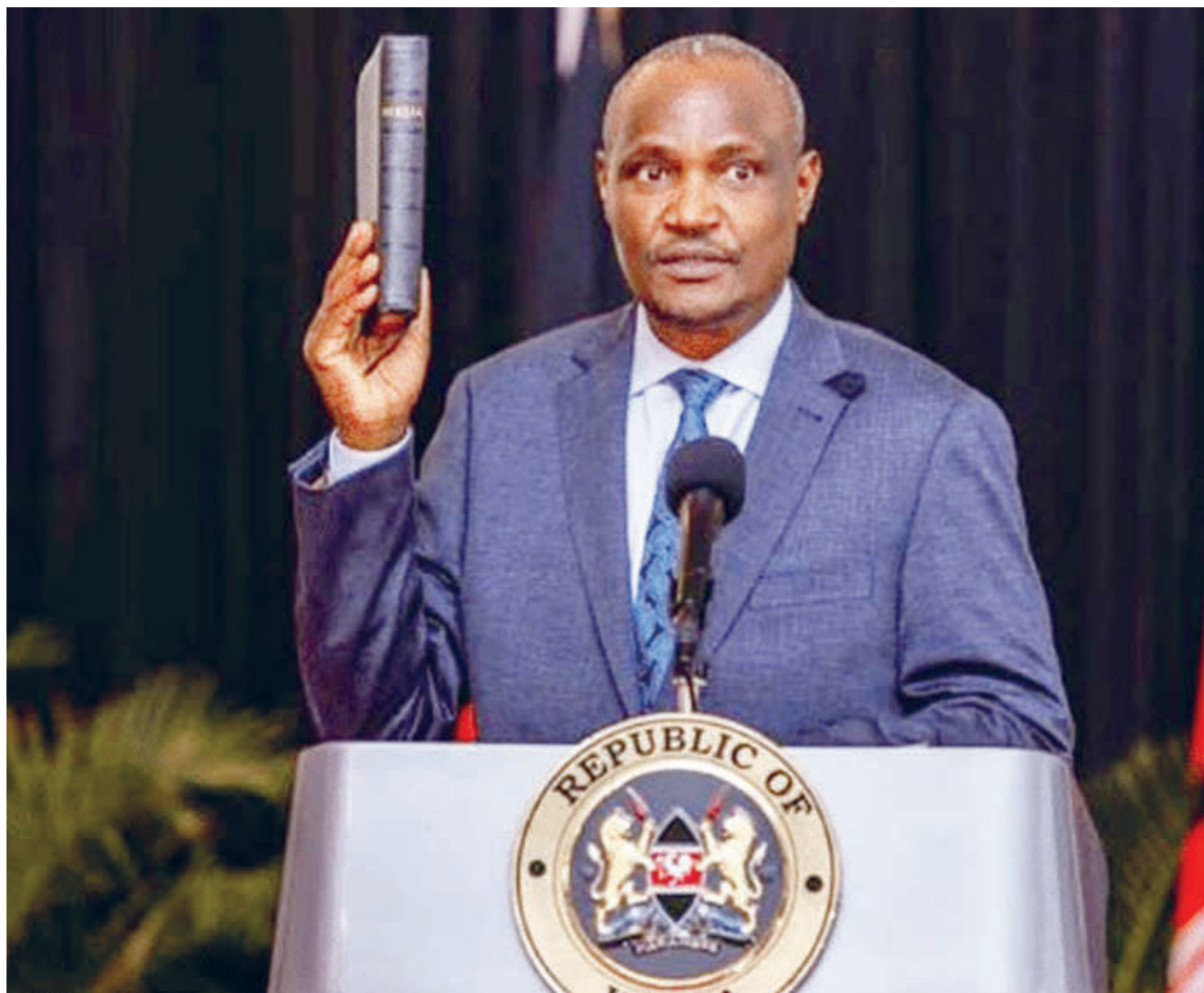
DR

↑ **O novo Secretário do Tesouro, John Mbadi, promete lutar a favor do ambiente**

A situação no Quénia deteriorou-se após a apresentação de uma medida por parte do Tesouro que previa o aumento de impostos em produtos básicos com o pão ou o óleo alimentar e ainda um imposto ecológico.

Esta alteração fiscal tinha como objetivo aumentar a receita do Estado, que vê 65% da mesma ser consumida por um dívida de cerca de 80 mil milhões de dólares. A má gestão dos fundos públicos e o despesismo dos últimos governos mergulharam o país nesta situação económica de difícil (e doloroso) retorno, fazendo aumentar as tensões sociais.

A proposta acabou por ser aprovada no Parlamento há cerca de dois meses e o que se seguiu foi o caos, como se poderia antever. Os militares foram obrigados a intervir quando os manifestantes recorreram à violência e chegaram até a invadir o edifico da Assembleia, num tipo de manifestação que se assemelha em vários aspetos a outros países do continente africano.

Como reação aos protestos, o presidente queniano, William Ruto, decidiu dissolver o seu executivo e prometeu a apresentação de uma nova proposta dentro de um prazo de noventa dias onde incluía uma remodelação da lei de gestão das finanças públicas, que funciona como um orçamento do Estado. E cumpriu, mas o problema parece estar longe de ser resolvido.

A nova proposta

Ao fim de dois meses, o novo Secretário do Tesouro, John Mbadi, anunciou quarenta e nove novas medidas para serem incluídas no projeto lei de alteração fiscal, focando agora a preocupação no ambiente, retirando outros fatores da equação. Esta luta pela sobrevivência financeira sob a capa de luta ambientalista, já levantou naturalmente preocupações, principalmente nas gigantes multinacionais. Foi o caso da Coca-Cola, à qual foi imposta uma taxa de 10% sob a produção de plástico, mas Mbadi, citado pela *Africanews*, mantém-se firme: **«Eles dir-nos-ão porque se opõem. Este país não é um local de *dumping*». «Se prejudicas o ambiente deves pagar para ajudar a reparar os danos que causaste»**, acrescentou.

O despesismo do Estado mergulhou o país numa situação económica difícil

A decisão do Supremo

O Supremo Tribunal do Quénia suspendeu, de forma temporária, a decisão tomada por um tribunal inferior declarando que a lei das finanças públicas é inconstitucional. O Supremo adotou esta posição para garantir um mínimo de estabilidade orçamental até que o Governo se pronuncie no próximo mês.

De acordo com a *Africanews*, este orçamento, ainda de 2023, **«foi objeto de contestação jurídica após violentos protestos liderados pelos partidos da oposição no ano passado. A lei inclui medidas como a duplicação do imposto sobre o valor acrescentado dos combustíveis, a introdução de um imposto sobre a habitação e o aumento da taxa máxima do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares»**.

Os cidadãos quenianos estão assim num impasse e não se augura algo de bom. A deriva política causada pela má gestão económica e pela corrupção prometem aumentar cada vez mais as tensões, com o Presidente do Quénia a ser colocado entre a espada e a parede para apresentar reformas urgentes, algo que não parece ter sido o caso com este *rebranding* das medidas apresentadas (e retiradas) em junho. ●

goncalo.nabeiro@nascerdosol.pt

DR

↑Ahmed Barticheret anuncia eleições a vários níveis no final do ano

Agência Nacional do Chade agenda eleições para 29 de dezembro

A situação no Sahel tem sido conturbada nos últimos tempos, e o Chad tenta retomar a normalidade. Porém, há quem acredite que estas eleições são contraproducentes.

Os cidadãos do país africano da região do Sahel, que tem atravessado períodos delicados e de convulsão, serão chamados às urnas no dia 29 de dezembro ao nível legislativo, provincial e municipal, com anunciou a Agência Nacional de Gestão de Eleições do Chade.

A decisão foi anunciada dias após a promulgação da lei orgânica que determina a constituição parlamentar. Como seria de esperar, o líder do ADIL, maior partido da oposição, Moyadé Narédoum, manifestou-se contra a decisão, criticando o *timing* que, a seu ver, é uma «**fuga para a frente**» e pode minar as tentativas de estabilização no país.

Também as grandes figuras da sociedade civil, como é Jean Bosco Manga, se mostram preocupadas com a realização destas eleições, argumentando que, e com se pode ler no site da *Africanews*, «**a realização de eleições sem resolver as questões de delimitação eleitoral há muito existentes é uma abordagem incorreta**».

Por outro lado, Mahamat Zen Bada, secretário-geral do Movimento de Salvação Patriótico que está no poder, admite estar preparado, com já seria de esperar, e acredita que a realização de um ato eleitoral no fim de 2024 – fim do período de transição de dois anos – é importante para reaver a ordem constitucional. ●

A FECHAR

OMS toma medidas de emergência contra a mpox

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO A República Democrática do Congo é o epicentro da ressurgência do vírus mpox, mais conhecido como monkeypox. Como demonstram os números apresentados no site da *Africanews* (18 mil casos e 500 mortes), a situação na RDC é crítica, com a OMS a começar «o processo de mobilização de uma vasta rede de pessoal» ainda que sejam «áreas muito complicadas e de difícil acesso», afirmou Samuel Boland.

Uganda anuncia exploração de petróleo em dois novos locais

UGANDA Ruth Nankabirwa, ministro da Energia anunciou a exploração na quarta-feira, podendo isto ser um forte estímulo para a economia.

Senegal integra corrida espacial africana

SENEGAL O lançamento do satélite GAINDESAT-1A a partir da Califórnia representa um marco histórico para o Senegal, que se junta assim ao leque de doze países africanos com satélites no espaço.

Milho contaminado na Zâmbia

ZÂMBIA Soam os alarmes na Zâmbia após a morte, relacionada com o milho contaminado, de quatrocentos cães. A OMS alertou para o risco também nos humanos, que poderão desenvolver cancro no fígado na eventualidade de ingestão de aflotoxinas.

Alice Pinto Coelho Uma mulher insubstituível

1938-2024 A proprietária do mítico Procópio

FACEBOOK MARIA JOÃO PINTO COELHO

TEXTO Sara Porto

A sua maior qualidade, afirmava, era a persistência. O defeito, a teimosia. Sempre foi contra preconceitos, tratando toda a gente de igual forma. Não gostava de mexericos e adorava o mês de setembro – pela calma que lhe trazia. Gostava de pintar, de cozinhar, de comer chocolate, de fumar, de jogar às cartas e de receber as pessoas, como boa anfitriã que era. Segundo os amigos, era também uma boa dançarina e a sua gargalhada era inconfundível. Dizia que **«a noite é uma lente de aumentar». «À noite as pessoas revelam-se mais, estão mais à vontade. Vem tudo ao de cima»**, explicou numa entrevista em 2019. Alice Pinto Coelho, foi uma das primeiras mulheres à frente de um negócio de bar em Portugal. Quando abriu com o então marido, o decorador Luís Pinto Coelho, o Procópio Bar, situado perto do Jardim das Amoreiras, em Lisboa, em maio de 1972, estava longe de imaginar que esse espaço ficaria na história do país. Mas assim foi e a 14 de agosto deste ano, passou lá a sua última noite. **«Quarta era o dia da Mesa Dois (tertúlias que começaram nos anos 90), mas a maior parte das pessoas estavam todas de férias, por isso a mãe jantou no restaurante com uma amiga, a Graça Vasconcelos, a única que estava cá»**, revelou a filha Maria João Pinto Coelho ao *Observador*. **«O bar estava cheio, mas ainda ficou ali sentada ao pé da televisão e a conversar com um casal de espanhóis muito simpático que ficou a noite toda a fazer-lhe companhia»**, afirmou, por sua vez, à *Fugas*. **«Levei-lhe o livro dos 35 anos do Procópio que eles queriam ler e depois quis ir embora à 1h, estava cansada»**, acrescentou.

A sua saúde tinha vindo a debilitar-se. Nas últimas semanas de vida, andou entre hospitais, consultas e médicos. Apesar de lúcida e **«cheia de garra»** – até queria comprar um carro novo –, acabou por morrer em casa, aos 86 anos, na madrugada de sexta-feira, **«onde queria estar e onde queria morrer»**. **«Fez sempre aquilo que queria até ao fim»**, garantiu Maria João Pinto Coelho à mesma publicação.

O bar que era de todos

Ficou conhecido pelo seu estilo parisiense – já que foi inspirado no histórico Procope, depois de uma viagem do casal à capital francesa nos anos 50 –, pelo exotismo da decoração em veludo com peças *vintage* compradas sobretudo na feira da ladra, pelos clientes que o frequentavam, pelas tostas com *pickles* e pipocas temperadas a sal e pimenta para acompanhar as tertúlias, as cervejas, os *whiskeys* e *gins*. Ah, claro! E pelo secreto *'Nightmare'*, um *cocktail* feito por Nuno Bredero de Santos, que para ser feito, teria de haver o ambiente propício no espaço. Lá, os portugueses viviam, por isso, como verdadeiros burgueses franceses. A 5 de maio de 1972, Mário Cesariny estava sentado ao piano enquanto muitos outros artistas renomados se reuniam para o abrir de portas. Não foi preciso muito até que o Procópio se tornasse num lugar onde se podia cheirar um bocadinho da liberdade que não se vivia nas ruas. Viam-se homens, militares, políticos, artistas e, para espanto de muitos, mulheres. E era precisamente Alice Pinto Coelho – vestida sempre com calças e camisa – que lhes dava segurança para entrarem e lá passarem o seu serão, sem medo. Dizia muitas vezes para que não tivéssemos receio [nós mulheres] de seguir as nossas ambições.

Segundo a proprietária, na altura, ouvia-se em primeira mão **«o noticiário político do dia seguinte»**, contou à *Mensagem* em 2022. À mesma publicação, confidenciou que os jornalistas lá iam à caça de um **«furo»**. Iam para ouvir os debates **«acesos»** e corriam para o telefone na saleta ao lado do balcão, empurrando-se para ver quem ligava primeiro à redação para dar a notícia. **«O Procópio era quase como extensão do púlpito da Assembleia da República»**, escreveu o jornal digital. Nos bancos de veludo encarnados sentaram-se nomes como Ramalho Eanes, Francisco Sá Carneiro e Aventino Teixeira. Aliás, contam as histórias que o bar chegou mesmo a ser frequentado por espiões, jornalistas estrangeiros, agentes da CIA e militares. Há quem dissesse que era o **«bar de complô»**.

O espaço foi decorado pelo proprietário com objetos comprados na Feira da Ladra e nas lojas da rua de São Bento. Os sofás em veludo, as paredes e assentos em *bordeaux* – cor escolhida por Alice e inspirada no British Bar, no Cais do Sodré, onde ia com o seu pai –, a escolha da luz difusa... De acordo com Alice, não foi fácil encontrar a cor per-

feita. À *Mensagem* contou que o pintor, à época, não sabia o que era *bordeaux*. **«É a cor de sangue de boi»**, disse-lhe Alice. Este acabou mesmo por ir ao talho e regressou com um balde com sangue verdadeiro. **«Pincelou o sangue na parede e perguntou: ‘ É isto?’. Respondi, finalmente, satisfeita: ‘É isso!’»**. Uma das cortinas de vidro, por exemplo, foi construída em família numa tarde de domingo. **«Lavámos os pequenos pedaços de vidro comprados por tuta e meia na Feira da Ladra. Limpos, pintados e montados, deram origem a uma cortina de vidro»**, lembrava à *Nit* no ano passado. No espaço haviam ainda bustos e peças de corpo inteiro que, com o tempo, acabaram por ser transformadas em candeeiros.

Alice e Luís Pinto Coelho tiveram três filhos e separaram-se em 1974. Foi a mulher quem ficou à frente do Procópio e Luís acabou por abrir A Paródia, em Campo de Ourique; o Fox Trot, que lançou no Príncipe Real em 1978, e por fim com o Pavilhão Chinês, aberto em 1982. Morreu em 2012. Atualmente são as filhas Maria João e Sofia, que detêm a missão de continuar com o negócio.

Uma mulher encantadora

Depois da revolução de Abril, muitas coisas mudaram. No entanto, o bar ainda hoje é um sucesso e tem conseguido captar novas gerações de clientes. **«Era uma pessoa muito querida, adorada por toda a gente. Da esquerda à direita, toda a gente gostava dela. Nem me lembro quando a conheci... Já passou tanto tempo»**, afirma ao *Nascer do SOL*, Diogo Saraiva e Sousa que, na altura, era fornecedor de bebidas. **«Era realmente um encanto de senhora e o Procópio era uma catedral. Uma espécie de clube de muita gente da esquerda, mas também da direita. Ela conseguia conciliar o ambiente»**, continua. **«Não posso dizer que era um grande cliente. Nunca fui de frequentar muito os bares, mas como trabalhava com empresas de bebidas ia lá regularmente e patrocinava festas que ela fazia todos os anos. Vinham pessoas do país inteiro»**, lembra. **«Acabámos por ficar amigos»**, acrescenta. **«Ela é insubstituível. Costuma-se dizer que ‘não há ninguém insubstituível’, mas eu acho que com a Alice acontece isso. Apesar de já muito antigo, ela sempre conseguiu segurar aquilo, manter o bar com um nível fantástico!»**, garante. **«Lembro-me de uma viagem que fizemos... Eu tinha representação do *whisky* Jameson e outros e convidei-a para ir à Irlanda comigo, com o Hugo O'Neill e o Fernando Pinto Coelho. Fomos os quatro e aquilo foi uma patuscada fantástica! Eu tive de ir embora porque tinha uma reunião em Paris. Eles ficaram e até acabaram por ser expulsos do hotel»**, afirma às gargalhadas. **«Sempre levei muita gente ao Procópio, pessoas ligadas ao meu negócio. Toda a gente ficava encantada. Com ela, com o ambiente, com a decoração»**, acrescenta. Já José Manuel Trigo conheceu Alice em 1982. **«Já lá tinha ido uma vez ou duas, mas nunca tinha privado com ela. Em 82 fizemos o Bar Alice, na Quinta do Lago, e tornamo-nos amigos»**, conta. **«Não era um grande frequentador do Procópio, porque tinha o Stones e o T-Clube, em Lisboa. Mas ela fechava o seu bar e vinha para os meus. Foi por isso que sempre mantivemos uma relação muito simpática e muito agradável. Era uma mulher muito afável. Uma personagem adorável!»**, explica. **«O bar sempre foi frequentado por muita gente, desde jornalistas, a políticos... Ela sempre soube tratar bem as pessoas. Víamos pessoas desde o Partido Comunista até ao CDS»**, sublinha. **«Como tenho estado mais no Algarve, nesta última fase, não tive oportunidade de estar mais vezes com ela. Na realidade, fiquei chocado com a sua morte. Já estava com 86 anos, mas parece-me que foi uma coisa repentina, já que há meia dúzia de dias estava no bar»**, admite. José Manuel Trigo lembra ainda que Alice gozava com ele depois deste ter regressado do Brasil com um pouco de sotaque: **«Vivi no Brasil oito anos e trazia muitas frases com gerúndio. Algum sotaque brasileiro... Lembro-me que ela se ria muito. Dizia-me: Tu agora és brasileiro, já não és português!’»**. **«Vai fazer falta. Era mesmo uma mulher encantadora»**, remata.

Bernardo Reino, mais conhecido por Gigi, também privou várias vezes com Alice e tem muitas histórias para contar. **«Conhecia no bar-boutique A Outra Face da Lua, na Rua Rosa Araújo. Foi um dos primeiros bares que ela e o marido abriram. Era mesmo muito giro! Tinha uns cestos com roupas vindas de Londres, com umas correntes, que ao final do dia eram puxados para cima através de umas roldanas, e o espaço virava bar!»**, lembra, acrescentando que havia também quem acabasse por comprar roupa durante a noite. **«Lá vinha o cesto de roupa de lá de cima»**, continua. **«Mais tarde abriu o Procópio que até tinha um chafariz na parte exterior, à frente do bar. Era mesmo para gozar com os bêbedos!»**, brinca. **«Um bar de boémios lá dentro com um chafariz de água à porta»**, explica dando uma gargalhada. **«Foi no Procópio que conheci o André Jordan e onde se fizeram as primeiras sociedades para a Quinta do Lago! O bar sempre foi frequentado por pessoas carismáticas, ligadas a uma boa boémia! Sempre teve um ambiente muito alegre. ‘Chatos e mau vinho não era bem-vindo!’. A Alice compunha sempre um bom ambiente e dava-se ao respeito!»**, garante. De acordo com Gigi, esta era uma figura fantástica. **«Depois da revolução e do divórcio, foi ela que se agarrou ao leme do Procópio. Uma trabalhadora fantástica, uma pessoa de uma simpatia e de uma amizade maravilhosa. Às vezes só dizemos estas coisas depois das pessoas morrerem. Felizmente, tive oportunidade de lhe dizer tudo isto em vida»**, assegura. **«Era mesmo muito generosa com os amigos»**, frisa. **«As histórias são tantas... Era histórias todos os dias. Foi lá que foi lançado o Moët & Chandon, quando veio para Portugal outra vez, com o Diogo Saraiva e Sousa»**, afirma. **«Ela era tão boémia também que fechava o seu bar às 2h e ia dar uma esticada até ao Bananas ou até ao Stones»**, lembra, tal como José Manuel Trigo. **«Foi no Bar Alice que eu vi uma coisa raríssima na vida, estávamos no ano de 1982. Vi o João Gilberto ao vivo! O rei da Bossa Nova»**, revela ainda. **«Teve quase para não atuar porque fazia umas birras. Era amigo do André Jordan e fez uma birra à última da hora. ‘Não, não vou tocar!. E o André fez-lhe um ultimato. Mandou lá a Anica Eduardo Silva - que era uma das melhores amigas da Alice -, e obrigou o João Gilberto a ‘tirar a viola do saco’»**, brinca. **«Vai fazer muita falta. Para mim, ‘the night is over’. Mais um... Aquele género de noite boémia, piada, agradável, bom vinho, intimista, acabou mais um bocadinho»**, lamenta. ●

↑ Apesar das pequenas mudanças, o Procópio continua com o ambiente dos anos 70

↓ Alice Pinto Coelho com Juvenal Santos Coelho, um dos melhores *barmans* de Lisboa

No bar reuniam-se poetas, políticos, militares e jornalistas. Há quem diga que era o ‘bar de complô’ e que recebeu agentes da CIA

Gena Rowlands
A atriz que mudou a história do cinema

1930-2024 Atriz

TEXTO **Sara Porto**

Tinha os olhos verdes e um rosto forte. Era alta e tinha os cabelos da cor do ouro. Não sorria muito, mas quando o fazia, uma covinha carregada surgia na bochecha direita. A sua versatilidade era inigualável. Viveu centenas de vidas e deixou um legado invejável no cinema independente dos EUA. Durante a sua carreira de sete décadas, foi vencedora de Emmys e Globos de Ouro, de prémios de interpretação em festivais internacionais. Apesar de nunca ter ganho um Óscar, foi nomeada duas vezes com os filmes: **Uma mulher sob influência**, de 1974, em que interpretava uma mulher e mãe que se debatia sob o peso da harmonia doméstica, e **Gloria**, de 1980, sobre uma mulher que ajuda um rapaz a fugir da máfia. Além disso, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood deu-lhe um prémio honorário em 2015. **«Sabem o que é maravilhoso em ser atriz? Não se vive apenas uma vida»**, disse no palco. **«Vive-se muitas vidas»**, acrescentou.

Mulher e musa do realizador John Cassavetes, com quem fez cerca de 10 filmes, Gena Rowlands, morreu no dia 14 de agosto, aos 94 anos, na sua casa de Indian Wells, na Califórnia. Em junho, o filho Nick Cassavetes (também ele realizador) informara os meios de comunicação da sua frágil condição de saúde - tal como a personagem que interpretou no filme **O Diário da Nossa Paixão**, filme de 2004 baseado no livro de Nicholas Sparks -, a artista sofria de Alzheimer. **«Ela está em plena demência. E é insano: já vivemos isso na nossa família e ela já o interpretou»**, confidenciou ao *Entertainment Weekly*. A mãe da atriz morreu vítima da mesma doença.

Os primeiros passos

Rowlands nasceu no Wisconsin em junho de 1930 e era filha de um banqueiro e político e de uma atriz. Segundo a *NPR*, sempre foi uma criança doente e muito exigente. Felizmente, tal como revelou numa entrevista ao *podcast* **WHYY's Fresh Air**, foi abençoada com uma mãe brincalhona e muito criativa. **«Eu não comia cenouras e lembro-me de uma vez a minha mãe ter cortado uma em formato de peixe e a ter colocado num aquário com água. Disse-me depois que estava com uma vontade incontrolável de o comer. Eu pedi-lhe que não o fizesse e ela disse-me que só não o faria se eu comesse cenouras. Ela era realmente muito criativa»**, revelou. A família mudou-se várias vezes tento em conta o trabalho do seu pais. Depois da faculdade - onde era muito conhecida pela sua beleza -, mudou-se para Nova Iorque, onde estudou na Academia Norte-Americana de Artes Dramáticas e foi lá que conheceu aquele que viria a ser o grande amor da sua vida John Cassavetes. **«Sempre quis ser atriz; lia muito quando era pequena e isso revelou-me que havia outras coisas para fazer»**, disse ao *The New York Times,* em 2016.

Rowlands acabou por fazer teatro e televisão antes de estrear na Broadway em **Middle of the Night**, em 1956. Dois anos depois, conseguiu o seu primeiro papel no cinema em **The High Cost of Loving**. Em 1960, Cassavetes conseguiu usar os rendimentos da série televisiva **Johnny Staccatto** para financiar o seu primeiro filme, **Sombras**. De acordo com a *Euronews*, quase improvisado, filmado com luz natural em locais de Nova Iorque e com um orçamento de 40 mil dólares, este foi aplaudido pela crítica pelo seu realismo. **«Não era como trabalhar para qualquer outra pessoa. A liberdade que o John dava aos seus atores era espantosa»**, disse ao crítico de cinema Roger Ebert, em 2016.

Uma equipa brilhante

Fora do sistema de estúdio, o casal acabou por criar retratos indeléveis de lutadores da classe trabalhadora e pequenos habitantes em filmes como **Rostos**, em 68 – que foi filmado quase todo na sua casa –, e **Uma Mulher sob Influência**, em 74 – que foi, segundo os críticos, a obra-prima conjunta do casal. **«Nos filmes de Cassavetes, Rowlands foi capaz de se dar de forma abrangente, ser ela mesma e permitir que os extremos mais selvagens de sentimentos a dominassem diante das câmaras. Isso não se deve somente ao vínculo pessoal do casal. É também porque Cassavetes, atrás das câmaras, se entregava completamente e tinha uma grande capacidade de resposta às pessoas que filmava e às situações que elas criam. Nos filmes, a atriz e**

FREDERIC HUGON/AFP

o realizador quase que se encontram na superfície da imagem, produzindo uma sensação de risco partilhado, vulnerabilidade e igualdade», escreveu *The New Yorker*. Segundo a própria atriz, os filmes do seu marido, mostram o seu **«particular interesse empático pelas mulheres e pelos seus problemas na sociedade, como elas eram tratadas e como elas os resolviam e ultrapassavam o que tinham a ultrapassar»**, disse em declarações de à *AP*, em 2015. Cassavetes morreu de cirrose hepática em 1989, mas Rowlands continuou a trabalhar para aliviar a dor. **«Quero que toda a gente veja os filmes dele»**, disse no Festival de San Sebastián, em 1992.

Apesar de se terem seguido inúmeros trabalhos, foi em 2004, que Gena voltou a emocionar mundo pelo sucesso do filme realizado pelo filho, **O Diário da Nossa Paixão**, no qual interpretou uma mulher vítima de Alzheimer que vive num lar com o seu marido que já não reconhece e que lhe lê o diário que esta escreveu durante a vida. Na fase final da carreira, Gena fez várias aparições em filmes e na televisão, incluindo em **The Skeleton Key** e na série policial **Monk**. O seu último trabalho foi em 2014, no papel de uma reformada que faz amizade com o seu instrutor de dança homossexual em **Six Dance Lessons in Six Weeks.**

Nas redes sociais, muitos artistas fizeram questão de a homenagear. Viola Davis, foi uma delas: **«Perdemos uma das grandes. A icónica Gena Rowlands. A sua presença nas telas, a sua profundidade, complexidade, vulnerabilidade e absoluta bravura ficou gravada em cada ser humano que representaste. Conseguiste! Fizeste a mudança!»**, escreveu a atriz norte-americana. **«Que atriz inspiradora e que beleza... Partir aos 94 anos continua a ser um privilégio quando vives uma vida tão extraordinária e um amor como o dela»**, escreveu a atriz francesa Gwendoline Hamon, afirmando que Gena foi uma das inspirações para que seguisse a profissão. Em Portugal, Maria João Bastos também homenageou a atriz: **«Obrigada Gena Rowlands! Uma das minhas atrizes favoritas, uma das minhas grandes referências, uma das mais brilhantes atrizes de sempre, um ícone do cinema que felizmente deixa uma obra que irei revisitar sempre para matar saudades!»**, escreveu. ●

EM PAZ

Ana Faria
1949. Cantora

Ficou conhecida pelos projetos dedicados às crianças nas décadas de 80 e 90, com destaque para o grupo Queijinhos Frescos, que contou com a participação dos seus três filhos. Além disso, a sua carreira fica marcada pela criação do grupo Onda Choc, em 1986, por onde passaram mais de duas centenas de crianças. Ana Faria morreu no sábado, aos 75 anos.

José Miguel Trigoso
1949. Presidente da PRP

Foi presidente da Prevenção Rodoviária Internacional entre 1999 e 2007; coordenador técnico do plano nacional de segurança rodoviária e membro da Federação Europeia de Segurança Rodoviária. Foi ainda membro do Conselho Consultivo do Observatório Automóvel Club de Portugal e sócio do clube. José Manuel Trigoso, líder da Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP), morreu na segunda-feira.

Mário Pilar
1944. Dono do bar Artis

Morreu no dia 13 de agosto, Mário Pilar, a que muitos chamavam o Mário **«do B'artis»**, fundador do famoso Bar Artis, que abriu em 1983 no Bairro Alto. Segundo os amigos, este era discreto, afável e sem falsos companheirismos.

EFEMÉRIDES

1.ª fotografia da Terra a partir da Lua
1966 Uma boa surpresa

Foi neste dia, em 1966, que foi tirada a primeira fotografia onde é possível ver a Terra a partir da Lua. A foto foi tirada pela sonda Lunar Orbiter 1, que tinha apenas por missão fazer o reconhecimento do satélite natural da Terra. No entanto, acabou por realizar este feito.

Naufrágio na Sicília Uma tragédia em Palermo

O barco de luxo que não sobreviveu a uma tempestade

ALBERTO PIZZOLI/AFP

TEXTO **Sara Porto**

Na segunda-feira, uma tempestade que atingiu a zona de Palermo, capital da ilha italiana da Sicília, terá levado ao naufrágio do veleiro de luxo que tinha 22 pessoas a bordo (12 passageiros e 10 membros da tripulação). De acordo com a agência italiana *ANSA,* o Bayesianc – uma embarcação de luxo, de 56 metros, com seis cabines, com bandeira inglesa e que podia custar cerca de 200 mil euros por semana no mar –, afundou por volta das 5 horas da manhã. O barco estava ancorado no Porto de Porticello e com luzes acesas o que dá a ideia de que o grupo estaria a fazer uma festa. A embarcação está a quase 50 metros de profundidade, o que está a dificultar os trabalhos de resgate. No entanto, 15 das pessoas foram resgatadas com vida pela guarda costeira, incluindo um bebé de apenas um ano de idade. Em entrevista ao jornal italiano *La Repubbica*, a sua mãe, Charlotte Golunski revelou que a sua família só sobreviveu porque estava no convés quando o barco afundou. À mesma publicação explicou que os **«trovões, relâmpagos e ondas»** que fizeram o **«barco dançar»**, pareciam **«o fim do mundo»**. A forte agitação atirou a mulher e a bebé para a água. No entanto, Charlotte conseguiu segurar a filha no ar com **«todas as suas forças para evitar que ela se afogasse»**.

Infelizmente, logo na segunda-feira, as autoridades confirmaram a morte da primeira vítima mortal, o cozinheiro do iate, Recaldo Thomas, um canadiano que vivia na Antígua e Barbuda. Ao longo do dia de quarta-feira foram transportados para terra outros quatro corpos: o do presidente do banco Morgan Stanley International, Jonathan Bloomer, e sua mulher, Judy, e o advogado do empresário, Chris Morvillo, e sua mulher, Neda.

A embarcação está a quase 50 metros de profundidade, o que tem estado a dificultar os trabalhos de resgate

Já o corpo encontrado na quinta-feira, foi identificado como sendo do magnata britânico do setor tecnológico Mike Lynch, dono do barco. Foi retirado pelos bombeiros mergulhadores e levado para o porto da cidade de Porticello. O cadáver do multimilionário já havia sido localizado na tarde de quarta-feira dentro dos destroços da embarcação. Porém, ao anoitecer, as buscas tiveram de ser suspensas. Agora, as autoridades fazem todos os esforços para encontrar o último corpo - o da sua filha Hannah, de 18 anos. ●

Edgar Clara

A euforia...

NO MEIO DE NÓS

A nossa vida espiritual traz-nos o desejo de uma paz sem fim, uma enorme coroa de repouso, um Shabbat, sem fim...

São Paulo, numa das suas cartas, refere-se ao homem a partir de três dimensões: espírito *(pneuma)*, alma (psique) e corpo (soma). Esta divisão da pessoa humana pode ser compreendida a partir da medicina contemporânea. Desta forma percebemos os nomes dos especialistas... os psicólogos que tratam da alma e os médicos que tratam do corpo! Há muitos problemas que são psicossomáticos (psique e soma), eles existem na alma e manifestam-se na carne.

E *pneuma*? *Pneuma* é o 'ar' que nos habita! Temos os pneus dos carros. Dentro dos pneus o que existe? Ar. Se formos ver no capítulo dois do livro do **Génesis**, vemos que Deus, ao fazer o homem e a mulher, insufla o sopro de vida nas narinas de Adão. O espírito é, pois, dado por Deus ao homem, como que um sopro que anima a sua alma e o seu corpo. Sem ele, morremos...

Por isso o salmo diz: **«Vai-se-lhe o espírito e volta ao pó da terra. Os desejos dos ímpios saem frustrados»**. Se temos um problema no ar que nos habita – o espírito – então temos aqueles que cuidam do espírito, isto é, da sua vida espiritual. Deus aparece, assim, como Aquele que toca o homem no sopro de vida...

Nos últimos tempos tenho pensado nas palavras de São Paulo na carta aos Gálatas: «**A carne tem desejos contrários aos desejos do Espírito**». É incrível como a perceção e a sabedoria da **Sagrada Escritura** vão realçando os acontecimentos da vida contemporânea do homem.

De facto, a nossa vida espiritual traz-nos o desejo de uma paz sem fim, uma enorme coroa de repouso, um Shabbat, sem fim. Aliás, é assim que os cristãos terminam a sua vida: Dai-lhes Senhor o eterno descanso... que sua alma descanse em paz. É isso que deseja a alma de cada homem e de cada mulher: a paz, o descanso!

A carne, porém, deseja a euforia. É um buraco sem fundo que nunca se satisfaz. A carne nunca está satisfeita... quer sempre mais e mais e mais...

Enquanto o espírito se deleita no repouso, a carne procura a euforia!

Estou no Algarve, com um tempo maravilhoso, umas noites incríveis e umas praias inacreditáveis. Vivo no centro de Lisboa, onde impera a confusão e o barulho! Às vezes é insuportável! O movimento, por exemplo, do Bairro Alto, 'Aqui mora gente', mostra perfeitamente o que é a confusão...

A confusão, a bebida, o convívio, o barulho, tornam-nos incapazes de descansar.

Pensava eu naquelas praias paradisíacas de quando era criança, mas o que encontro é o contrário. Estava eu sentado, debaixo do chapéu de sol, e começo a ouvir uns batuques... eu nem queria acreditar. Era de um bar à beira-mar que chamava a euforia da carne com uma música altíssima. Depois, em frente, vinham uma espécie de cavalos-marinhos – as motas de água – que fazem um som de fundo que mata a cabeça. Como se não bastasse, passa um barco cheio de gente, com uns tambores... até parecia o som das tribos...

É uma euforia nem não tem descrição... os que querem silêncio, paz e descanso encontram-se diante de uma realidade contrária a tudo isso...

Será que estamos tão inebriados pela euforia que já nem sabemos como é a paz e o descanso? Será que nos esquecemos do que é a beleza e o silêncio?

Acredito que, dentro em breve, teremos muito trabalho a ensinar as almas a encontrar a paz... e isso, de certeza, será uma missão da vida espiritual – a Igreja. ●

Carlos Aurélio

O terceiro D

OPINIÃO

O 25 de Abril entortou à nascença nos famigerados 3 D's.

Um par de anos após o 25/Abril fui num Mini com quatro jovens colegas professores em busca das pinturas rupestres da gruta do Escoural, algures perto de Montemor. A atração curiosa vinha da descoberta recente de algo com vinte mil anos! Em desorientação geral o Mini estancou numa estrada de terra batida e, um de nós cinco, de dentro do carro chamou um pastor que sob a caloraça da tarde de Junho no seu pelico de carneiro, se abeirou devagar, alentejanamente: **«Ó amigo, sabe o caminho para as grutas do Escoural?»**. **«Sei sim senhor!»**, respondeu, e virou costas. Matreiro e de soslaio, ouviu: **«E então não nos diz?»**. **«Os senhores não mo perguntaram!»**. E lá explicou tudo com acerto.

Quem não faz perguntas certas arrisca-se a respostas dúbias, e por acréscimo, o que nasce torto talvez nunca se endireite. O 25/Abril entortou à nascença nos famigerados 3 D's, 3 verbos torcidos: o Descolonizar entregou o ultramar português à esfera soviética; o Democratizar quis uma revolução leninista que o 25/Novembro desentortou com mossa congénita, ou seja, em rigor sem a sã dialética entre governos alternativos de direita e esquerda. Só esta em 50 anos, no essencial, governou. Esmiuçando, a governação não saiu dos limites da social democracia, por natureza de esquerda e, moral e culturalmente, a direita seguiu atónita e grata os indiscutidos ditames vigentes do presente *wokismo* anglo-saxónico esquerdista, após a derrota teórica do marxismo e a tragédia prática do comunismo. A esquerda urbana de hoje acha o povo trabalhador algo boçal, a de sempre também, interessa-se antes pelos novos segmentos ditos oprimidos em estúpida glorificação de sucessivos 'orgulhos': o feminino, o negro, o homossexual, o vegan, os do clima aquecido e outros adventícios; quanto ao islâmico cala-se ou desorienta-se (?) e sem fazer as perguntas certas só tem respostas dúbias.

O terceiro D do 25/Abril seria o Desenvolver. Sem perguntas certas e sérias a meta ficou-se pelo artigo 2.º da Constituição/1976, ainda em vigor (!): «**A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular (...) que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante (...) o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras**». Notável! Entalados pelo Pacto com o MFA os partidos aceitaram tudo, os supostos vagamente à direita (PPD) falavam como esquerda, os que se fantasiavam de direita o centro bastava-lhes. Ainda assim CDS teve o mérito de desaprovar a Constituição.

O país com débil dinâmica de alternância nunca realmente se desenvolveu, tirando a evolução tecnológica inerente aos tempos. Desenvolver – a língua ajuda – é naturalmente deixar de estar envolvido pelo que não convém, despir-se ou desembrulhar-se, extraindo de dentro de si aquilo que brotando realiza a sua essência. A semente de trigo só se desenvolve na espiga, um caroço de laranjeira não dá melões, de uma vaca não nasce cavalo. Ou seja, 'os homens sem sono' do 25/Abril deitaram-se a dormir sem pensarem Portugal a partir da essência do que sempre fomos, desistiram de ser portugueses, embrulhados em ideologias coisificadas em suposto futuro europeísta fácil. Dormiram tanto que ainda parecem ressonar em grutas rupestres, quais trogloditas, negando propositadamente a História de Portugal, sobretudo a semente essencial da nação independente, os Descobrimentos. Tudo reduzem a ganância colonialista, mentem com dolo, exilam a palavra pátria, ensinam com erro os jovens em educação desastrosa, vendem a soberania, fazem do país uma extensa praia com *hostel* turístico massificado. Ficámos apenas com o serviço de mesa, daí, talvez, a visível melhoria vinícola! Vá lá, dos pesados impostos fez-se na saúde o SNS, e há, até ver, reformas e pensões.

Neste falso Desenvolver o projeto-Mar afundou, subsidiamos os piores, exportamos os melhores, o *déficit* moral chega a ofender em corrupção incessante. Faltam perguntas, contas a pedir, caminhos a pensar. Quem sabe se um dia voltarei ao Escoural em busca do velho pastor que me ensinou a fazer perguntas. Já terá morrido, Portugal espero que não. ●

Carlos Vasconcelos
Ferrovia e a descarbonização da economia

OPINIÃO

Portugal não precisa de inventar nada, apenas necessita seguir as tendências dos seus pares.

A União Europeia estabeleceu uma meta ambiental clara e ambiciosa: alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Para cumprir essa missão, o setor dos transportes deverá reduzir em 90% as emissões. Portugal, em consonância, definiu outra meta desafiante: reduzir em 50% as emissões até 2030 e assegurar que 30% das mercadorias transportadas por via terrestre utilizem a ferrovia.

São objetivos louváveis, mas a sua concretização está longe de ser simples. O período disponível para a implementação dessas mudanças é curto, e as transformações necessárias são profundas e complexas. O transporte rodoviário, responsável por mais de 25% das emissões de CO_2 em Portugal, continua a ter sucessivos apoios diretos e indiretos por parte dos governos.

A isenção de portagens rodoviárias, rede ferroviária limitada e ineficiente, as taxas ferroviárias crescentes (para circular e até para estar parado), em contraciclo com a rodovia, a impossibilidade de circular com comboios superiores a 750 metros (para obtenção de maiores eficiências), são exemplos das diferenças de tratamento entre modos de transporte.

Outras barreiras incluem a falta de igualdade nas condições de operação entre rodovia e ferrovia, como são exemplos a impossibilidade de um maquinista transitar um comboio entre Portugal e Espanha (e com outros países europeus) ou mesmo a impossibilidade de um operador ferroviário poder escolher o seu comercializador de energia em condições de mercado, situação que em Espanha também já foi resolvida, permitindo poupanças energéticas para toda a cadeia de valor.

Se estas desigualdades entre ferrovia e rodovia persistirem, as metas de redução de emissões de CO_2 até 2030 não serão possíveis de alcançar.

Portugal não precisa de inventar nada, apenas necessita seguir as tendências dos seus pares. Não precisa de um investimento de milhares de milhões de euros dos contribuintes para fazer mudanças de bitola, como alguns sugerem. A bitola entre Portugal e Espanha é desde sempre a mesma e nem por isso a nossa capacidade exportadora por ferrovia consegue penetrar para além de Madrid, tantos são os processos técnico-administrativos ainda por resolver. Também não é a bitola que limita a atratividade do nosso mercado ferroviário, como de resto demonstra o movimento de aquisições e fusões no espaço ibérico, onde nenhum dos investidores internacionais exigiu aos Estados uma mudança de bitola para poder investir.

Nos últimos anos, Portugal tem-se aproximado do discurso europeu de descarbonização, mas a sua ação é contraditória e acaba sempre por defender o transporte rodoviário.

Veja-se a última medida de abolição de portagens nas nossas estradas, ao mesmo que é dado a conhecer novo aumento das taxas a cobrar pelo uso da ferrovia.

No entanto, há um agente que nunca se deixa iludir com os discursos: o mercado. O pragmatismo do mercado não paga por soluções de transporte mais dispendiosas, ainda que ambientalmente mais sustentáveis.

É crucial que o Governo tome medidas corajosas para eliminar as barreiras que dificultam a competitividade da ferrovia e promova um sistema de transporte mais equilibrado e ecológico. A ferrovia é central na estratégia de descarbonização, mas para isso, precisa de apoio real e continuado.

2030 é amanhã. ●

Chairman da Medway

Eduardo B. Correia
Essencial e Acessório: falta o bom exemplo na Capital

A PONTA DO ICEBERG

Temos uma cidade capital suja, esburacada, poluída, de trânsito caótico e com a qual é dificílimo resolver problemas e avançar com processos.

Tenho dificuldade em compreender um modo de estar na política onde a concretização do essencial é substituída por um conjunto de promessas, expectativas, projetos vagos e eventos; muitos e grandes eventos.

No Portugal de 2024 em termos de poder autárquico, o essencial passa por garantir índices de limpeza e saneamento urbano absolutamente irrepreensíveis, segurança de proximidade, requalificação do espaço e património publico, apoio à habitação para quem não tem capacidade e apoio à fome e solidão. Estes são no entendimento que subscrevo os temas essenciais à gestão de uma autarquia onde, de modo sensato, o essencial e acessório estão bem identificados.

Para além dos aspetos mencionados sou, faz muitos anos, defensor de um modelo de simplificação e standardização processual. Simplificação por via da implementação de processos claros, simples e lógicos, no que á relação administrativa diz respeito, e standardização intermunicipal que mais não significa que qualquer modelo processual é exatamente o mesmo em qualquer município. A persecução destas duas condições contribuiria para uma maior rapidez e eficiência dos serviços públicos, autárquicos e de proximidade, bem como para uma maior facilidade de relacionamento processual com os munícipes, as empresas e as ONG's. Para que isso aconteça é necessária vontade política por parte do Governo e uma liderança clara e assumida por um município de referência no que respeita à modernização e desenvolvimento de modelos processuais; o candidato natural deveria ser a Câmara municipal da cidade capital. No caso português, a Câmara Municipal de Lisboa.

É, contudo, absolutamente evidente que a Câmara Municipal de Lisboa não constitui um bom exemplo no que se refere à persecução das missões que enumerei e classifiquei de essenciais. Por outro lado, no que respeita ao tema do relacionamento administrativo também a Câmara Municipal mais importante do país, dá um exemplo de desorganização, atraso e desfoque no munícipe que não se coaduna com a visão e exigência da Europa contemporânea.

As dificuldades em distinguir o essencial do acessório não são, evidentemente, exclusivas de um conjunto alargado de decisores políticos autárquicos e estão presentes, faz demasiadas legislaturas, com grande intensidade cognitiva nos sucessivos governos que negligenciam a visão de futuro a várias décadas assim como os desígnios sociais e estratégicos de longo prazo no que ao civismo, meritocracia, coesão social e posicionamento económico diz respeito.

Portugal necessita de uma visão de longo prazo. Para a sua economia, para a sua coesão social e para o seu papel conciliador na geopolítica da atualidade. Portugal necessita de mais municípios bem geridos. Portugal necessita de um referencial de bom exemplo de inovação e desenvolvimento administrativo e precisa de ver a sua cidade capital como uma referência europeia nas práticas de bem fazer e de bem servir. A importância do exemplo que a Câmara Municipal de Lisboa pode dar ao país e à Europa é de tal forma relevante, que o tempo perdido nos vários mandatos autárquicos constitui um enorme ónus, não apenas para todos os indivíduos e organizações que com ela se relacionam, mas constitui uma perda maior pela falta de bom exemplo que contamine os municípios mais pequenos e o próprio Governo. Ser a cidade capital deve ser muito mais que uma classificação administrativa. Ser cidade capital confere uma responsabilidade idêntica à dos irmãos mais velhos; influenciar pelo bom exemplo.

Ao invés temos uma cidade capital suja, esburacada, poluída, de trânsito caótico e com a qual é dificílimo resolver problemas e avançar com processos. Uma cidade gerida por quem se congratula com a organização de eventos e festas internacionais. São importantes, mas ao nível do acessório. Falta o bom exemplo da cidade capital. Vai valendo a existência de alguns irmãos mais novos que se distinguem muito pela positiva... ●

CEO do Taguspark, Professor universitário

A. G. Lourenço Martins

Justiça – vai mudar e como?

OPINIÃO

Só o cidadão comum, aquele que vai ao Tribunal e sofre na carne as vicissitudes da interminável senda em que se envolveu ou o envolveram é que em regra não é ouvido.

O BARULHO QUE AFINAL NÃO SE OUVE

1. Tendo-se entrado na *silly season* – a frivolidade transformada em momento alto –, vale a pena retornar sobre o tema da reforma da Justiça, com os próprios tribunais de férias? Antecipando o que aí vem, achamos que sim.

Ultimamente, publicou-se bastante sobre a desejada reforma da Justiça, a sua amplitude e contornos, quer por banda dos políticos quer dos agentes forenses. Figuras de vários quadrantes – o 'movimento dos 50' (e mais), com opositores que logo lhe anotaram um contrapé de interesses, tendo em conta os antecedentes de alguns, outros por não lhes reconhecerem os dotes que agora alardeiam –, adensaram a tormenta.

Só o cidadão comum, aquele que vai ao Tribunal e sofre na carne as vicissitudes da interminável senda em que se envolveu ou o envolveram é que em regra não é ouvido. Isto apesar de o Ministério da Justiça alimentar desde 1996, um Observatório Permanente da Justiça, que por certo poderia fazer ou promover um amplo e bem estruturado inquérito aos cidadãos que nos últimos anos **usaram ou foram vítimas do sistema de Justiça.** Sem minimizar as tentativas recentes realizadas – Inquérito sobre a Justiça, de Pedro Magalhães/Nuno Garoupa, 2024, IPPS-ISCTE – numa sondagem à população sobre o funcionamento das instituições judiciárias, respostas que aliás se mostraram muito influenciadas pela imagem transmitida pelos próprios OCS.

As intervenções vêm de tantos lados e a aparente e injustificada surdez de algumas entidades é tal que a degradação das instituições, na opinião de muitos, se tornou inevitável. E de caminho metem-se no mesmo saco alguns aspetos que funcionam regularmente, e desmotivam-se muitos magistrados/as bem como funcionários/as, que cumprem o melhor possível e trabalham até ao *burnout*.

Como sair deste estado?

PROPOSTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

2. São de diferente valia os contributos dos programas dos Partidos Políticos, **para a área da Justiça**, apresentados na campanha das últimas Eleições Legislativas (10.03.2024). Detetam-se, porém, elementos comuns sobressalientes, e desde logo a indicação de que a Justiça precisa de uma reforma profunda e não de alterações casuísticas, mediante um consenso alargado.

Eis alguns dos tópicos mais focados nesses programas: o ataque à morosidade dos processos, em especial os 'megaprocessos' penais e nos tribunais administrativos e fiscais, usando as novas ferramentas digitais, a redução dos expedientes dilatórios, o cumprimento efetivo dos prazos (não apenas pelos advogados e solicitadores, diremos nós, como hoje sucede, mas pelas secretarias e pelos magistrados), a diminuição da extensão das peças processuais, o uso de linguagem clara e concisa, facilmente percetível por não juristas, a revisão do regime de acesso aos tribunais e a baixa das custas, enfim, o alargamento da rede de Julgados de Paz, uma justiça de proximidade para pequenas causas.

Para uma reforma mais profunda, preconizam-se **alterações constitucionais** viabilizando: a independência financeira do sistema de justiça, a eventual existência de uma ordem única de tribunais, a clarificação dos poderes hierárquicos no MP, a queixa constitucional direta mediante o recurso de amparo, a modificação do efeito suspensivo de alguns recursos para o TC, repensar a fase de instrução com efeito nos 'megaprocessos', a introdução do princípio da oportunidade, o reforço da oralidade e da simplificação das formalidades.

Tudo isto tendo como pano de fundo a valorização das carreiras dos profissionais que servem na Justiça e o reforço dos apoios à decisão em tempo útil.

ENTRETANTO...

3. Não deixa de surpreender como é que nas várias instituições às quais a lei confere poderes não apenas para modificar as leis (AR e Governo) mas para propor a sua mudança – o Conselho Superior da Magistratura (CSM), a Procuradoria-Geral da República (PGR), o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) –, tudo se passa sem aparente angústia, por exemplo, deixando prescrever crimes graves, designadamente atribuídos a figuras públicas.

Na verdade, aquelas instituições dispõem, além do mais, de serviços de inspeção permanente dos tribunais e do MP que carreiam elementos atualizados sobre o funcionamento e as disfunções dos sistemas, prevendo a lei expressamente que possam/devam apresentar propostas de modificação das leis.

3.1. Mas se lermos os relatórios daqueles Órgãos não se vê grande rasto das preocupações que trazem meio mundo afadigado, com exceção da constituição de um Grupo de Trabalho para os megaprocessos penais no CSM e a aderência à inovação digital. Não deixa de ser curioso que no Relatório Anual do CSM 2023, ao referirem-se as queixas dos cidadãos sobre o funcionamento da Justiça (606) se diga que cerca de metade se reportavam a discordância com a decisão tomada pelo Magistrado Judicial no processo, no que não haveria nada a fazer, mas a **«outra parcela tem a ver com** alegadas delongas em processos judiciais **e as restantes com outros assuntos...»**, do que tudo se consumou em que **«as queixas de cidadãos deram origem a** três averiguações sumárias».

3.2. Pelo lado da PGR, ao ler o Relatório Síntese do Ministério Público de 2023, o tão esperado relatório que a PGR vai apresentar à AR, as coisas não são diferentes. No repositório de números, tabelas e quadros comparativos, raramente se denunciam constrangimentos na ação da Justiça, e tirando o ponto em que se referem os fenómenos criminais que maior aumento e diminuição registaram entre 2022 e 2023, não fica uma imagem do que sejam as grandes questões com que a instituição, ou melhor, o país se debate, e que tenham merecido um capítulo final de onde se alcance uma análise prospetiva nacional, os estrangulamentos, que parece não haver... Impressiona, pelo número e qualidade das consultas, a aparente subutilização de um organismo tão importante como é o Conselho Consultivo.

Um parêntesis para um pormenor que aponta em favor do abandono do princípio da legalidade para o da oportunidade: no campo criminal, os institutos de consenso foram aplicados num total de 31.620 casos (31.133 casos de suspensão provisória do processo e 487 arquivamentos por dispensa de pena), correspondendo a **34,5% dos processos com indiciação.** Quer dizer, na prática o princípio da oportunidade ou semelhante já funciona.

3.3. Sobre a tão falada morosidade, e como resultou da entrevista pública da mais Alta Representante do MP, pareceu-me alimentar-se a cultura de que os prazos não são para cumprir – o prazo era uma pequena mola real que ancestralmente fazia mover a Justiça concreta –, como se a investigação criminal se pudesse perpetuar *ad aeternum* (leia-se até à prescrição), acompanhada das escutas, onde os inspetores e magistrados aguardam sentados que os arguidos se auto incriminem, continuando os processos pendentes. Se até o Relatório anual é apresentado com mais de dois meses de atraso, sob o olhar da AR, por que motivo não se há de passar o mesmo com os processos?

Parece estarmos em face de duas visões quase opostas: a da opinião publicada e dos programas dos Partidos, e a das instituições judiciárias.

O QUE PODE SER FEITO

4. No programa da AD, sugere-se a criação de uma Comissão Permanente para a Reforma da Justiça (CPRJ), a funcionar preferencialmente junto da AR, com a missão de apresentar uma Proposta de Reforma Integral para a Modernização do Sistema de Justiça e medidas urgentes para a Jurisdição Administrativa e Fiscal, aproveitando dos contributos já existentes.

Parece um bom ponto de partida.

Como resulta do breve bosquejo feito sobre as propostas constantes dos programas dos Partidos, existe um lote alargado de medidas consubstanciando uma **reforma da Justiça em pontos essenciais e pressupondo um consenso alargado.**

Até não parece difícil, no quadro de intenções traçado, encontrar um modelo prático de levar a cabo o empreendimento, sem perda de **coerência e de forma gradual.** Apenas carecerá de saber como se articulará aquela Comissão Permanente com o Governo, sem dúvida em posição de imprimir o dinamismo que se espera.

Pretende-se tão só que também aqui seja tomada uma decisão de fundo, que se arrasta no tempo, e se inicie a reforma da Justiça já! ●

Juiz Conselheiro do STJ Jubilado

Manuel dos Santos

Os deploráveis e os bizarros

A CRISE (AINDA) DÁ À COSTA

O carisma sorridente de Kamala e a assertividade de Walz foram o rastilho para que a campanha eleitoral sofresse uma rotação de 180 graus.

As eleições nos EUA nunca deixam os europeus indiferentes.

O escrutínio eleitoral do próximo novembro não é exceção e, por isso, tem despertado enorme interesse na opinião pública e publicada do Velho Continente.

É natural que assim seja porque o futuro da civilização ocidental, tal como a entendemos, praticamos e desejamos, depende muito da natureza da cooperação e parceria que é estabelecida entre a Europa e a federação dos estados americanos.

Em 2016, a candidata democrata (Hillary Clinton) terá perdido as eleições, entre outras razões, porque utilizou uma expressão ofensiva – os deploráveis *(deplorables)* – dirigindo-se à maioria dos potenciais eleitores de Trump.

A derrota dos democratas modificou a natureza da liderança americana no mundo e alterou os equilíbrios existentes com o surgimento de novos poderes regionais, em parte responsáveis pela instabilidade que actualmente se vive.

Em 2020, a situação foi parcialmente revertida mas tudo pode voltar, de novo, às 'trevas' da democracia se Trump conseguir regressar ao poder na White House.

Agora, em 2024 estamos, de novo, perante a força das palavras e a simplicidade da política.

Após ser escolhido para n.º 2 de Kamala Harris, Tim Walz, dirigiu-se aos seus adversários republicanos identificando-os como bizarros (*weirds*), expressão que viralizou nas redes sociais.

O carisma sorridente de Kamala e a assertividade de Walz foram o rastilho suficiente para que a campanha eleitoral sofresse uma rotação de 180 graus.

Perante este sucesso, vale pouco o esforço dos cientistas da política e dos comentadores para encontrar explicações mais complexas.

Os fenómenos sociais e os mecanismos de decisão, nas democracias liberais, são mais simples do que parece e, sobretudo, são rapidamente compreendidos pelo eleitor comum.

Esta campanha eleitoral tem, aliás, confirmado essa regra e os democratas estão a revelar-se verdadeiros mestres na gestão das mensagens simples.

A administração Biden, que agora cessa funções, conviveu com uma inflação elevada que afetou a vida diária dos cidadãos.

Apesar do êxito da política económica, este tema era, e é, recorrentemente um factor de ataque e crítica por parte dos republicanos.

É que, como bem sabemos em Portugal, de pouco vale ter uma situação financeira equilibrada no país, se a generalidade dos cidadãos passar mal.

A resposta democrata foi eficaz. Compreendeu uma vez mais o valor das palavras e substituiu o 'combate à inflação' (que está em curso com sucesso) com a proposta da 'capacidade aquisitiva' *(affordability)*, conceito que é melhor compreendido pelo cidadão e torna mais difícil o contra-ataque adversário.

Entretanto discute-se, em Portugal, apenas o caráter eleitoralista das decisões do Governo, mesmo que sejam favoráveis aos interesses imediatos dos cidadãos. E, bem entendido, alimenta-se o folhetim sobre o destino do Orçamento de Estado.

Perante isto é legítimo pensar se não estaremos também por cá, no reino dos deploráveis e dos bizarros.

Entre os primeiros estará a absurda proposta do Chega para trocar a viabilização da política orçamental por um referendo relativo à política de emigração.

Ou então o facto de toda a oposição 'bater em tudo que mexe' utilizando a técnica 'Busca Bobby' recentemente identificada pelo Prof. Luciano Amaral.

Como exemplo de comportamento deplorável, será difícil encontrar pior.

Entre os segundos, o destaque vai para os avanços e recuos do atual PS sobre o OE em relação ao qual já assumiu tudo e o seu contrário.

E verdadeiramente bizarro será ver o principal partido da oposição prestar um mau serviço a si próprio e ao país, se inviabilizar a aprovação do Orçamento ou, pior ainda, se o viabilizar após um simulacro de negociação.

O anterior primeiro-ministro, António Costa, mesmo fazendo tábua rasa de tudo o que defendeu em 2014, já veio 'explicar' o que deve ser feito.

O segredo é 'só' estar atento e seguir, disciplinadamente, o 'mestre'.

Pois é preciso que a bizarria acabe para que o país progrida. ●

João Cerqueira

O imbecil comunista

BRUXEDOS

O Comunismo valorizou mais o imbecil do que o sábio e que levantar problemas é mais importante do que os resolver.

Ao ler a página 431 da **História da Vida Privada** (edições Afrontamento) descubro a seguinte citação de um operário: **«Não é por se ser comunista, forçosamente, que se é alguém fabuloso. Conheço comunistas imbecis. Evidentemente... temos de os aceitar. Mas, ao contrário dos outros imbecis, estes são imbecis comunistas... Mesmo com essa imbecilidade, eles tomam parte activa na transformação da sociedade»**. Eis o momento dialéctico em que Marx é superado na definição do Comunismo. O ponto central do Comunismo não é a luta de classes, mas a imbecilidade. Tão perfeita é esta ideologia que, ao seu serviço, o mais imbecil dos imbecis, a suprema besta, o perfeito mentecapto, se transforma num elemento de transformação da sociedade.

Mais nenhuma ideologia política consegue extrair dos piores seres humanos algo de bom. Um imbecil social-democrata, socialista ou liberal, será sempre um imbecil e irá prejudicar o seu partido. Porém, o imbecil comunista, qual mostrengo transformado em belo príncipe, consegue ajudar a melhorar o mundo. Contudo, se o imbecil comunista dá o mesmo contributo que o militante não imbecil, se ambos tomam parte ativa na construção do paraíso na Terra, então talvez dentro do Comunismo seja difícil a destrinça entre uns e outros. Isto, sim, é uma sociedade igualitária.

Seriam, portanto, Marx, Lenine, Estaline e Mao verdadeiros imbecis?

Mas antes de abordarmos a grande imbecilidade comunista, comecemos pela pequena. Por exemplo, a imposição do Realismo Socialista por Andrei Zhdanov - que subordinou as artes e as letras à propaganda comunista –, liquidando o modernismo russo, foi uma grande imbecilidade. A intromissão do Partido na vida privada dos militantes, a colher entre o marido e a mulher, foi também um bom exemplo de imbecilismo – foi pena não terem tratado das sogras porque, isso sim, seria benéfico para a Humanidade. Por fim, a descriminação das mulheres e a perseguição aos homossexuais foram decisões profundamente imbecis.

Além disso, serão igualmente imbecis as centenas de intelectuais e artistas que desde a Revolução de Outubro apoiam os regimes comunistas, fechando os olhos às violações dos direitos humanos? E que dizer dos jornalistas e comentadores que admiram a ditadura cubana e justificam a invasão da Ucrânia pela Rússia? Haverá assim tanto imbecil neste mundo?

Como tenho dúvidas, socorro-me das palavras de Lenine: **«Um imbecil pode, por si só, levantar dez vezes mais problemas que dez sábios juntos não conseguiriam resolver»**. Deste modo, torna-se claro que o Comunismo valorizou mais o imbecil do que o sábio e que levantar problemas é mais importante do que os resolver. Foi por isso que nos regimes comunistas os seus imbecis criaram tantos problemas sem solução que, ainda hoje, os sábios capitalistas têm dificuldade em resolver. ●

Escritor

FICHA TÉCNICA: Diretor: Mário Ramires; Diretor Executivo: Vítor Rainho; Diretor Executivo Adjunto: José Cabrita Saraiva; Diretor de Arte: Francisco Alves; Conselheiro Editorial: José António Saraiva; Conselho de Administração: José Saldanha Bento, Luís Santos e Pedro Vargas David; Fiscal Único: Vítor Vale; Departamento Financeiro: Conceição Salvador (TOC); Redação e sede do proprietário/Editor: Newsplex, S.A.; Taguspark. Núcleo Central, sala 371, 2740-122 Porto Salvo, Oeiras; NIPC: 513766073, Matriculada na CRC de Lisboa sob o n.º 513766073, Capital Social 755.020 euros, Detentor de 98,21% do capital: Sunny Media – Unipessoal, Lda.; Registo ERC 223939; Telefone Redação 211 976 146; Email geral@newsplex.pt; Edição Online www.nascerdosol.pt; Emails opiniao@nascerdosol.pt; cartasaodirector@nascerdosol.pt. O estatuto editorial do Nascer do SOL encontra-se disponível em: https://sol.sapo.pt/estatuto-editorial; Impressão: Sogapal - Sociedade Gráfica da Paiã S.A, Estrada das Palmeiras, 38, Queluz de Baixo 2730-132 Barcarena; Distribuição: Vasp - Distribuidora de Publicações, SA, Media Logistics Park, EN 250-1, Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva-Cacém; Depósito legal 247835/06; Registo ERC 125004; Tiragem média no mês de março: 25.000 exemplares

SSI deverá ser dirigido por José Casimiro Morgado

Vizeu Pinheiro já deverá poder ir para as suas novas funções em Bruxelas.

O Governo tem demonstrado alguma hesitação no que diz respeito à nomeação do novo secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, tendo pedido ao embaixador Paulo Vizeu Pinheiro que ficasse no cargo mais uns tempos, devia ter saído a 15 de julho, passando depois para 22 do corrente mês, mas o *Nascer do SOL* apurou que o embaixador deve ser substituído por José Casimiro Morgado, ex-homem forte do Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED), um homem com ligações à maçonaria, como é habitual nos serviços secretos. Em tempos chegou a a falar-se nos nomes de Luís Neves e de Fernando Negrão, mas o antigo líder do SIED deve ser o eleito. Se Vizeu Pinheiro que tinha e tem mais ligações ao PSD do que ao PS foi nomeado por um Governo do PS, agora é a vez de um homem com ligações ao PS ser nomeado pelo PSD. Para número dois, fala-se no superintendente-chefe Luís Farinha, atual diretor do Instituto Superior de Ciências e Segurança Interna.

OE 2025: Restauração avança com 25 medidas

A Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) apresentou 25 medidas que gostaria de ver contempladas no Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) com vista a garantir a sustentabilidade das empresas. Este pacote assenta em quatro eixos estratégicos: fiscalidade, capitalização das empresas, apoio ao investimento e emprego, qualificação e integração de migrantes. Entre as medidas avançadas destaca-se a redução da taxa intermédia de IVA para os 10%, **«à semelhança dos nossos principais concorrentes, Espanha, França e Itália»**, reposição dos refrigerantes e bebidas alcoólicas na taxa intermédia do IVA, redução da TSU paga pelas empresas pelos rendimentos de trabalho dos seus colaboradores **«para proporcionar a melhoria das condições salariais, captando e retendo talento nas empresas»**, e redução dos impostos sobre o rendimento (IRC e IRS) **«a fim de se aumentar a competitividade das empresas nacionais e aumentar o rendimento líquido disponível das famílias»**.

Crédito Agrícola com lucro de 224,4 milhões

PORTUGAL O Crédito Agrícola registou um resultado líquido de 224,4 milhões nos primeiros seis meses do ano, um crescimento de 50,4 milhões de euros (+28,9%) face ao período homólogo. De acordo com Licínio Pina é **«o melhor semestre de sempre em termos de resultados»**.

Apoio até 300 euros para professores deslocados

PORTUGAL O Governo quer criar um apoio para professores deslocados que estejam a dar aulas nas escolas com maior falta de docentes, anunciou o ministro da Presidência, adiantando que o subsídio vai variar entre 70 e 300 euros. A proposta será agora negociada com as organizações sindicais.

Caso BES: Morreu José Guilherme

PORTUGAL José Guilherme, o empresário da área da construção que ficou conhecido por ter dado 14 milhões ao antigo presidente do BES, morreu esta quinta-feira aos 78 anos. Esse dinheiro terá servido de recompensa pela ajuda dada em Angola e foi essencial para a revelação do caso BES.

FERNANDO ALEXANDRE

O Governo acaba de aprovar um subsídio para os professores que residam a mais de 70 quilómetros da escola e um concurso extraordinário para escolas **«com carências»** de docentes. Parecem medidas avisadas, e tomadas atempadamente, para precaver males maiores no regresso às aulas.

LICÍNIO PINA

O lucro de 224,4 milhões de euros obtido pelo Crédito Agrícola no primeiro semestre representa uma subida de quase 30% em relação aos números do ano passado. Uma excelente *performance* da instituição bancária, liderada por alguém que conhece bem os cantos à casa: Licínio Pina já trabalha no CA há mais de 35 anos.

SOMBRA

LUÍS MONTENEGRO

Politicamente, o bónus aos pensionistas pode ser uma jogada brilhante que permite passar a mão pelo pêlo desta importante fatia do eleitorado. Em termos humanistas, a decisão também parece piedosa. Mas vista sob um prisma crítico, é populismo do mais descarado, não muito diferente da compra de votos.

MIGUEL ALBUQUERQUE

A decisão de recusar os meios oferecidos pelo Governo Central revelou-se desastrosa. Albuquerque quis mostrar auto-suficiência e só se prejudicou a si e aos madeirenses. Com a ilha a arder há vários dias, ainda disse que o combate aos fogos florestais estava a ser **«um sucesso»**.

José Cabrita Saraiva

DIRETOR
Luís Ferreira Lopes

www.amanha.pt
23.08.2023
Semanal
Ano 1
Nº 50

Portugal Amanhã

Incêndios Duarte da Costa: "Uma tragédia como a de Pedrógão não se vai repetir"

Sim ou Não. Portugal está mais capaz de combater incêndios? Em debate, o brigadeiro-general Duarte da Costa, presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e João Joanaz de Melo, professor associado na Universidade Nova de Lisboa /**2**

Nariz de Enólogo Sugestões de vinho de Carlos Lucas para degustar (com moderação)

14 ENTREVISTA
O "enólogo do Dão" explica o projeto que iniciou em nome próprio, como o estilo de vida influencia o gosto e a necessidade de reformular políticas para o setor. Pelo meio, deixa 10 sugestões de vinhos.

Portugal à Prova Viseu Ryokan: uma viagem ao Japão sem sair de Portugal

8 ENTREVISTA
Viseu Ryokan é a primeira hospedaria do seu género em Portugal. Em Viseu, os donos oferecem uma experiência personalizada em que "quase se entra numa dimensão diferente"

Pensar Amanhã Crónicas de Jaime Quesado, João Palma Ferreira e José Ramalho Fontes

10 / 12 / 16 OPINIÃO / PODCAST

Luís Ferreira Lopes

Incêndios: floresta é ou não prioridade nacional?

BÚSSOLA

Especialistas defendem novo modelo de gestão das matas e ordenamento do território

A floresta deveria ser um desígnio nacional, se houvesse uma estratégia inteligente de gestão e ordenamento do território, aliada a coragem para defender as espécies autóctones, em convivência justa com outros interesses agro-industriais que se instalaram no país desde os anos 80 do século passado. Uma medida simples para cuidar da floresta e prevenir incêndios é fomentar a produção de pallets, o que permite obter maior eficiência energética (a custo mais acessível que o gás e electricidade), limpar as matas nacionais, gerar maior receita para os proprietários rurais e fomentar diversidade das espécies de árvores. Todas as medidas há muito estudadas devem ser executadas com urgência para estimular uma economia rural mais pujante e saudável.

O verão é um momento propício à reflexão e, por isso, promovemos um debate sobre soluções e problemas estruturais da floresta portuguesa e a eficácia das políticas de prevenção e combate aos fogos rurais, entre o brigadeiro-general Duarte da Costa (presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) e o professor João Joanaz de Melo, da Universidade Nova de Lisboa e reputado especialista em ambiente e ordenamento do território. O debate foi gravado antes dos incêndios na Madeira e está disponível em Amanha.pt e na Euronews (canal youtube em português).

Destaco algumas afirmações de Duarte da Costa: "Não irá suceder uma tragédia (como a de Pedrogão Grande). Temos uma capacidade muito mais elevada", mas alerta: "a solução dos incêndios, em Portugal, não está em grandes capacidades de combate. Isso é uma falácia que não pode continuar. A solução está em tornar a floresta rentável, ter um verdadeiro ordenamento do território."

João Joanaz de Melo acrescenta: "temos um espaço florestal que não é uma verdadeira floresta. A maior parte são matas de produção ou terrenos abandonados. (...) temos cerca de 50% do nosso território em que não sabemos quem é o dono. Ou seja, sabemos o nome que está lá na conservatória, mas é um senhor que faleceu há 40 anos e que deixou 200 herdeiros que nem sabemos quem eles são, nem nenhum deles sabe onde é que está o terreno. Isto é ingerível. (...) Enquanto não conseguirmos atacar este lado do problema, nunca vamos estar de facto preparados para os incêndios". Ficam estes alertas com o apelo ao poder político porque isto já não vai lá com discursos e mais estudos.

Nesta edição, sugiro ainda as opiniões de José Ramalho Fontes, João Palma-Ferreira (2a parte) e Jaime Quesado. E conheça as histórias do enólogo Carlos Lucas (que reinventou o Dão) e um projeto turístico diferente em Viseu. Se for o caso, boas férias e bons regressos. ●

luis.ferreira.lopes@newsplex.pt

Ficha Técnica. Diretor: Luís Ferreira Lopes; Diretor de Arte: Francisco Alves; Redação: Diana Gomes, Rodrigo Leitão; Conselho de Administração: José Saldanha Bento, Luís Santos e Pedro Vargas David; Proprietário/Editor: Newsplex, S.A; Sede: Taguspark, Núcleo Central, sala 371, 2740-122 Porto Salvo, Oeiras, Portugal; NIPC: 513766073, Detentor de 98,21% do capital:_Sunny Media Unipessoal, Lda; Registo ERC 223939; Registo da publicação na ERC 127966; Contactos: amanha.pt@newsplex.pt; Telefone redação e comercial: 211 976 146; Dir. Comercial: Luís Correia – luis.correia@newsplex.pt; Site: amanha.sapo.pt; Estatuto Editorial do Portugal Amanhã disponível em amanha.sapo.pt/estatuto-editorial; Impressão: Sogapal - Sociedade Gráfica da Paiã S.A, Estrada das Palmeiras, 38, Queluz de Baixo 2730-132 Barcarena; Distribuição: Vasp - Distribuidora de Publicações, SA, Media Logistics Park, EN 250-1, Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Agualva-Cacém; Tiragem média no mês de março: 25.000 exemplares

"Estamos mais preparados do que nos últimos anos"

Um país nunca está preparado para um evento com evidências catastróficas perante a sua população. Podemos é estar mais bem preparados do que estávamos anteriormente. O Sistema Nacional de Proteção Civil e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil têm um sistema que está muito mais bem preparado do que esteve nos últimos anos, nomeadamente, na época de 2017.

Temos um sistema que está preparado para responder à hipótese mais provável, mas acautelando sempre a situação mais perigosa. Nunca estamos verdadeiramente preparados por uma questão de baixo determinismo porque não sabemos o que é que pode suceder, mas estamos muito mais bem preparados.

A solução dos incêndios em Portugal não está em grandes capacidades de combate. Isso é uma falácia que não pode continuar. A solução dos incêndios em Portugal está em tornar a floresta rentável e ter um verdadeiro ordenamento do território. Tornar a floresta querida pelo próprio cidadão, em que este se sinta beme que saiba que a sua floresta está a capacitá-lo para ganhar dinheiro, para ter momentos de lazer, para ter um país mais ambiental relativamente aos impactos que a falta de uma floresta pode trazer para o nosso país.

Às vezes perguntam-me se as mudanças climáticas têm impacto na questão do combate. Não me preocupa que a temperatura média anual aumente meio grau. Preocupa-me que durante 7 dias haja temperaturas da ordem dos 45 graus, com ventos acima dos 70 quilómetros/hora e com uma humidade relativa abaixo dos 30%. Isso é que me preocupa muito e é contra isso que tenho que trabalhar.

O grande mentor para que as coisas estejam a correr melhor tem sido o comportamento das pessoas. E o comportamento das pessoas é, na realidade, diferente com alguns elementos de prevenção como a educação, campanhas publicitárias, formação e com grande intervenção das autarquias. Não há proteção civil sem autarquias. As autarquias são o principal agente para a questão da prevenção em todo o território. Depois, no combate, lá estaremos nós com a espinha dorsal do nosso sistema, que são os bombeiros, para apagar os fogos.

O que eu quero é um território sem fogos, porque aí é que tenho verdadeiramente sucesso. A partir do momento que tenho fogos, já é como um antibiótico. Estou a utilizar o remédio para uma coisa que já está mal à partida. Para mim, o sucesso e a não repetição daquilo que se passou anteriormente é reduzir ao máximo o número de ocorrências para que possa dizer ao poder político que, neste momento, já conseguimos poupar alguma coisa no combate. ●

PORTUGAL ESTÁ PREPARADO PARA A ÉPOCA DE INCÊNDIOS?

JOÃO JOANAZ DE MELO
Professor associado na Universidade Nova de Lisboa

SIM OU NÃO

Portugal está preparado para a época de incêndios? Haverá o risco de uma tragédia como a de Pedrógão Grande se repetir? Em debate, o brigadeiro-general Duarte da Costa, presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e João Joanaz de Melo, professor associado na Universidade Nova de Lisboa e especialista em temas de ambiente e floresta.

TEXTOS **Luís Ferreira Lopes** FOTOGRAFIAS **Carlos Costa**

PÁGINA SEGUINTE

"A principal vulnerabilidade é a falta de gestão florestal"

Estamos mais bem preparados ou menos mal preparados do que estávamos há meia dúzia de anos. Isso é inequívoco e vê-se em alguns indicadores, por exemplo, o número de ignições que existem. Isto significa que houve algum sucesso na educação e na prevenção; diminuiu o número de incêndios desastrosos, o que significa que o combate inicial, que é uma questão crítica, é muito importante para evitar situações desastrosas.

O que é fundamental é a enorme vulnerabilidade que continuamos a ter em termos estruturais. Temos um espaço florestal que não é uma verdadeira floresta. A maior parte são matas de produção, ou, pior ainda, terrenos abandonados ou áreas florestais mal geridas ou não geridas.Demos cabo do solo, demos cabo do ciclo hídrico, demos cabo do ecossistema.

É verdade que na reação de curto prazo estamos melhor agora do que estávamos em 2017. 2017 veio demonstrar, da pior forma possível, que os piores incêndios foram em junho e em outubro, supostamente fora da época principal de incêndio. Esses conceitos antiquados passaram à história, espero eu, e têm estado a ser usados conceitos mais modernos, mas o problema estrutural está lá, a vulnerabilidade está lá.

É evidente que há espécies mais vulneráveis aos incêndios do que outras. As monoculturas de pinheiro e de eucalipto são particularmente vulneráveis, mas não são sequer o principal fator de vulnerabilidade. O principal fator de vulnerabilidade é a ausência de gestão, é a ausência de valor. Enquanto não tivermos uma equação social, para o território, em que a floresta tenha interesse económico e ecológico, nunca vamos acabar com os incêndios florestais devastadores.

Tem de haver pessoas no território. Isto não é só uma questão de "fazer crescer pau". Uma floresta não é pau. Uma floresta é um ecossistema que nos presta alguns serviços económicos, se for bem cuidada. A questão crítica é que temos de cuidar muito melhor da floresta que temos, e regenerar o ecossistema todo. Já há várias universidades em Portugal que estão a estudar isso, há uma série de projetos-piloto no terreno, mas nada que se pareça com a escala necessária. Há agora uma nova ferramenta, que é um passo na direção certa, que são as chamadas operações integradas de gestão da paisagem. Mas, por exemplo, em Monchique, só 7% da área florestal é que está coberta por esse tipo de ferramenta. Das palavras aos atos vai uma distância enorme. ●

Veja o debate completo no site e na Euronews

PÁGINA ANTERIOR

Duarte da Costa: "Não irá suceder uma tragédia [como a de Pedrogão Grande]. Temos uma capacidade muito mais elevada"

Haverá o risco de uma tragédia como a de Pedrógão Grande se voltar repetir?
Duarte da Costa — Englobando no conceito de tragédia a perda de vidas humanas como se passou em 2017, diria que não. Não irá suceder. Temos um dispositivo que, mesmo nas piores condições em que venha a suceder aquilo que aconteceu em termos atmosféricos e meteorológicos, estamos muito mais bem preparados não só no combate, mas, sobretud,o na nossa capacidade de retirar as pessoas do território e uma coordenação interagência com o IPMA [Instituto Português do Mar e da Atmosfera] e com o ICNF [Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas]. Esse para mim é um dos tais ganhos que temos desde 2017, uma capacidade de previsão e de apoio à decisão muito mais elevada.

Quando a minha equipa foi confrontada, em 2018, com a forma de remodelar o sistema de resposta para prevenir incidentes como aqueles que sucederam em 2017, o poder político foi extremamente claro naquilo que me disse: estamos a nomeá-lo para que aquilo que se passou em 2017 não torne a suceder.

Isso implica que tivemos que remodelar um conjunto de situações que nos foram dadas como factos concretos. Uma dessas coisas era a ausência de um verdadeiro e credível sistema de apoio à decisão, que nós evoluímos em várias áreas, uma delas até com a própria FEB [Força Especial de Bombeiros] Monitorização. Quem está dentro do sistema conhece a FEB Monitorização, que foi premiada pela ESRI Internacional [Environmental Systems Research Institute] como um bom exemplo da prática da utilização de um sistema de informação geográfica para apoio à decisão, e que foi desenvolvido com a prata da casa pela própria autoridade, juntamente com a ESRI.

Aumentámos os meios, que eram exíguos, por exemplo, nos meios aéreos. Uma das maiores capacidades que adquirimos foi impedir que um grande número de pequenos incêndios se transformasse em grandes incêndios. Como? Com o ataque inicial e com mais meios aéreos. É uma fatura cara a pagar? É, mas é uma fatura que garantiu que em 2023, por exemplo, tivéssemos a melhor época de sempre.

Com estes meios aéreos conseguimos, numa mais larga escala, terminar com os incêndios logo numa forma nascente. Tivemos de mudar a filosofia da utilização dos meios aéreos. Antigamente só se fazia ataque inicial com helicópteros. Este ano, uma nova alteração que fizemos é que os próprios meios pesados, neste caso os *Canadair*, quando é uma situação em que se pode prever que há uma grande capacidade e um grande potencial de o incêndio evoluir para um grande incêndio, avançam logo também no ataque inicial.

Começámos também a investir mais na prevenção. Há uma prevenção estrutural e há uma prevenção operacional. Evoluímos muito na prevenção operacional, capacidade de pré-posicionamentos, sistemas de vigilância, apoio das câmaras, mas ainda evoluímos pouco na prevenção estrutural, que é o tal ordenamento da floresta.

A boa campanha de 2023 tem que ver com os portugueses, que inculcaram em si próprios a lição de que a floresta não pode ser usada de qualquer maneira nos períodos mais críticos. E nós diminuímos de cerca de quase 15 mil ocorrências durante um ano para, em 2023, cerca de 8 mil no fim do ano.

Até 2017, chegávamos a ter 500 ocorrências por dia. Entre 2018 e 2022, diminuímos para cerca de 150 ocorrências por dia. Hoje, temos uma média de 50, 60 ocorrências por dia●

João Joanaz de Melo: "Temos uma floresta de muito má qualidade"

O que podemos fazer para alterar a gestão da floresta?
João Joanaz de Melo – A primeira coisa para que a floresta serve é para nos dar ar e para nos dar água. A melhor forma que temos de armazenar água é debaixo do chão, infiltrada numa floresta, porque é onde o solo é mais profundo, onde a água é melhor filtrada, onde a maior quantidade de água consegue entrar no subsolo. Serve para armazenar carbono.

Não podemos apenas mudar a tecnologia e pensar que, ao invés de termos carros a gasolina ou a gasóleo, temos carros elétricos, resolvemos o problema. Não resolvemos, porque estamos a consumir outros recursos que são tão escassos como os combustíveis fósseis.

Precisamos de políticas, seja na mobilidade, na eficiência energética, no território, para capturar carbono. A única forma de capturar carbono é mantê-lo em árvores em pé e com um solo em excelentes condições, que acumule a matéria. Isso acontece numa floresta que funciona como ecossistema. Não acontece num povoamento florestal de produção típico, como temos na maior parte do território em Portugal.

Ter de regenerar todo o ecossistema dá trabalho e implica investimento, mas tem retorno, sob a forma de prevenção de incêndios, sob a forma de água e de outros produtos florestais, como o mel, a caça, o lazer, a captura de carbono. Tudo isso são serviços de ecossistema que não estão a ser providenciados porque temos uma floresta de muito má qualidade●

'Tem de haver decisões de escala regional adaptadas a cada região e depois decisões locais de quem está com os pés no chão'

JOÃO JOANAZ DE MELO

João Joanaz de Melo: “Há uma lei cega. Estamos a deitar abaixo árvores centenárias, sem necessidade nenhuma”

‘Diminuímos de cerca de 15 mil ocorrências para cerca de 8 mil, em 2023’

DUARTE DA COSTA

João Joanaz de Melo – Qual é uma das grandes causas dos incêndios rurais hoje em dia? São pessoas idosas que vivem nas aldeias que estão em vias de desaparecer em termos populacionais, que não têm outra forma, porque não têm saúde ou força física, e fazem queimadas para se verem livres de determinadas áreas.

Há uma lei cega que diz que quem é responsável pela proteção é só o proprietário e então corta-se tudo o que esteja a menos de X metros da estrada ou de uma casa. Isto não faz qualquer espécie de sentido. Há sítios onde é necessário haver faixas de proteção porque é a única forma de garantir a segurança, mas há onde temos, por exemplo, bosques de espécies autóctones que têm um valor enorme em termos ecológicos, em termos paisagísticos, em termos de funcionamento do território, fornecem água e estes sítios têm sido abatidos simplesmente porque há uma interpretação restritiva da lei, quando a própria lei prevê mecanismos de exceção ou de avaliação no terreno.

Estas coisas não se podem gerir a partir do Terreiro do Paço ou do Palácio de São Bento. Tem de haver, evidentemente, leis orientadoras, mas há coisas que têm de ser decididas ao nível nacional, há coisas que são decididas ao nível regional, porque temos uma diversidade paisagística fantástica.

Temos, em Portugal, toda a diversidade paisagística da Europa inteira, desde as estepes subdesérticas até aos prados alpinos. Temos todas as paisagens da Europa. Uma solução que funciona aqui, não tem nada a ver com o que funciona 20 quilómetros ao lado, porque a geologia é diferente, o clima é diferente, o microclima é diferente, a organização social é diferente, o padrão fundiário é diferente.

Tenho que ter decisões de escala regional adaptadas a cada região e depois tenho de ter decisões locais de quem está com os pés no chão. Tem de ser alguém que sabe o que está a fazer e não um autómato a quem dizem que tudo o que está a menos de X metros para deitar abaixo. Estamos a deitar abaixo árvores centenárias, sem necessidade absolutamente nenhuma, quando precisamos que as medidas de prevenção dos incêndios sejam informadas com aquilo que é preciso ou não é preciso fazer.

DC — Daí o papel relevante das autarquias.

JJM – As autarquias como entidade local que conhece melhor o território e que têm de estar informadas - há muitas que não estão - e com capacidade técnica a esse nível. Nós assistimos nas últimas décadas ao desmantelamento dos nossos serviços, quer florestais, quer de conservação da natureza, ao nível público.

DC – As autarquias funcionam também pelos recursos que estão disponíveis, muitas vezes, a diferentes velocidades. Temos autarquias em que, por exemplo, a capacidade técnica, quer na área florestal, quer na área da Proteção Civil, está perfeitamente estabilizada, têm bons técnicos, e temos outras em que o técnico é uma pessoa. Temos gabinete? Temos, mas depois não funciona.

Tem de haver também alguma pedagogia do Estado, não só ao nível das populações como ao nível das autarquias e das instituições. Temos de ir buscar muito às faculdades. Sou um adepto muito grande daquilo que as nossas universidades andam a fazer e daquilo que nós podemos importar das universidades para a parte prática. O saber está na Universidade e nós temos de ir buscar esse saber ●

DC: “Há autarquias para quem a proteção civil não é fator crítico de sucesso”

Deve haver uma maior desconcentração administrativa por parte do Estado e da Administração Central, relativamente às autarquias, com maior disponibilização de meios técnicos?

JJM – Tem claramente de haver vários níveis de decisão. Tem de haver uma orientação nacional e uma coerência nacional de doutrina, com o reconhecimento de que, ao nível regional, há diferenças muito grandes.

Depois, ao nível operacional, tem de haver autonomia de quem está no terreno e a figura de um diretor de área protegida. Tem de haver alguém que, aos diferentes níveis, tenha autoridade para o nível próprio. Quem está no terreno tem de ter autoridade para poder decidir e tem, obviamente, de ter uma supervisão. Um diretor de área protegida, um responsável de uma operação integrada de gestão de paisagens, ou o que for, não é um vice-rei. É alguém que, obviamente, tem de ter, à escala apropriada, uma supervisão.

Temos de ter uma doutrina e uma coerência *top-down*, que nos diga que queremos este padrão de recursos vegetais, este padrão de recursos naturais, de recursos vivos, de conservação da natureza, e, ao mesmo tempo, temos de dar autonomia e capacidade de intervenção a quem está no terreno, para fazer o seu trabalho sem ter de ser tudo à consideração superior.

Um dos dramas de quem está no terreno, neste momento, é que não tem autoridade, mas apanha com as culpas. Portanto, não toma as decisões que devia tomar porque fica com medo de ser apanhado na curva, porque não cumpriu a alínea X da lei.

DC — Temos de aproximar a autoridade da responsabilidade. Não haver um nível de autoridade e um nível de responsabilidade completamente diferente. É isso que temos tentado fazer na Proteção Civil, que o nível de autoridade e de responsabilidade seja cada vez mais achatado.

Vemos que há cada vez mais uma responsabilização das autarquias, mas também tendo em conta a capacidade que elas tenham para intervir no seu território. Não vale a pena estarmos a dar às autarquias responsabilidades, se não lhes dermos também os recursos suficientes para elas exercerem essa autoridade e responsabilidade.

Há autarquias que assumem isso como um fator crítico de sucesso, na sua cadeia de valor de desenvolvimento do território local, e há outras para quem a questão da Proteção Civil não é um fator crítico de sucesso. ●

PÁGINA ANTERIOR

JJM: "Se tiver um sistema de gestão do território que não tem que ver com a ecologia do sistema, não vai funcionar"

Temos adotado ada vez mais o modelo das CIM, das Comunidades Intermunicipais, e há as CCDR [Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional]. Isso tem ajudado?

Duarte da Costa – A partir do momento em que decidirmos seguir por um determinado modelo, temos de transformar esse modelo de forma a que ele funcione. As alterações de um modelo territorial não são apenas uma coisa que se decreta, depois tem de se investir, para que aquilo que se escolheu fazer tenha reflexo no próprio território.

Agora, o que é que não podemos ter? Nós não podemos ter a Proteção Civil a funcionar numa determinada estrutura territorial e, por exemplo, as Forças de Segurança a funcionar noutra estrutura territorial. Tem de haver uma coerência e esta coerência é que tem de atravessar todos os níveis de decisão do Estado. É preponderante haver uma decisão no sentido de que tipo de organização de território queremos. E quando esse tipo de organização de território que queremos for escolhido politicamente, cabe-nos a nós, instituição, trabalharmos todos neste sentido.

Enquanto não tivermos as pessoas satisfeitas e não tivermos o território ordenado, vamos continuar a ter floresta que temos, uma agricultura pobre, terrenos que não estão desenvolvidos e vamos continuar a ter gente que foge do interior para a área litoral. O que falta aqui é uma política integradora que tem que ver com a forma como o território tem sido gerido nos últimos 40 anos, pelo menos.

JJM — Estou completamente de acordo que quando temos um modelo temos de pôr aquele modelo a funcionar, mas nem todos os modelos são igualmente eficientes.

Em matéria territorial é muito claro. Quando tenho um sistema de gestão da água que não está baseado em bacias hidrográficas, aquilo não tem pés nem cabeça, não vai funcionar. Se tiver um sistema de gestão do território das florestas que não tem que ver com a ecologia do sistema, é evidente que aquilo não vai funcionar. Há parâmetros técnicos que devem ser levados em conta quando faço essa articulação.

É muito importante perceber que tem de haver estes vários níveis de decisão. Eles são todos importantes e concordo que tem de haver uma aproximação da autoridade à responsabilidade e dos meios respetivos. Quem está a fazer a gestão do terreno tem de ter meios para fazer essa gestão, mas também não é boa ideia este município fazer o que lhe apetece e o outro ao lado fazer o contrário, porque depois vai haver, obviamente, desencontros e vai haver incoerências.

Tem de haver um mínimo de doutrina orientadora e de meios para a pôr em prática. Alguns dos meios são os tais meios transversais de que falávamos há bocado, por exemplo, ter um cadastro em condições. Parece uma coisa trivial, mas andamos a falar disto desde que me lembro. ●

DC: "O território tem de andar todo à mesma velocidade"

Duarte da Costa – Quando se diz que o território tem de andar todo à mesma velocidade, ou seja, toda a gente tem de ter uma linha orientadora, há um exemplo típico de que me lembro. Mação é um dos bons exemplos do que tem sido um caso exemplar. Leva sempre com incêndios vindos de outros concelhos de fora. Não houve, até hoje, nos últimos anos, um único incêndio relevante que nascesse em Mação. Nasceu tudo do lado de fora a Mação.

Mação foi destruída várias vezes no seu território e é um dos exemplos que costumo apontar como uma autarquia que tem feito um trabalho fenomenal na área da proteção civil, mas depois precisa que todo o território esteja também a fazer esse trabalho. ●

'Tem de haver uma doutrina orientadora e meios para a pôr em prática'

JOÃO JOANAZ DE MELO

Duarte da Costa: “Um território integrado não é só dar os mesmos meios a todos, é fornecer linhas orientadoras”

Daí ter perguntado sobre a questão das comunidades intermunicipais. Se houvesse uma maior integração, uma maior ligação e harmonia entre os vários municípios, as coisas poderiam diferentes?

DC – Podemos pôr o rótulo que nós quisermos. Uma coisa é certa. Escolhido o modelo, tendo em conta as idiossincrasias de cada uma das áreas, temos todos de alinhar pelo mesmo diapasão e temos de saber que, na nossa avaliação de performance, como dirigentes aos vários níveis, temos de dedicar atenção a determinados setores, que eu sei que o meu vizinho ao lado está a fazer a mesma coisa noutra área.

Isto para termos uma coisa que se chama território integrado. A integração não é só dar os mesmos meios a toda a gente. É depois fornecer políticas orientadoras para que todos os meios que se estão a desenvolver sigam uma linha orientadora, evitando que tenhamos depois municípios muito bem preparados e outros não tão bem preparados. Tem de haver aqui uma linha orientadora ●

‘Enquanto não tivermos um terreno ordenado, vamos continuar a ter pessoas a fugir do interior’

DUARTE DA COSTA

PORTUGAL À PROVA

O Viseu Ryokan é a primeira hospedaria do seu género em Portugal. Em Viseu, os donos oferecem uma experiência personalizada em que “quase se entra numa dimensão diferente”

TEXTO **Rodrigo Leitão**

No Viseu Ryokan, Portugal pode passar a noite no Japão

TÂNIA BERNARDO E BRUNO MARQUES
Fundadores do Viseu Ryokan – Hospedaria Japonesa & SPA

ão é certo se Portugal chegou ao Japão em 1542 ou 1543. O que sabemos é que o Japão – ou parte dele – entrou no país para ficar em 2022. Bruno Marques e Tânia Bernardo instalaram no centro histórico de Viseu uma hospedaria que segue os cânones da tradição japonesa de acolher e receber viajantes, para uma experiência galardoada com o prémio “Conceito Inovador” pela AHRESP em 2023.

Como é que surgiu a ideia de criar o Viseu Ryokan?

Tânia Bernardo – Em 2008, o Bruno foi ao Japão num estágio de karaté e ficou apaixonado pela cultura. Ficou alojado num *ryokan* e adorou a ideia. A partir daí, dizia como gostaria de um dia fazer um *ryokan* e começou logo a desenhá-lo na sua cabeça. Esse era o sonho — mas talvez na reforma. Até que um dia, numa brincadeira num almoço de família, começámos a definir onde é que iria ser, vimos até alguns alguns edifícios e encontramos o certo no centro de Viseu.

A escolha de Viseu foi intencional?

TB – Eu sou de Vila Nova de Gaia e o Bruno de Viseu. Estávamos numa fase da nossa vida em que tínhamos de decidir aonde é que íamos morar e qual a melhor cidade para fazer um projeto inovador como este. Eu já estava um bocadinho inserida no turismo no Porto; mas sentimos que um alojamento como este talvez não tivesse no Porto hóspedes que fossem mesmo para viver a experiência. Ou seja, o público-alvo nem sempre seria aquele que queríamos.

Sonhávamos fazer este projeto numa cidade mais pequena, que valesse a pena ser visitada e talvez com isso trazer mais pessoas. E é o que está a acontecer. Há muita gente que vem a Viseu porque quer vir ao *ryokan*, o que nos deixa muito felizes.

Qual é o volume de negócios?

Bruno Marques – No ano passado, o primeiro ano completo, cerca de 180 mil euros. Temos tido um crescimento contínuo: este ano estamos com mais 30% de dormidas. E são muitos portugueses a visitar-nos. Desde o início que 80% dos nossos hóspedes são portugueses e 20% são estrangeiros.

Como é que se define a experiência de um ryokan?

BM – Os *ryokan* têm uma história muito antiga, desde o tempo feudal do Japão. Tal como há outras tipologias – o hotel, o apartotel, a pensão – o *ryokan* é um tipo de alojamento. Era o mais acessível que existia: muito humildes, familiares e simples. Dormia-se no chão em *tatami*, placas de palha prensada. Hoje já há desde os mais humildes a gamas extremamente luxuosas.

O *ryokan* define-se por certas particularidades. Os hóspedes descalçam-se à entrada, onde trocam para uns chinelos. Nos quartos, além do *tatami* no chão, as camas são *futons*. Nos mais humildes, são colchões tradicionais finos que durante o dia se enrolam para ganhar área útil nos quartos; mas há *futons* mais sofisticados, mais grosos e sempre estendidos, pelo quais nós optámos, no caso sobre plataformas de madeira. Os hóspedes também têm disponíveis *yukatas*, quimonos tradicionais japoneses para andar por casa. Tudo contribui para que um hóspede seja recebido quase como um familiar.

Aos *ryokan* também está sempre associado *onsen*, banhos termais. Daí que nós também criássemos um spa, embora não com águas termais, disponível exclusivamente por marcação. Temos também uma sala de massagens com terapias japonesas, orientais e ocidentais.

A estadia tem incluída um pequeno-almoço continental e o acesso ao spa. Mas temos serviços complementares, como o pequeno-almoço tradicional japonês, com sopa miso, salmão, arroz, omeletes japonesas e chá, que também servimos como brunch. Tem tudo que ver com os detalhes.

O que distingue o vosso projeto?

BM – Somos um dos poucos *ryokan* no mundo inteiro fora do Japão. Isso também nos deu força para apostar neste conceito diferenciador. Mais do que um alojamento, somos uma experiência.

O nosso *core business* é o alojamento, mas tudo o que são serviços complementares também estão disponíveis para não-hóspedes. O spa, as massagens, as refeições, desgutação de *sake*, workshops de origami, *showcookings* de sushi: cerca de um quarto dos participantes nestas experiências não estão cá alojados.

Quais foram os maiores desafios até agora?

BM – Foi importante não fazer nada de cor. Eu já tinha estado no Japão em 2008 e decidimos avançar com o projeto em 2016. Em 2018 fomos ao Japão, a Tânia pela primeira vez, e estivemos a dormir em *ryokans* de vários tipos para absorver todos os detalhes. De outra forma seria impossível replicar um verdadeiro *ryokan*. Já tivemos cá japoneses, as nossas “provas dos noves”, e o *feedback* foi muito satisfatório.

As dificuldades foram as de qualquer jovem empreendedor em Portugal. A obra em si foi a maior dificuldade. Nunca nenhum de nós tinha feito sequer uma casa e não percebemos nada das burocracias.

TB – E escolhemos um prédio com mais de 300 anos! Esforçámo-nos para manter muito do original.

BM – Como fica mesmo no centro histórico de Viseu, tem regras muito próprias para reabilitação urbana. Logo aí foi a primeira dificuldade: a morosidade de algumas instituições em dar andamento. As burocracias demoraram muito tempo, mais do que o que seria esperado e se poderia compreender.

Depois, estivemos quase um ano para arranjar um empreiteiro. Não foi uma obra fácil, porque é uma zona de difícil acesso e um edifício muito antigo. Comprámos o prédio em 2016 e abrimos portas em 2022 — o que era para demorar menos de um ano, demorou três.

Houve adesão desde o início?

BM – Termos um conceito diferen-

ciador ajudou muito para que no início tivéssemos uma procura acima do esperado para um alojamento novo. Também suscitou muito interesse por parte de alguns órgãos de comunicação social, o que nos ajudou muito a divulgar.

A esmagadora maioria dos nossos hóspedes são pessoas que vêm de propósito à nossa procura. Também é engraçado termos muitas pessoas de Viseu que querem experimentar acabam por ficar cá.

Tiveram alguma ajuda especializada, um consultor japonês?

BM – Em pormenores. Criámos uma amizade com um japonês que tem sido nosso consultor para aspetos muito particulares.

Por exemplo, para decidir como é que como é que iríamos denominar os quartos. Disse-nos que é habitual terem nomes de flores. Mas também já me tinha contado uma história que me tinha intrigado muito. O número 4 é homófono da palavra para morte.Ora, os japoneses são muito supersticiosos, ao ponto de haver prédios no Japão que não tem o quarto andar e hotéis que não têm o quarto número 4.

Então o que é que eu fiz? O nome do quarto é o algarismo em japonês. Mas fizemos esta brincadeira de saltarmos o 4, pelo que temos sete quartos — numerados até ao oito. ●

Tendências de futuro

Turismo rural
Bruno Marques – O Covid veio mudar o paradigma do turismo em Portugal, ao transformar este hábito dos portugueses fazerem muito turismo cá dentro.
Tem havido uma aposta muito grande na hotelaria e no turismo rural e no interior. A minha percepção é que começar a haver muita oferta tem obrigado também a quem entra a tentar fazer algo diferente.

Personalização
Tânia Bernardo – As pessoas procuram uma experiência. Valorizam muito o atendimento de excelência e personalizado. Sentimos que isso é algo que as alegra mesmo, que gostam, e é o que faz as pessoas voltarem.

BM – Ou seja, neste momento as pessoas procuram turismo fora dos locais de turismo de massas. Estamos a falar do interior de Portugal, etc.
Se querem passear, fazer um fim de semana diferente, focam-se na particularidade de um hotel ou na especificidade de uma quinta.
O turismo em Portugal está a crescer muito também nesse aspecto da experiência, de não ser só um sítio para dormir.
No nosso caso, só estando cá e absorvendo estes pormenores e detalhes que temos aqui Os cheiros – os sons, as cores, as texturas – é que se consegue mesmo sentir que quase se entra para uma dimensão diferente.

Jaime Quesado

Uma nova competitividade

OPINIÃO

A palavra de ordem é simples – é a competitividade, estúpido!

No contexto da Iniciativa *Sharing Knowledge* realizou-se este ano um Ciclo de *Smart Discussions* – com oradores de referência – sobre os 30 anos do Relatório Porter. Foram abordadas várias dimensões da nossa competitividade e sinalizadas linhas de ação para o futuro. Precisamos de um choque de competitividade - compete às Empresas e ao IDE – Investimento Directo Estrangeiro a liderança do processo de mudança.

Impõem-se empresas capazes de projetar no país uma dinâmica de procura permanente da criação de valor e aposta na criatividade. Têm que se assumir como atores perturbadores do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação que lhe conferirão um desejado estatuto de centralidade e sobretudo de inequívoca liderança no processo de mudança em curso. Precisamos como nunca de uma Nova Competitividade.

Quando há 30 anos o Professor de Harvard Michael Porter elaborou o célebre Relatório, encomendado pelo Governo Português de então, o diagnóstico sobre o que fazer e as áreas estratégicas de actuação foi muito claro – ou se reinventava por completo o Modelo Económico ou então a economia portuguesa tenderia a morrer com o tempo. Passados estes anos todos, o balanço é conhecido – baixos níveis de qualidade de gestão, falta de talentos, um papel cada vez menos relevante da área industrial na economia.

Como há 30 anos torna-se claro que a competitividade portuguesa é o grande desafio nos próximos tempos! Por isso, a palavra de ordem é simples – é a competitividade, estúpido!

Falta em Portugal um sentido de entendimento coletivo de que a aposta nos fatores dinâmicos de competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas é o único caminho possível para o futuro. Falta por isso em Portugal uma verdadeira rede integrada para a competitividade capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais.

O novo paradigma da economia portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional.

Uma breve radiografia à matriz setorial da economia portuguesa demonstra de forma inequívoca as alterações contextuais produzidas ao longo destes últimos vinte anos, com impactos directos na própria organazação da sociedade.

Para além do desenvolvimento duma “nova economia de serviços”, de âmbito eminentemente local e com impacto reduzido em matéria de criação de valor sustentado, é de referir também o fenómeno de progressiva desindustrialização, entretanto acentuado nos anos mais recentes e o ténue desenvolvimento de “novos clusters” associados às dinâmicas da inovação e desenvolvimento. Trata-se duma evolução manifestamente assimétrica, com efeitos negativos em matéria de renovação dos indicadores activos de “capital estratégico”.

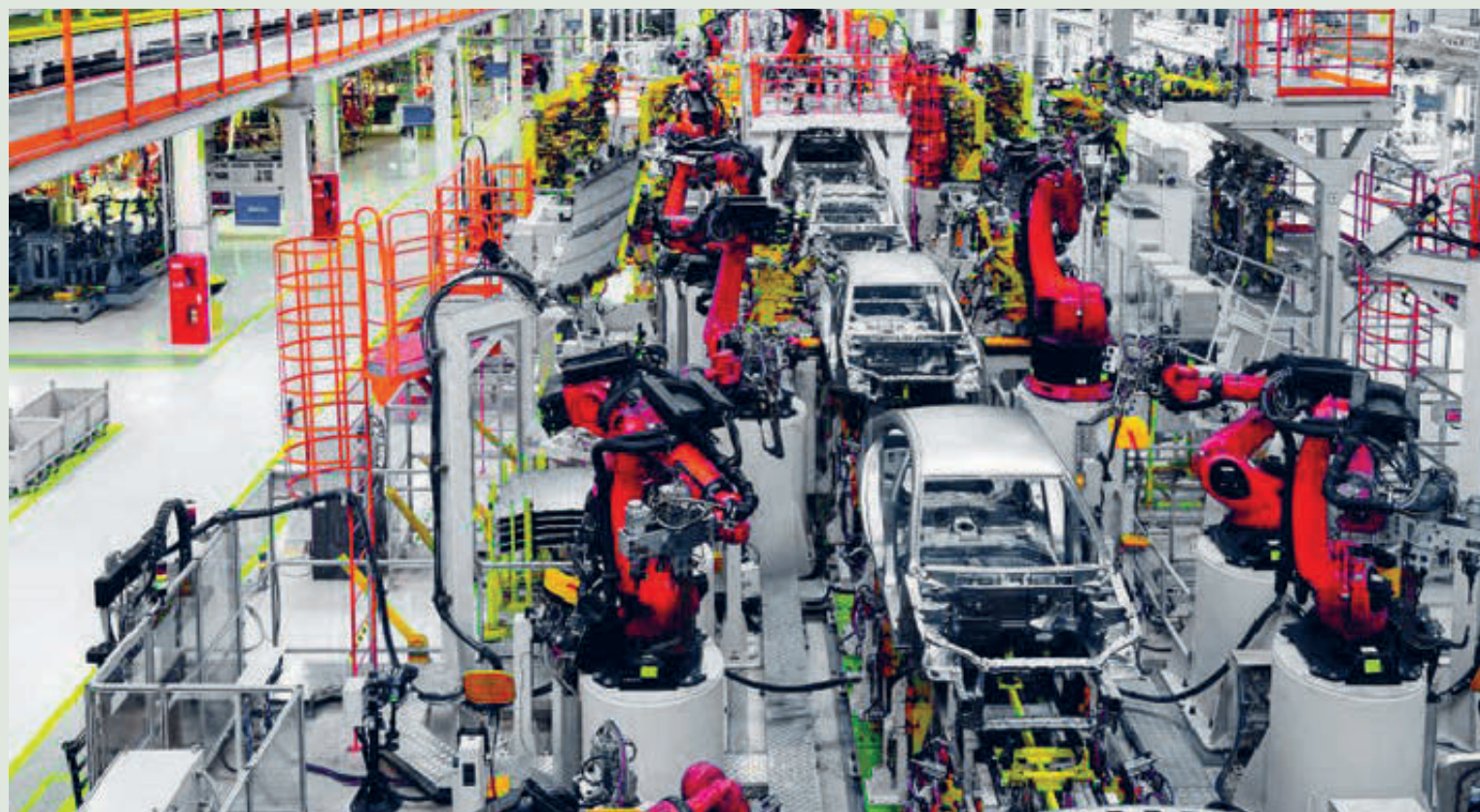
O relatório Porter punha de forma clara a tónica em duas grandes áreas de intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da inovação como fator de alavancagem de criação de valor de mercado. A mobilização activa dos atores económicos numa lógica de pacto estratégico operativo permanente era uma condição central no sucesso desta nova abordagem, sob pena de intervenções isoladas não conseguirem produzir de facto os efeitos desejados. Passado todo este tempo, a leitura dos resultados não é nada abonatória - excluindo os muito conhecidos e divulgados casos de reconversão interna e sectorial conseguida com algum sucesso, na maior parte dos sectores industriais clássicos não foi feita a renovação necessária e os fechos de empresas e perda de quota efectiva de alguns mercados é o resultado mais do que evidente.

O Investimento Estrangeiro é decisivo nesta nova agenda económica que se impõe para Portugal. Os tempos mudaram e o paradigma hoje impõe-se a aposta no reforço de clusters com empresas locais, a aposta na inovação e desenvolvimento, formação qualificada e melhoria competitiva.

Vivem-se tempos de profunda crise internacional e no contexto da intensa competição entre regiões e mercados a urgência de um sentido estratégico mais do que se impõe. A manutenção e captação de Investimento Estrangeiro é fundamental para o sucesso económico do país. Por isso o Estado tem que se assumir cada vez mais como uma plataforma aberta de dinamização de redes globais geradoras de valor.

O Novo IDE não é só a plataforma de desenvolvimento económico do país mas é também a base de uma nova aposta na inovação e criatividade, nas competências, nos talentos e novas oportunidades. A dinamização da criação de valor e reforço da inovação tecnológica terá muito a ganhar com este Novo IDE. Por isso, em tempos de crise e de aposta num novo paradigma para o futuro, o Novo IDE deve constituir o verdadeiro centro de uma convergência estratégica entre o Estado, a Empresa e todos os que se relacionam com a sua dinâmica.

O Novo Investimento Estrangeiro tem que se assumir como a referência da aposta num novo modelo de desenvolvimento estratégico para o país. Para que possamos ter uma verdadeira Nova Competitividade! ●

Economista e Gestor – Especialista em Inovação e Competitividade

DREAMSTIME

João Palma-Ferreira

Lisboa isolada da Europa, a pior acessibilidade por comboio (pt. II)

OPINIÃO

Rede ferroviária nacional tem a dimensão que tinha no final do século XIX.

As críticas à ineficaz estratégia ferroviária portuguesa são demolidoras quando "apontam" a percentagem de linhas entretanto encerradas (comparam a dimensão da rede ferroviária atual com a existente no final da Monarquia, quase no início da República, no tempo em que a linha ferroviária chegou ao Sul, à fronteira do Guadiana, em Vila Real de Santo António, em 1906), ou quando aludem ao isolamento ferroviário do extremo norte raiano, depois de ter sido encerrada a linha que ia até Vidago, e que manteve grande procura turística durante muitas décadas.

O barómetro sobre o fraco desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias pode utilizar como indicadores o insignificante crescimento de ramais industriais, o inexpressivo aumento do número de locomotivas utilizadas pelos operadores privados e – o mais demolidor dos argumentos – a evidência de que os parques industriais nunca tiveram uma ocupação em linha com os pressupostos que levaram à criação dessas infraestruturas, mostrando que a capilaridade do transporte rodoviário não serve de âncora à indústria, exigindo a garantia logística do grande escoamento da produção pelo modo de transporte mais pesado, com recurso a comboios de 750 metros de comprimento.

Reindustrialização deve ser acompanhada por aumento dos ramais ferroviários

O mesmo argumento defende que a reindustrialização de Portugal e a instalação de fábricas no interior deveria ter sido acompanhada e promovida pela permanente acessibilidade em escoar mercadorias por comboios operados em direção aos portos e às plataformas logísticas raianas (é o caso do interesse tardio em que a fábrica de automóveis de Mangualde – da antiga PSA, atual Stellantis – fosse servida por um ramal de comboios de mercadorias que transportassem os veículos aí produzidos até ao porto de Leixões, a Vigo e à plataforma da Guarda).

Este exemplo também será válido para uma percentagem significativa dos 431 parques empresariais e industriais existentes no país (que não esgotam o potencial de loteamento industrial do país). Especialistas deste sector (ex-gestores de operadores ferroviários privados e gestores portuários e de infraestruturas de logística) consideram que deveria ser feita uma triagem destes parques nas localizações mais competitivas para diversos sectores de atividade industrial e deveriam ser relançados e promovidos.

A própria rede do antigo projeto do Portugal Logístico deveria ser repensada e relançada a curto prazo, associada ao transporte ferroviário de mercadorias (identificando eventuais sinergias existentes na antiga localização do terminal do Poceirão resultantes da proximidade ao futuro aeroporto internacional Luís de Camões, sobretudo se estas infraestruturas forem diretamente conectadas por ramal ferroviário de via múltipla).

A modernização de 200 km da LBA – que permitiria reforçar a capacidade ferroviária portuguesa, podendo operar comboios de 750 metros de comprimento – foi um novo quebra-cabeças para os especialistas ferroviários, arrastando os prazos das empreitadas, e assumindo a quadruplicação da linha em Vila Franca de Xira como um projeto incontornável.

44% de 1600 comboios diários utilizam a Linha do Norte

Depois do isolamento ferroviário de Lisboa ter sido internacionalmente evidenciado pela Greenpeace, aumentaram os protestos pelo facto da ligação Lisboa-Madrid ser feita quase exclusivamente por avião, com a agravante de ser utilizado para o efeito o aeroporto da Portela, cuja capacidade está esgotada há muitos anos, encravado no centro de Lisboa e sobre o qual (ao fim de mais de 50 anos de debates) foi tomada a decisão de construção de um novo aeroporto na margem sul do estuário do Tejo, partilhando com a AV o acesso a Lisboa via TTT.

Retirando prioridade às obras de modernização e otimização da linha ferroviária entre Lisboa e Madrid, foi planeado avançar com a nova linha de AV entre Porto e Lisboa, um projeto sobre o qual o vice-presidente da IP, Carlos Fernandes, esclarece dúvidas existentes.

Segundo o planeamento consagrado no Plano Nacional de Investimentos – após consulta pública, passando por vários crivos de debate realizados junto de diversas entidades –, foi unanimemente reconhecido que a Linha do Norte atingiu o um nível de congestionamento inaceitável – atendendo a que, entre os cerca de 1.600 comboios operados diariamente em Portugal, perto de 44% utilizam a Linha do Norte.

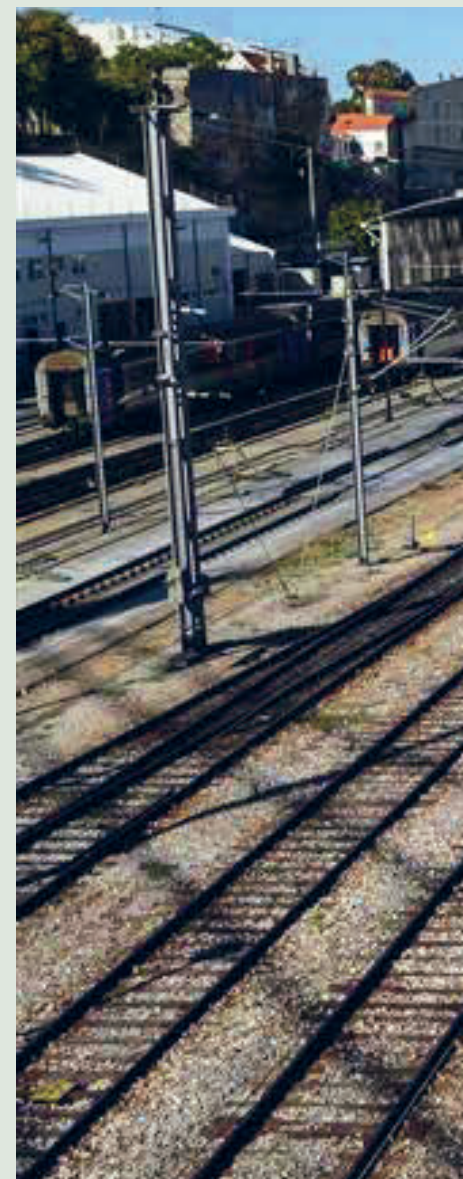
Ferrovia nacional estrangulada: 92% dos comboios de carga utilizam a Linha do Norte

Isto significa que além de ter sido reduzida a dimensão da ferrovia em Portugal entre 1995 e 2018, o congestionamento da Linha do Norte estrangula o tráfego ferroviário nacional, um problema agravado pelo transporte de mercadorias, pois a quase totalidade dos comboios de carga (92% do total) utilizam a Linha do Norte.

Assim, a opção por construir uma nova linha para a AV permitirá fazer circular nessa nova infraestrutura os comboios de passageiros de longo curso, libertando a circulação na Linha do Norte, onde o tráfego de mercadorias poderá ganhar uma considerável folga de utilização.

Quando a nova linha de AV estiver concluída – findas todas as fases de execução, com diferentes datas para conclusão de obras – a viagem Porto-Lisboa em comboio de AV será concretizável em 1h15, objetivo que permitirá transferir para a ferrovia muitas das viagens atualmente realizadas por automóvel (que contam por ano cerca de 120 milhões de viagens), por autocarro (seis milhões de viagens) e por avião (um milhão de viagens). Mas a data em que a viagem entre as duas maiores cidades portuguesas poderá ser assegurada em 1h15 é difícil de fixar.

AV Lisboa-Porto terá 60 serviços diários em cada sentido

Para a ligação ferroviária de AV Porto-Lisboa, a IP pretende criar condições que viabilizem 60 serviços de comboio diários em cada sentido. Assim, a ligação ferroviária entre Lisboa e Madrid ficou para um segundo plano nas prioridades da IP, embora mantenha a construção do troço que vai de Évora até à fronteira, que reduzirá o tempo de viagem entre as duas capitais ibéricas para cinco horas, mas que ainda será posteriormente reduzido para cerca de quatro horas quando estiver operacional a TTT.

As obras em curso estão incluídas no Programa de Modernização da Rede Ferroviária Nacional, o "Ferrovia-2020", cofinanciado pela UE no âmbito do projeto do "Corredor Internacional Sul", que liga o porto de Sines à fronteira de Elvas-Caia, e que, entre outras vantagens, permitirá duplicar a atual capacidade de transporte de mercadorias – como dizia Pedro Nuno Santos –, implicando um investimento total que ultrapassa os 2.000 milhões de euros.

Custo do transporte ferroviário de cada contentor deve cair para metade

Esta nova linha Évora-Elvas, com 90 km de extensão, liga-

rá igualmente os portos de Sines, Setúbal e Lisboa a Espanha, encurtando o percurso até à fronteira em 140 km, o que proporcionará ganhos consideráveis no tempo de viagem, mas, sobretudo, terá reflexos no custo do frete ferroviário de cada contentor, cujo preço de transporte deverá cair para metade do atual.

Para os comboios de passageiros, Elvas ficará a duas horas de Lisboa e a viagem Lisboa-Madrid, depois de serem concluídas as obras na modernização de linha em Espanha, será feita em cerca de cinco horas, o que, para muitos especialistas em transportes, continuará a não ser competitivo face ao tempo de viagem por avião.

Segundo Carlos Fernandes, vice-presidente da IP - Infraestruturas de Portugal o novo projeto da AV na ligação Porto-Lisboa é "faseado, adaptado às disponibilidades orçamentais do país, de forma a maximizar a contribuição de financiamento comunitário".

"Na 1ª fase (de concursos já lançados) estão os troços Porto-Oiã, que ficará concluída em 2030, e Oiã-Soure, com conclusão também prevista para 2030. Na 2ª fase (com estudos de engenharia concluídos e concurso da PPP a lançar em janeiro de 2026) está o troço Soure-Carregado (que estará concluído em 2032). Cada um destes troços, após ser terminado, permite utilização imediata", detalha o vice-presidente da IP.

Acrescentam-se ainda os projetos da "quadruplicação da Linha do Norte entre Alverca e Castanheira" que devem estar concluídos em 2030 (no que respeita ao "projeto de execução em elaboração"), bem como a "ampliação da Gare do Oriente", cujo cronograma aponta para 2030 (e tem o projeto de execução em elaboração).

TTT só em 2034 e Lisboa-Porto em 1h15 só quando a linha entre Carregado e Alverca quadruplicada estiver congestionada

Segundo Carlos Fernandes, "os comboios de AV vindos do Porto chegarão a lisboa através da linha do Norte quadruplicada". "O tempo de viagem será de 1h19 para os serviços diretos, refere, explicando que "a linha do Norte entre Carregado e Lisboa terá capacidade para cinco comboios de AV por sentido e por hora, em hora de ponta".

"Apenas quando a capacidade for atingida se tornará necessário construir uma nova ligação a lisboa", diz o vice-presidente da IP, adiantando que "o que está previsto é que poderá existir uma segunda ligação, passando pelo aeroporto e entrando em lisboa pela TTT ou, em alternativa, uma ligação direta do Carregado a Lisboa, em complementaridade com a linha do Norte".

Quanto à conclusão da TTT, Carlos Fernandes diz que "está prevista para 2034 (de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros RCM 68/2024). A viagem Lisboa-Porto em 1h15 está dependente da construção do troço Carregado-Lisboa pela margem direita do Tejo, o que só se justificará quando a Linha do Norte entre o Carregado e Alverca, quadruplicada, estiver congestionada. Até lá, teremos o Lisboa-Porto em 1h19" ●

Jornalista

CONECTIVIDADE FERROVIÁRIA PARA 45 CIDADES

Posição	Cidade	Percentagem
1	Viena	59%
2	Munique	52%
3	Berlim	50%
4	Zurique	46%
5	Paris	45%
6	Bucareste	43%
7	Budapeste	41%
8	Bruxelas	39%
9	Praga	38%
10	Hamburgo	34%
11	Riga	33%
11	Estocolmo	33%
13	Varsóvia	32%
14	Amsterdão	31%
14	Colónia	31%
16	Bratislava	25%
16	Vilnius	25%
18	Marselha	23%
19	Barcelona	23%
20	Milão	21%
21	Ljubljana	19%
21	Londres	19%
23	Luxemburgo	18%
23	Lyon	18%
25	Madrid	18%
26	Roma	17%
27	Oslo	17%
28	Zagreb	15%
29	Podgorica	14%
30	Copenhaga	14%
31	Sofia	13%
31	Valência	13%
33	Edimburgo	12%
34	Nápoles	9%
35	Birmingham	9%
36	Belgrado	6%
37	Atenas	0%
37	Lisboa	0%
37	Talín	0%
37	Pristina	0%
37	Sarajevo	0%
37	Escópia	0%

Fonte: Greenpeace

Oiça o podcast em amanha.pt

NARIZ DE ENÓLOGO

CARLOS LUCAS O HOMEM QUE MUDOU O DÃO

O "enólogo do Dão" explica o projeto que iniciou em nome próprio, como o estilo de vida influencia o gosto e a necessidade de reformular políticas para o setor . Pelo meio, deixa 10 sugestões de vinhos

TEXTO **Rodrigo Leitão**

Com mais de 30 anos de experiência, Carlos Lucas é um nome inolvidável da enologia portuguesa contemporânea. Passou por França, Itália, Espanha e Brasil e teve um percurso marcante na Adega Cooperativa de Nelas e na Dão Sul (atual Global Wines). Conversámos com o homem que arrancou para um projeto próprio e, pelo caminho, transformou a região.

Em 2011 criou a Magnum - Carlos Lucas Vinhos. O que é este projeto?

Carlos Lucas – A Magnum assenta no meu nome. Faço este ano a 33ª vindima e assenta na personalidade do Carlos Lucas. Desde que cheguei ao Dão, todos os anos faço vinhos com alguma inovação. Tentei fazer coisas novas: fiz espumante, colheitas tardias, muitos brancos – quando a região fazia só vinhos tintos –, trabalhei a casta Encruzado de mil maneiras.

A empresa foca-se exatamente em criar sempre novidade em relação ao que os outros produtores fazem.E crio a moda no Dão. A Quinta do Ribeiro Santo foi comprada pelo meu pai em 1995 para oferecer à minha filha. A partir daí, foi sempre a crescer e a fazer coisas novas.

Também para além do Dão?

CL – Exatamente. Temos produção no Douro, em Lisboa, no Alentejo e temos vinhos verdes. Somos uma empresa essencialmente exportadora dos vinhos de Portugal.

Qual é o volume de negócios e para onde mais exportam?

CL – Cerca de 5 milhões de euros e exportamos 75% da produção. Os principais mercados são a Inglaterra, Finlândia, Canadá, EUA e Brasil.

Tem algum projeto novo em que esteja a trabalhar?

CL – Se recuarmos aos anos 40 e 50, o nosso vinho era armazenado durante cinco a sete anos em grandes depósitos de cimento.

> "Todos os anos faço vinhos com alguma inovação. Crio a moda no Dão"

Esse estilo de vinho perdeu-se com a entrada do inox e da barrica e eu quero recuperá-lo. Por isso adquiri essa vontade de fazer novos vinhos, com esse classicismo (não antiguidade) e mantê-los durante um, dois, três anos nesses depósitos, que vão fazer lembrar o que era o Dão no passado.

Nota mudanças no perfil de consumo?

CL – Sim, nota-se a procura por produtos mais leves em termos de álcool e a introdução de novos modelos de consumo que não aquele em restaurante com copo de vidro e pé alto.

Aparecerem perfis de vinho que tentam introduzi-lo na noite, como se vê em Espanha com o *tinto de verano*, com vinhos acompanhados com gelo e copos mais largos e até vinho em lata ou em garrafa de 180ml.

Está a haver uma evolução muito grande no setor do vinho de consumo. Há cada vez mais aposta em espumante: eu próprio a estou a fazer. E tenta-se fazer vinhos que as pessoas consigam consumir de imediato.

O que seria preciso mudar ao nível de políticas públicas?

CL – A política para apoiar o setor passa por pensarmos se queremos o nosso interior desertificado. O setor agrícola não pode ser comparado ao setor industrial. A indústria pega em algo e transforma-o; nós temos que produzir. E produzimos fora das cidades, onde se concentra a mão-de-obra. Não temos mão-de-obra nem imigrante – essa está nas cidades, não se concentra no campo. É muito triste como o interior está desertificado.

É preciso uma política fiscal completamente diferente. Um terreno para vinha, que demora anos até começar a produzir, paga o mesmo IMT que um prédio que vai ser rentabilizado de imediato. O mesmo para o IRC. Uma empresa agrícola tem custos acrescidos para produzir no interior, tem de pagar para sair e regressar – portagens, gasóleo, etc. -, face a empresas transformadoras no litoral.

A carga fiscal desajustada a esta produção compromete muitas vezes os investimentos agrícolas. E ninguém se lembra que quem investe e produz no interior está a cuidar para que não haja incêndios e a criar tu-

Nome:
Carlos Lucas
Idade:
57 anos
De onde é:
Coimbra
Formação:
Licenciado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Coimbra e pós-graduado em Viticultura e Enologia pela Universidade de Montpellier
Prémios:
"Enólogo do Ano" pela Revista dos Vinhos em 2008

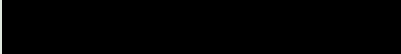
rismo diferenciado. Em última instância, é sobre quem manda. Independentemente do Governo e do ministro: para a Agricultura tem que ser convidado alguém que conheça e tenha atenção àquilo que o setor precisa. Que saiba olhar na transversal para todo o setor.

Como é que se distingue um bom vinho de um mau vinho?

CL – É difícil de explicar... tanta coisa!, tem mil variáveis. Mas podemos partir deste pressuposto: não há mau vinho. O setor tem uma regulação que controla a qualidade e assegura que o mau vinho, com defeito técnico, não existe em Portugal. Há vinhos melhores, com mais cuidado e atenção: isto expressa-se pelo valor de venda.

Para quem quer experimentar vinhos, o preço é um bom indicador. Mas experimente – é preciso ler, abrir garrafas, provar. O melhor vinho é aquele que cada um de nós gosta, aquele que nos sabe bem, não o que os outros dizem que é bom. Tem é de experimentar vários! ●

Leia a entrevista completa em www.amanha.pt

↑ O vinho branco Ribeiro Santo Envelope 2019 foi este ano escolhido como Melhor Vinho a Concurso da região do Dão

AS MINHAS ESCOLHAS

Portugal

Palácio da Brejoeira
Monção

Ribeiro Santo Envelope Branco
Dão

Quinta das Bágeiras Avô Fausto
Bairrada

Vértice Pinot Noir
Espumante, Douro

Tinta Negra 50 anos
Madeira

Internacional

Bollinger RD 2006
Champanhe

M. Anto. De la Riva Manzanilla Branco
Espanha

Almaviva 2003 Tinto
Chile

Bourgogne Aligote Leroy Branco
França

Barbaresco Gaiun Martinenga Tinto
Itália

José Ramalho Fontes
Do sector, ao cluster, ao ecossistema, ao valor

OPINIÃO

Os produtores de vinho, maioritariamente, não têm tido uma visão estratégica alargada.

Os portugueses consomem vinho habitualmente, desde há muito tempo, séculos, embora com padrões diferentes. Têm apreciado a evolução positiva do sector porque a qualidade global melhorou – há muito bom vinho! – e a variedade é enorme, desde vinhos de gama de entrada, com diferentes embalagens e algumas muito cómodas, até aos vinhos de topo, os icónicos Barca Velha, Pêra Manca e Vinho do Pico, considerando apenas aqui os vinhos tranquilos, isto é, não incluindo o Vinho do Porto, com uma tradição, qualidade e preços de outros níveis, embora com uma evolução atual descendente.

Um consumo elevado de bons vinhos portugueses

Sobretudo nos anos mais recentes, em todas as regiões passou a haver uma grande variedade de produtos, com qualidade extraordinária e preços muito altos, que não é fácil enumerar exaustivamente. Por exemplo, do Alentejo, uma região recente, se comparada com o Douro e o Dão, uma garrafeira conhecida apresenta uma gama de produtos em que os três mais caros são o Júpiter (1000€), um vinho inovador e que tem os seus críticos, o Pêra Manca, 2015 (405€) e o Mil Reis, 2019 (365€). Uma região em que também se produziu o 'Melhor Vinho de Portugal, 2024', o Júlio Bastos, Alicante Bouschet 2018, à venda por 99.89€. Poderiam multiplicar-se exemplos absolutamente semelhantes de outras regiões.

Os turistas, em número crescente, têm contribuído também para o aumento da venda de vinho e a sua satisfação não é menor que a dos consumidores nacionais, pelas mesmas razões. Mas com uma perceção diferente, por comparação com a experiências nos seus países, com vinhos 'piores', em geral, e bastante mais baratos, para a qualidade servida.

Como consequência, estes dois conjuntos de consumidores levam a que Portugal tenha o maior consumo per capita, 67,5 l (2022), acima da França, 47,4l e da Itália, 44,4l, e mantendo-se neste patamar há muitos anos.

Por outro lado, as exportações acompanharam estas melhoria de qualidade e maturidade das empresas, apontando aos 1000 milhões €, há vários anos, uma meta que tarda em alcançar-se, sabendo que vem diminuindo o consumo de Vinho do Porto, internacionalmente, compensado com a exportação de vinhos tranquilos de gamas mais altas e, por exemplo, para os países nórdicos, mais baixas.

Quem capta o valor nesta cadeia?

Com estes dados, seria natural que todo o setor estivesse satisfeito e muitas empresas deveriam ter planos estratégicos de expansão internacional ou diversificação. Ora, tal não acontece e, neste período em que começam a fazer-se as vindimas, os alarmes e as preocupações multiplicam-se porque os produtores têm as suas adegas cheias de vinho do ano anterior (ou mais atrás), e não querem comprar as uvas dos viticultores, sendo estes uma miríade de empresas que podem representar mais de metade da produção nacional, por um lado. E, por outro, vários projetos de expansão das décadas anteriores carregam custos financeiros insustentáveis, impondo vendas indesejadas quer a outros produtores maiores ou menos endividados quer a investidores financeiros, portugueses ou estrangeiros, que apostam em ativos valiosos – únicos, como é próprio dos terrenos naturais – com preços abaixo do seu potencial.

Quem está a captar o valor nesta cadeia de produção e venda é, em primeiro lugar, um número muito restrito de empresas, que se contam pelos dedos de duas mãos, que alcançaram uma dimensão no mercado nacional e internacional e vendem mais de 50 milhões €, destacando-se a Sogrape, com vendas de 330 milhões€, as três maiores do Vinho do Porto, Granvinhos, Taylors e Sogevinus e a Casa Santos Lima, por exemplo. Depois, outras que estão a ganhar dimensão e estrutura, por um desenvolvimento estratégico, destacando-se a empresa WineStone, do Grupo Mello, que se está a formar à volta do Monte da Ravasqueira, com uma ambição que não era percetível há muitos anos. Em particular, também identifico mais algumas – entre os Douro Boys, Setúbal e no Alentejo – que estão a conseguir os seus objetivos e a singrar, com as invitáveis dificuldades próprias de projetos ambiciosos internacionalmente.

Para se justificar esta "crise", poderá ser fácil, eventualmente, apontar o dedo a dois conjuntos de outras empresas, muito diferentes. Em primeiro lugar, às grandes superfícies, que vendem ao cliente final, e têm conseguido cativar e fidelizar os seus clientes com gamas abrangentes e promoções irrecusáveis: os bons vinhos que se produzem, com rótulos atraentes e em prateleiras estratégicas. Em segundo lugar, aos traders, que também têm conseguido bons resultados para si, com as importações de vinho a granel, maioritariamente de Espanha e de outros países da UE, União Europeia, que colocam no mercado com qualidade standard e com preços extremamente baixos, em função da escala com que são produzidos. Produtos colocados à venda com a etiqueta Vinho da UE, muitas vezes em bag-in-box de 5 l (substituindo os velhos garrafões!) ou que são adicionados aos produtos nacionais cumprindo os normativos legais.

Outra coisa é avaliar os normativos legais, aliás bem complexos, que têm uma fiscalização muito difícil, que se torna ineficiente e ineficaz, com várias sobreposições de responsabilidades, que desculpabilizam as respetivas entidades, tornando exequível e lucrativa a fraude.

As acusações dos produtores e viticultores às grandes superfícies não serão inteiramente válidas, substancialmente, porque as uvas não nascem nas prateleiras e todos os vinhos são comprados segundo as leis do mercado, em que a escala dos compradores tem prevalecido, uma vez que acabam por encontrar, sempre, outro produtores que vendem os seus produtos 'ainda mais barato', mesmo quando algumas empresas procuram respeitar qualidade e consistência. Além disso, as vendas de marcas exclusivas tampouco têm alcançado dimensões relevantes, isto é, não surgiram empresas especializadas em produzir exclusivamente com rótulos da distribuição, uma vez que há sempre, à disposição, algum produtor que oferece os seus serviços 'ainda mais barato'.

Soluções clássicas para os mercados atomizados e a fiscalização

Esta fragilidade própria de mercados atomizados tem remédios clássicos bem conhecidos, mas os produtores, maioritariamente, não têm tido uma visão estratégica alargada, e as suas diversas associações nacionais não têm conseguido articular iniciativas robustas e abrangentes em função de integrarem grupos de interesses díspares e mais focados em aspetos parciais, fruto das suas origens tradicionais, em que os negócios formavam os chamados silos paralelos, sem comunicação, e a indústria e o comércio eram forças opostas.

As entidades interprofissionais do sector não têm exercido totalmente as suas competências e poderes, o que explicará, por exemplo, que não se tenha instituído, até agora, um Observatório do Mercado do Vinho de Portugal, à semelhança do que existe na vizinha Espanha, por um lado; por outro, muita da atual turbulência traduz desconhecimento do verdadeiro mercado nacional, que se deverá à inoperância das entidades fiscalizadoras, mas que também se poderá atribuir à falta de peso e pressão por parte dos protagonistas interprofissionais.

As comissões vitivinícolas regionais, pela sua parte, têm feito esforços importantes, destacando-se a dos Vinhos Verdes, que tem tido uma atuação global quase exemplar, de maior cooperação institucional, com bons resultados para todos os atores, stakeholders, digamos em inglês, que fica melhor. A CVRVV conseguiu valorizar os Verdes, ao longo destas últimas décadas, como categoria de consumo, com um leque alargado de preços em Portugal, e uma posição diferenciada nas exportações, especialmente nos EUA, acompanhando uma tendência de consumo para vinhos frescos com um teor alcoólico mais baixo, uma das chaves do seu sucesso.

A estrutura empresarial do sector é equilibrada, com algumas empresas grandes e médias, assim como outras mais pequenas. Há empresas e cooperativas que oferecem gamas de preços com vinhos cada vez mais caros e bem avaliados. Numa busca numa importante garrafeira, os quatro vinhos mais caros são do conhecido enólogo e produtor, Anselmo Mendes, com preços de 99 a 75€, e o quinto é um Aveleda, a maior empresa dos Verdes, com um preço de 59.95€. ●

Presidente emérito
da AESE Business School

Leia a crónica completa
e oiça o podcast
em amanha.pt